



# **VI OFÍCIOS DE CLIO**

## **PESQUISADORES, ACERVOS E**

### **ESPAÇOS DE MEMÓRIA**

**Livro de trabalhos**



Organização:  
Marcelo Vianna  
Rodrigo Luís dos Santos  
Ângela B. Pomatti  
Luciana de Oliveira  
Caroline von Mühlen  
José Edimar de Souza



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Ofícios de CLIO (5.: 2018 : Porto Alegre, RS)

Livro de trabalhos [do] VI Ofícios de CLIO: pesquisadores, acervos e espaços de memória. – Ivoti: ISEI, 2018.

157 p.: il.

ISBN: 978-85-62270-07-9

VI Ofícios de Clio: pesquisadores, acervos e espaços de memória  
06 e 07 de dezembro de 2017 – FABICO/UFRGS – Porto Alegre/RS

Organização do livro de trabalhos: Marcelo Vianna, Rodrigo Luís dos Santos, Ângela B. Pomatti, Luciana de Oliveira, Caroline von Mühlen e José Edimar de Souza

1. História – Rio Grande do Sul. 2. Patrimônio histórico. 3.  
Memória. 4. Pesquisa. I. Viana, Marcelo II. Santos, Rodrigo Luis dos. III.  
Pomatti, Ângela B.. IV. Oliveira, Luciana de. V. Von Mühlen, Caroline.  
VI. Souza, José Edimar de.

**VI Ofícios de CLIO: pesquisadores, acervos e espaços de memória**

06 e 07 de dezembro de 2017

Auditório 01

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – FABICO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Porto Alegre/RS

# **Livro de trabalhos**

**ISBN 978-85-62270-07-9**

## **Organização**

GT Acervos Memória e Patrimônio-ANPUH/RS

GT História da Educação-ANPUH/RS

GT Estudos Étnicos e Migrações-ANPUH/RS

## **Apoio**

FABICO - UFRGS

Museu de História da Medicina (MUHM)

Programa de Educação Patrimonial (UFRGS-APERS)

Laboratório de História Comparada do Cone Sul (LABCONESUL)

Instituto Superior de Educação Ivoti

**Publicado pelo Instituto Superior de Educação Ivoti**



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
CIDADE EDUCADORA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM PORTO ALEGRE (RS) - <i>Anita Natividade Carneiro</i> .....	5
AS MARCAS DOS HISTORIADORES NOS ARQUIVOS: REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS NOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE FEEVALE - <i>Bruna Borges da Silva e Gabriel de Souza</i> .....	15
O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO ANTIGO RECINTO FERROVIÁRIO DE SÃO LEOPOLDO PELO PRESERVE – <i>Cinara Isolde Koch Lewinski</i> .....	30
ARQUIVO HISTÓRICO ANTÔNIO STENZEL FILHO: ACERVOS JORNALÍSTICOS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – <i>Clarice Maria S.P.G. Teixeira, Diana P. Mauer e Maria Augusta M. de Oliveira</i> .....	42
CADERNOS DE PAGAMENTO DE PROFESSORES COMO DESENCADEADORES DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – <i>Eduardo C. H. da Silva e Milene M. de Figueiredo</i> .....	53
MEMÓRIA E CULTURA UNIMED/RS: ORGANIZAÇÃO DE UM ACERVO DO COOPERATIVISMO MÉDICO GAÚCHO – <i>Éverton Reis Quevedo</i> .....	68
HISTÓRIA E MEMÓRIA: O ACERVO ICONOGRÁFICO DA ESCOLA POLIVALENTE EM OSÓRIO/RS DA SUA INAUGURAÇÃO À PROMULGAÇÃO DA LDB/96 – <i>Ezequiel N. Pires, Taís S. da Silva e Maria Augusta M. de Oliveira</i> .....	82
O HISTORIADOR NO ACERVO DE ARTE: UM ESTUDO SOBRE OS ARTISTAS CLAUDIO GOULART E PATRICIO FARIAS NA FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS – <i>Fernanda S. da Rosa e Thaís Franco</i> ..	96
CURADORIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUEOLOGIA: REVISITANDO O ACERVO RIO DO MEIO – <i>Letícia da S. Gondim e Luciane Z. Scherer</i> .....	113
ATUAÇÃO DOS HISTORIADORES NA PRESERVAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS: A EXPERIÊNCIA NA COMINTER – <i>Luciana da C. de Oliviera e Marcelo Vianna</i> .....	125
O CAMPO CINEMATOGRAFICO NO RIO GRANDE DO SUL: EM BUSCA DE FONTES – <i>Ricardo De Lorenzo</i> .....	137
PESQUISAS HISTÓRICAS ATRAVÉS DOS ACERVOS PESSOAIS: O ACERVO CARLOS DE SOUZA MORAES COMO OBJETO DE ANÁLISE – <i>Rodrigo Luis dos Santos</i> .....	146
ÍNDICE DE AUTORES – CONFORME A ORDEM DOS TEXTOS .....	156

## APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que o GT Acervos, conjuntamente com o GT História da Educação e o GT Estudos Étnicos e Migrações, apresenta os anais do *VI Ofícios de Clio: pesquisadores, acervos e espaços de memória*. Em sua quinta edição, o evento congregou trabalhos de diferentes áreas do conhecimento. Conectados entre si através das linhas da memória e dos acervos, as pesquisas aqui publicadas trazem ao leitor as diferentes problematizações acerca de tais temáticas.

Durante o *VI Ofícios de Clio*, propusemos dois grandes eixos temáticos que objetivavam a discussão sobre os mais variados temas de pesquisa. Do primeiro, onde foram congregados os estudos alusivos à museus, arquivos e acervos documentais, apresentamos os realizados por Anita Natividade Carneiro (UFRGS), Éverton dos Reis Quevedo (Memória e Cultura Unimed), Letícia da Silva Gondim e Luciane Zanenga Scherer (Museu Nacional do RJ), Cinara Isolde Koch Lewinski (Museu do Trem de São Leopoldo), Luciana de Oliveira (PUCRS) e Marcelo Vianna (IFRS *Campus* Osório) e Ricardo de Lorenzo (Rede Municipal de Porto Alegre). Guardadas as especificidades de cada pesquisa, o fio condutor desse debate esteve no entorno da constituição e trabalho em diferentes tipos de acervos bem como a formatação de espaços de memória.

Já o segundo grupo de discussão, voltado aos acervos, às fontes e suas novas problemáticas, publicamos as pesquisas de Fernanda Soares da Rosa (IA UFRGS) e Thaís Franco (IA UFRGS), Rodrigo Luís dos Santos (Unisinos), Bruna Borges da Silva e Gabriel de Souza (FEEVALE), Clarice Maria de Souza Portela Germann Teixeira (IFRS *Campus* Osório) e Diana Patrícia Mauer (IFRS *Campus* Osório), Taís Silva da Silva (IFRS *Campus* Osório) e Ezequiel Nunes (IFRS *Campus* Osório) e Eduardo Cristiano Hass da Silva (Unisinos) e Milene Moraes de Figueiredo (PUCRS). Apontando estudos que discutem acervos artísticos e pessoais bem como fontes ligadas ao ensino e à educação, novos problemas e possibilidades são apresentados.

Assim, com essa gama de textos interdisciplinares, objetivamos trazer à tona as discussões e os debates acerca de um tema que, aos poucos, ganha maior destaque e contorno nas humanidades. Desejamos a todos uma boa leitura e que dela se frutifiquem e se esbocem novas ideias.

**Comissão Organizadora VI Ofícios de Clio**

## CIDADE EDUCADORA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM PORTO ALEGRE (RS)

Anita Natividade Carneiro<sup>1</sup>  
Graduanda em História – Licenciatura, UFRGS.  
[anitanatividade@hotmail.com](mailto:anitanatividade@hotmail.com)

### Resumo

Ao compreender a cidade como um local vivo e transformador, bem como seu patrimônio como fruto de escolhas, pensamos a cidade de Porto Alegre através dos lugares de memórias vinculados ao período da ditadura civil-militar (1964-1985). Realizar a escolha dessa temática e dos locais tem como objetivo visibilizar esse assunto no campo patrimonial, reforçar a “Educação para o Nunca Mais” e perceber a cidade como território educativo. Nesse artigo pretendo apresentar uma oficina realizada em três encontros com turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual da cidade de Porto Alegre. A questão norteadora para essa oficina orienta-se pela união das questões entre patrimônio e cidade educadora. Dessa forma, podemos repensar se há espaço no ensino de História para realizar a educação patrimonial dentro do âmbito escolar. Gerando a reflexão de que com a expansão do território educativo qualquer local tem potencial para se transformar em sala de aula, retirando as barreiras que muitas vezes o perímetro escolar impõe aos educandos e educadores. O reconhecimento de lugares de memória da ditadura civil-militar estão no cerne do fortalecimento da democracia – o direito a conhecer um dos períodos mais polêmicos da História do Brasil, aproximando esse debate para o cotidiano do educando, por locais que este perpassa.

**Palavras-Chave:** Lugares de Memória, Ditadura Civil-Militar, Porto Alegre, Educação Patrimonial, Cidade Educadora.

### Considerações iniciais

Ao compreender a cidade como um local vivo e transformador, bem como seu patrimônio como fruto de escolhas, pensamos a cidade de Porto Alegre através dos lugares de memórias vinculados ao período da ditadura civil-militar (1964-1985)<sup>2</sup>. Realizar a escolha dessa temática e dos locais tem como objetivo visibilizar esse assunto dentro do campo patrimonial, reforçar a Educação para o Nunca Mais e enxergar a cidade como território educativo. Nesse artigo pretendo apresentar uma oficina realizada em três encontros com turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual da cidade de

---

<sup>1</sup> Esse artigo foi escrito no âmbito da disciplina Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial em 2017/2 ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmem Zeli de Vargas Gil. O estágio foi compartilhado com o graduando Pedro Soares Gediel.

<sup>2</sup> Para conhecer outros lugares de memória ligados à ditadura civil-militar na cidade de Porto Alegre que não serão tratados nesse artigo acesse <https://caminhosdaditaduraemportoalegre.wordpress.com/>

Porto Alegre que se construiu como forma de unir questões de patrimônio, ensino de História, ditadura civil-militar brasileira e a cidade como território educativo.

O primeiro encontro foi voltado para o entendimento do conceito de Patrimônio Histórico-Cultural e o reconhecimento de alguns lugares vinculados ao período ditatorial de 1964-1985 na cidade que estavam longe do perímetro escolar<sup>3</sup>. Já no segundo encontro, foi realizado um percurso por locais próximos a escola que também remetem ao período. Por fim, no terceiro encontro, a presença de um convidado, a exibição de trechos do documentário “Arquivos da Cidade” (2009) e a atividade com entrevistas feitas pelos educandos proporcionou questionamentos sobre as memórias sociais do período.

Pretende-se refletir aqui, principalmente, sobre a atividade do segundo encontro. Dessa forma, pensar o percurso como reconhecimento da cidade em que se vive, desnaturalizando e refletindo sobre suas construções e disputas, faz parte do nosso papel em transformar a cidade em ambiente educador. Complementar esse percurso com a atividade de entrevistas, documentário e um convidado nos remete a relevância da oralidade no ensino de história. A importância de trazer tal debate para dentro da sala de aula e levá-la para a cidade é fundamental, haja vista que a relação entre patrimônio, educação, lugares de memória e ditadura civil-militar brasileira se encontra no cerne da valorização da democracia.

### **Discussões teóricas sobre patrimônio e ditadura**

#### Compreendendo patrimônio como

(...) fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura, ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo). (Site Estado de Alagoas, Secretaria da Cultura. ca. 2010)

---

<sup>3</sup> Os lugares escolhidos foram: Avenida da Legalidade e da Democracia; Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Costa e Silva; Memorial Pessoas Imprescindíveis; Monumento à Castelo Branco; Monumento aos Mortos e Desaparecidos do Regime Militar. Para acessar as coletâneas com fontes selecionadas de cada local [https://drive.google.com/open?id=0B\\_Jed0d52T4QRVV5V0JuTHBhQVv](https://drive.google.com/open?id=0B_Jed0d52T4QRVV5V0JuTHBhQVv) Acesso em 03/12/2017.

Dessa forma, a educação patrimonial está vinculada também a demonstrar que o patrimônio é uma escolha. No caso das oficinas que serão aplicadas pensamos que é necessário uma maior inclusão da temática da ditadura civil-militar pensando a cidade de Porto Alegre. Realizar a escolha dessa temática e dos locais é uma forma de visibilizar esse assunto dentro do campo patrimonial e de reforçar a Educação para o Nunca Mais, que se caracteriza por “(...) sublinhar a importância da construção de uma memória coletiva na constituição dessa cultura de paz, estabelece uma relação entre a história – em sua função de (des)construir memórias – e a educação em direitos humanos.” (ARAÚJO, 2004, p. 1 e 2)

A Educação para o Nunca Mais se conecta então ao conceito de tema sensível que

(...) designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de *apartheid* da África do Sul); ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre *o que* dizer e *como* falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa — tanto na memória como na história.” (ARAÚJO & SILVA & SANTOS, 2013, p. 9)

Perceber a ditadura civil-militar como tema sensível e tentar reaproximar essa temática dos educandos no ambiente escolar, em conexão com locais de memória que fazem parte do cotidiano desses estudantes foi a perspectiva da oficina organizada. Assim, como a atividade do terceiro encontro, que procura conectar a cidade e a memória, haja vista que o papel do/da educador/educadora “(...) não passa apenas pelo contato com a historiografia, mas com a memória social elaborada por diferentes grupos, que trazem à tona dores, lembranças, traumas e controvérsias.” (GASPAROTTO & PADRÓS, 2010, p. 5)

A atividade do percurso visa, portanto, pensar esse cotidiano do estudante que perpassa por locais de memória<sup>4</sup> e desconhece a história e a memória sobre aquele local.

---

<sup>4</sup>“A expressão ‘lugares de memória’ foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Em sua visão, estes lugares, construídos historicamente, teriam uma tripla função: são lugares *materiais, funcionais e simbólicos* onde a memória coletiva se ancora e se expressa. Possuem ainda um valor como documentos e monumentos reveladores dos conflitos e disputas que envolvem o constante processo de construção da memória.” (MALLER In: ARAÚJO & SILVA & SANTOS, 2013, Pág. 43).

Desejamos assim, transformar *um espaço* em *um lugar*- “portador de um significado e de uma memória” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Ruas, prédios e praças fazem parte do dia a dia de cada um de nós. Passamos por inúmeros locais e muitas vezes desconhecemos a relação direta de cada um deles com momentos fundamentais da nossa história. Em todas as cidades, os chamados “lugares de memória” nos cercam, porém, muitas vezes, não nos transmitem a totalidade do seu significado. Uma pequena placa ou um memorial podem ser a diferença entre apenas passar por um local ou compreender algo mais sobre a história do nosso tempo e país. (MALLER In: ARAÚJO & SILVA & SANTOS, 2013, p. 43)

A importância de trazer tal debate para a sala de aula e levá-la para a cidade é fundamental. A relação entre patrimônio, educação, lugares de memória e ditadura civil-militar brasileira se encontra no cerne da valorização da democracia

Dessa forma, a identificação de “lugares de memória” relacionados a esse período tão marcante do nosso tempo torna-se fundamental como fonte de conhecimento, estudo e ensino. A preservação desses locais, juntamente com seu reconhecimento oficial, também se faz premente. A identificação deles como patrimônio cultural torna-se de grande valor para a construção das memórias coletivas. Através dos lugares de memória é possível a comunicação entre as gerações atuais e a geração que lutou pela redemocratização do país e pelo respeito aos direitos humanos. A educação é o único meio para que as novas gerações compreendam e valorizem a democracia e se tornem cidadãos conscientes; é o principal caminho para que aprendam com as dificuldades do passado e para que elas nunca mais aconteçam. (MALLER In: ARAÚJO & SILVA & SANTOS, 2013, p. 43)

Essa valorização está, por conseguinte, intrinsecamente conectada a romper com o silêncio que foi institucionalizado pelo governo brasileiro quanto ao período ditatorial. Reforçar a história, a memória e a justiça no ambiente educacional é uma forma de resistência que se ancora no conhecimento desse passado recente como um direito das novas gerações (GASPAROTTO & PADRÓS, 2010, p. 17).

Discutir história, patrimônio e cidade como uma questão política significa assumir a premissa de que esta tríade está na base das relações de poder de grupos sociais pela definição de suas identidades na construção do lugar onde vivem. Dessa forma, a produção do conhecimento histórico, os estudos e as práticas educativas em torno do patrimônio são caminhos permanentemente tracejados por identidades. Essa questão é aqui enfocada através de reflexões de três perspectivas: a produção historiográfica e identidade; a cidade como construção do lugar de vivência; e a educação

patrimonial como democratização do direito de identificação. (MACHADO, 2012. p. 1)

Pensar o percurso como reconhecimento da cidade em que se vive, desnaturalizando e refletindo sobre suas construções e disputas, faz parte do nosso papel em transformar a cidade em ambiente educador. Complementar esse percurso com a atividade de entrevistas, documentário e um convidado nos remete a importância da oralidade no ensino de história.

Compreender, por fim, que existe uma cidade do dia a dia - concreta - mas também existe uma cidade imaginada como nos escreve Sandra Pesavento (2007). Ademais, Pesavento trata da oralidade e sua conexão com a cidade de uma maneira que gostaríamos que fosse transmitido na oficina

E, para além da palavra escrita, há aquela da oralidade, que implica outra forma de dizer a cidade, através do som e das palavras ditas. Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe. (PESAVENTO, 2007, p. 20)

Portanto, os diálogos se pautam em desafiar esses educandos a pensar a educação patrimonial e a ditadura civil-militar como problemáticas próximas do seu cotidiano e de uma maneira prática: caminhando e observando. Afinal “São inúmeras as possibilidades de ler a cidade ao caminhar, e esse ato reveste-se de uma importância singular quando os passos são dados por nossos próprios pés. E, no andar, descobre-se a possibilidade de construir nossas memórias e a de nossa cidade.” (POSSAMAI, 2010, p. 218)

### **A cidade como espaço educativo**

Para compreender a cidade como espaço educativo, primeiramente precisamos lançar mão do conceito “Cidade Educadora”, sendo assim

A concepção de Cidade Educadora remete ao entendimento da cidade como território educativo. Nele, seus diferentes espaços, tempos e atores

são compreendidos como agentes pedagógicos, que podem, ao assumirem uma intencionalidade educativa, garantir a perenidade do processo de formação dos indivíduos para além da escola, em diálogo com as diversas oportunidades de ensinar e aprender que a comunidade oferece. (Site do Centro de Referência em Educação Integral, 2014.)

Dessa forma, a construção de uma cidade educadora não depende apenas da instituição escolar transformar o seu entorno, mas de um esforço coletivo entre os representantes eleitos e cidadãos. A cidade educadora tem como objetivo democratizar os saberes de forma que sejam benéficos para toda a comunidade, ou seja, algo que vai muito além<sup>5</sup> de inserir percursos pela cidade no cotidiano escolar. Nesse sentido, o Brasil faz parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras<sup>6</sup>, com quatorze cidades, em que Porto Alegre é uma delas. Em uma pesquisa realizada no site, no entanto, estão documentados apenas quinze experiências realizadas na capital gaúcha - apenas quatro nos anos 2000 - sendo a mais recente de 2005.

No entanto, acredito que transformar um espaço em um lugar (PESAVENTO, 2007, p. 15) são os primeiros passos para iniciar uma cultura de cidade educadora, fortalecendo, dessa maneira, a construção da cidade como lugar de vivência e da educação patrimonial como democratização do direito ao conhecer (MACHADO, 2012, p. 1). Em síntese

Não se pode deixar de reconhecer que dentro desse processo a escola tem um papel proeminente. É pressuposto importante que a escola deve rever seu currículo continuamente, adaptando-o ao contexto da comunidade em que está inserida, inovando suas práticas, indo além dos seus muros, incluindo as novas tecnologias e mídias no seu trabalho, garantindo condições para que o saber e o desenvolvimento pessoal e social sejam valores indiscutíveis para sua comunidade escolar. Nesse sentido, o trabalho da escola colabora indiscutivelmente para o sucesso da construção de cidades que se desejam educadoras. (COSTA, Natacha.ca. 2007)

A atividade pelos locais ligados à ditadura civil-militar brasileira na cidade de Porto Alegre visou estabelecer uma conexão entre os eixos

Em primeiro lugar como entorno, contexto ou contida de instituições e acontecimentos educativos: “educar-se ou aprender na cidade” seria o lema que descreve esta dimensão. Em segundo lugar, a cidade é também um agente, um veículo, um instrumento, um emissor de educação

---

<sup>5</sup>Para entender melhor: “Contributos para a construção de um Projeto Educativo Local de uma Cidade Educadora” (2015). Disponível em <https://goo.gl/Tu36oK> Acesso em 03/12/2017.

<sup>6</sup>Site da Associação <http://www.edcities.org/ca/> Acesso em 03/12/2017.

(aprender da cidade). E em terceiro lugar, a cidade constitui em si mesma um objeto de conhecimento, um objetivo ou conteúdo de aprendizagem: aprender a cidade. De fato se trata de três dimensões conceitualmente diferentes e que em algumas ocasiões convém diferenciar por motivos metodológicos, mas que na realidade se dão notavelmente mescladas: quando aprendemos de e na cidade aprendemos simultaneamente a conhecê-la e a usá-la. (BERNET, J. T., 1990 apud site do Centro de Referência em Educação Integral, 2014.)

No percurso com as turmas de nono ano, conhecemos quatro lugares<sup>7</sup>: a casa de número 600 na Rua Santo Antônio, que antigamente abrigava o primeiro centro de detenção clandestino da ditadura; caminhamos pela Av. Cauduroe descobrimos a história da jovem Saiene detida em cárcere privado pelo próprio pai por ter facilitado a entrada de guerrilheiros no apartamento; atravessamos a Av. Osvaldo Aranha palco de diversas passeadas no passado e no presente, e encerramos nossa atividade em frente ao Auditório Araújo Vianna que em 1966 foi o local em que Manoel Raimundo Soares (conhecido pelo “Caso das Mãos Amarradas”<sup>8</sup>) foi preso.

Essa atividade possibilitou aos educados uma forma diferenciada de aprender o conteúdo da ditadura civil-militar brasileira, de maneira que em diversos momentos, foi possível relacionar algo específico da mediação de um lugar com questões mais amplas do regime, até mesmo questões atuais. Por exemplo, na atividade final desse segundo encontro, cada grupo foi responsável por produzir um cartaz de um dos locais visitados. O grupo que escolheu o “Dopinha” pôde notar a diferença do local antes e depois de ter seu exterior pintado, o que chamou a atenção dos educandos foi haver uma pichação na porta da garagem escrito “Onde está o Amarildo?”. Através desse questionamento por parte do grupo, foi possível, então, relacionar o desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza, em 2013, com práticas que foram realizadas na ditadura civil-militar brasileira que ainda atingem as populações periféricas.

Sendo assim, ressignificar esses locais para os educandos foi o objetivo principal da atividade de percurso. Espero que, nas próximas vezes que passarem por esses locais, lembrem dessa oficina, mas também recordem essas histórias de vida e de resistência de

---

<sup>7</sup>Para conhecer mais a história desses lugares acesse o texto usado na mediação com as turmas [https://drive.google.com/open?id=1cTk1ifRjq2VrSOfrECdZdhtRxnklquah\\_d\\_pqJCs8hQ](https://drive.google.com/open?id=1cTk1ifRjq2VrSOfrECdZdhtRxnklquah_d_pqJCs8hQ) Acesso em 03/12/2017.

<sup>8</sup>Para conhecer a história de Manoel Raimundo Soares leia <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/manoel-ramundo-soares/index.html> Acesso em 03/12/2017.

peças comuns como eles, que ousaram ir contra aquilo que não acreditavam que era melhor para todos e que, em muitos casos, doaram suas vidas em defesa da democracia.

## **Considerações finais**

Em qualquer lugar: nas grandes cidades, nos bairros, nas favelas, nas pequenas vilas, nas praias de pescadores, nas montanhas, no campo, nas regiões ribeirinhas da Amazônia...Entornos diferentes, vidas diferentes, mapas diferentes, trilhas diferentes, programas diferentes, saberes diferentes. Assim deve ser, para se viver. Quem não tem mapas e trilhas fica perdido. (ALVES, 2004, p.97)

Para dar conta de toda a experiência e crescimento que o estágio de educação patrimonial me possibilitou, seria necessário escrever ainda mais sobre cada encontro, cada interação com os educandos, cada risada em momentos de descontração e cada silêncio ao ouvirem as histórias do período ditatorial brasileiro: resta ficar para a memória. Sendo assim, a oficina teve como objetivo inserir no conteúdo escolar a educação patrimonial, e, mesmo de forma inicial, buscou mudar a visão e a relação desses educandos com a cidade em que vivem e/ou transitam.

A prática pedagógica do estágio, conecta-se ao ensino de História e a educação patrimonial, de maneira que o objetivo da construção de uma cidade educadora se comprometa com uma educação que visa expandir o território escolar. Abarcando outras sabedorias, outras temáticas para as aulas de História, aproximando o cotidiano escolar do cotidiano do educando - transformando qualquer espaço em um lugar, em uma “sala de aula”.

No que concerne, em construirmos uma cidade educadora de fato, é necessário retomar que

(...) as cidades brasileiras só poderão efetivamente ser Cidades Educadoras quando seus governos locais garantirem um caráter educativo, integrador e plural às suas ações como um todo. Delegar, única e exclusivamente ou predominantemente, à escola a função da promoção de uma cidade educadora, além de conceitualmente equivocada, caracteriza um desafio injusto e intransponível para a mesma. (COSTA, Natacha. ca. 2007)

A utopia que move os educadores que acreditam no território educativo da cidade é necessária para a mobilização de outras pessoas, principalmente dos governos locais – é mister relembra o quanto Porto Alegre, atualmente, é uma cidade distante do projeto de cidade educadora. Concluindo: é preciso tomar o espaço em torno da escola como pertencente ao currículo, agregando as comunidades local e escolar, para que a máxima “é preciso uma aldeia para educar uma criança” seja de fato levada a sério no Brasil.

## Referências

ALVES, Rubem. *Aprendiz de mim: um bairro que virou escola*. Campinas, SP : Papyrus, 2004.

ARAÚJO, Cinthia. Educar para “o nunca mais”: Ensino de História e Educação em Direitos Humanos. Anais do 5º Encontro Perspectivas do Ensino de História, 2004. Disponível em <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/viewFile/5289/4228> Acesso em 20/05/2017.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. (Orgs.) *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 48p., 2013.

CARTA DE CIUDADES EDUCADORAS, 2004 Disponível em [http://www.bcn.cat/edcities/esp/carta/carta\\_ciudades.pdf](http://www.bcn.cat/edcities/esp/carta/carta_ciudades.pdf) Acesso em 03/12/2017.

COSTA, Natacha. “A relação escola-cidade garante uma Cidade Educadora?” ca. 2007. Disponível em [http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/A\\_relacao\\_escola-cidade\\_garante\\_uma\\_Cidade\\_Educadora.pdf](http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/A_relacao_escola-cidade_garante_uma_Cidade_Educadora.pdf) Acesso em 03/12/2017.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura Civil-Militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Padrós. (Orgs.). *Ensino de História – Desafios Contemporâneos*. Porto Alegre: EST, p.183-201, 2010.

GEVEHR, Daniel Luciano; FETTE, Shirlei. Lugares de memória, educação patrimonial e ensino de história: reflexões teórico-metodológicas para a formação do professor no contexto do desenvolvimento regional. XV Seminário Internacional de Educação, 2016. Disponível em <https://goo.gl/mJsZod> Acesso em 03/12/2017.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Praticando a cidade: educação patrimonial da memória urbana. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.4, n.10, jan.-jun, 2014.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. História, Patrimônio e Cidade: Uma questão política. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.7, jul.-dez. 2012.

NEVES, Deborah Regina Leal. O símbolo de uma história escolhida: o patrimônio cultural e a difícil tarefa de construir a memória da ditadura. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.6, jan.-jun. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n.53, pp.11-23, junho de 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade: escritas da memória, leitura da história In: POSSAMAI, Zita Rosane. (Org.) *Leituras da Cidade*, Porto Alegre: Editora Evangraf, UFRGS, pp. 209- 219, 2010.

Site Centro de Referência em Educação Integral. Glossário verbete “Cidade Educadora”, 2014. Disponível em <http://educacaointegral.org.br/glossario/cidade-educadora/> Acesso em 03/12/2017.

Site Estado de Alagoas, Secretaria da Cultura. Patrimônio Cultural: O que é? ca. 2010 Disponível em <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoas/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e> Acesso em 06/10/2017.

Site Portal IPHAN. Educação Patrimonial. ca. 2010. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343/> Acesso em 06/10/2017.

## AS MARCAS DOS HISTORIADORES NOS ARQUIVOS: REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS NOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE FEEVALE

Bruna Borges da Silva  
Licenciando em História/Universidade Feevale  
[bruhh\\_borges@hotmail.com](mailto:bruhh_borges@hotmail.com)

Gabriel de Souza  
Licenciando em História/Universidade Feevale  
[gabriel\\_contato@outlook.com](mailto:gabriel_contato@outlook.com)

### Resumo

Os historiadores têm ocupado espaço importante dentro das instituições de memória. Nesse sentido, é necessário refletir sobre os papéis e possibilidades do profissional nesse campo de atuação. Esta investigação tem como proposta mapear as marcas do trabalho historiador nos espaços de memória da Universidade Feevale – Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro e Centro de Documentação e Memória Feevale - Luci Therezinha Bridi – no que tange à atuação desses sujeitos no processo de gestão, salvaguarda, pesquisa e ensino. Sendo assim, coletamos dados de relatórios, publicações de resumos e artigos da autoria docente e discente para análise. Importa, observar quais são os serviços prestados por esse profissional, as práticas experienciadas por acadêmicos e quais reflexões tem motivado o cerne da formação de saberes e práticas em História. O estudo justifica-se na medida que encara a profissionalização do historiador sem incorporar dicotomias, apresentando uma constante construção e relação de saber-fazer, prática-teoria, ensino-pesquisa, imprimidas nos discursos dos sujeitos. Como resultados, observa-se que os profissionais da História têm contribuído para a gestão e salvaguarda do patrimônio, bem como, construído saberes históricos específicos, no que tange aos arquivos da trajetória do Arqueólogo Pedro Augusto Mentz e à memória institucional da Universidade Feevale abrigada no Centro de Documentação. Por fim, ambos espaços se constituem como locais de formação entre pares, em que os alunos compartilham experiências sob orientação – de professores pesquisadores de História – dos formadores. Sendo assim, são imprescindíveis para formação profissional dos acadêmicos de História.

**Palavras-chaves:** Formação. Historiador. Acervo. Memória.

### 1 INTRODUÇÃO

A presença dos historiadores e historiadoras nos espaços de memória tem se constituído numa problemática de debates frutíferos. Atualmente, esses profissionais atuam desde a Educação Básica, percorrendo o Ensino Superior e as múltiplas interfaces produzidas entre o ensino e a pesquisa em outros âmbitos. E há, pelo menos, 30 anos no Rio Grande do Sul a questão patrimonial vem sendo pensada como uma prática social (BARROSO, 2010).

Nessa perspectiva discutiremos os papéis e possibilidades do trabalho do historiador nos arquivos da Universidade Feevale, estabelecida no município de Novo Hamburgo/RS<sup>9</sup>. Intentamos mapear as marcas do ofício do historiador nos espaços de memória da universidade, especialmente, no que tange a atuação desses sujeitos nos processos de gestão, salvaguarda, pesquisa e ensino. Para tal, compreendemos a profissionalização do historiador sem incorporar dicotomias, apresentando uma constante construção e relação de saber-fazer, prática-teoria, ensino-pesquisa. Essas dimensões se mostram inscritas, quando aplicada a Análise de Conteúdo, nos dados coletados.

Essa pesquisa tem caráter quali-quantitativo. Utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo a artigos científicos publicados e relatórios oriundos de práticas profissionais realizadas por acadêmicos entre 2015 e 2017. Reconhecendo o desafio posto a nossa formação enquanto acadêmicos de História, e igualmente, passível da reflexão desses processos.

Nesta pesquisa busca-se um levantamento bibliográfico para reflexão, pois a partir de estudos sobre a temática se pode aproximar de variadas compreensões e análises dos resultados obtidos. Assim, cabe num primeiro momento compreender as trajetórias das práticas em arquivos e a noção de formação profissional. Para depois destacar a relação da universidade e do Curso de História com os arquivos. E, por fim, mencionar a apresentação do percurso metodológico, análise dos dados e resultados.

## **2 REVISITANDO AS RELAÇÕES ENTRE OS ARQUIVOS E O OFÍCIO DA HISTÓRIA**

Se os ofícios de Clio primam pela empreitada com as fontes, os arquivos se equivalem ao Olimpo. Mais que se relacionar com as narrativas mitológicas gregas, o estabelecimento da História no rol da ciência – na Europa no final do século XIX – concebia os documentos como material imprescindível à produção do conhecimento histórico (GONÇALVES, 2005).

Dos processos-crimes, passando pelos registros paroquiais até as fotografias - só para citar alguns dos vestígios - “os ‘rastros, os indícios ou os restos’ deixados pelos homens e mulheres do passado, pelas sociedades que nos precederam.” (SILVEIRA; RAMOS, 2016, p.

---

<sup>9</sup> Localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Bairro Vila Nova, RS-239.

16), suscetível a investigação, organização e costura na atividade dos historiadores e das historiadoras.

É na Itália do século XIX, que História e Arquivologia<sup>10</sup> se aproximam permanentemente. Nesse paradigma, para além da contextualização e uso, o trabalho voltava-se também à organização (GONÇALVES, 2005). Atualmente, conforme Silveira e Ramos (2016, p. 17), “os documentos são bens culturais e não raro, ao comporem acervos de arquivos e/ou centros de documentação histórica, também integram um patrimônio cultural”.

Fundamentalmente, os arquivos estão inter-relacionados com as noções de memória e patrimônio de duas formas. A primeira, ao delimitar, selecionar e negociar o conteúdo do passado partilhado por atores e grupos diante de outros grupos sociais, dialoga com as construções identitárias (POLLAK, 1989). E a segunda, quando se traduz na necessidade moderna de preservar bens (i)materiais, suportes da memória, construídos contemporaneamente por meio de dinâmicas políticas e vínculos sociais com o passado (D’ALESSIO, 2012).

No que tange ao Brasil, memória e patrimônio dialogam, especialmente, nas políticas públicas, lado a lado com um projeto nacional, se estabelecem década de 30 no Brasil, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Contudo, anteriormente criticada por sua capacidade de representar as culturas brasileira, é através da Constituição de 1988 que as práticas de preservação ganham traços cidadãos (SILVEIRA; RAMOS, 2016).

Barroso (2010) apresenta que já em 1996 a tarefa do historiador se integrava às instituições gaúchas do patrimônio, gerando demandas para a formação no Ensino Superior, enquanto que as Diretrizes Curriculares de História (2001) vão apontar para necessidade de instrumentalizar os profissionais nas áreas da Museologia e da Arquivologia por meio de atividades práticas. Em consonância com a autora: “[...] para além do ensino e da pesquisa, ao historiador cabe atuar para disseminar a consciência do respeito ao passado, no presente, no tocante à proteção dos bens materiais e imateriais representativos da memória coletiva das comunidades.” (BARROSO, 2010, p. 20). Acrescentamos, ainda, que a Educação Patrimonial pode e tem se relacionado com o ensino e com a pesquisa.

---

<sup>10</sup> Conforme Gonçalves (2005) o campo se dedica à gestão da informação de arquivos.

Conseqüentemente, cabe entender, que a construção e salvaguarda do patrimônio, a organização de um arquivo, a extroversão de acervos, é produtora de sentidos e passível de análise. Ademais, consoante com Gonçalves (2007, p. 205), é necessário reconhecer que os arquivos não ser compreendidos como depósito de documentos, portanto, “Todo arquivo, como conjunto documental, informa, antes de tudo, acerca da própria entidade que produziu e reuniu tais documentos, o que não deveria ser esquecido por nenhum pesquisador que se debruça sobre documentos de arquivo.”

### **3 OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NA UNIVERSIDADE FEEVALE**

Instituição de Ensino Superior comunitária, estabelecida no município de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre/RS. A Universidade Feevale é mantida pela Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (ASPEUR) foi fundada no ano de 1969. Ambos os espaços de memória se localizam na Biblioteca Paulo Sérgio Gusmão no interior do campus II da universidade.

Nessa lógica, o Curso de História da universidade está profundamente relacionado com os espaços, além de integrar o ambiente da formação universitária de futuros docentes. Imediatamente, apresentaremos um breve panorama – apoiado em nossa observação – sobre os espaços de memória. Em seguida, discorreremos sobre a organização das práticas voltadas à formação acadêmica.

#### **3.1 Centro de Documentação e Memória Feevale – Luci Therezinha Bridi**

Conforme Bottino (2014, p.22) os arquivos universitários têm a missão primária de preservar a herança documental da instituição. Neste sentido, o Centro de Documentação da Universidade vai ao encontro com a autora, de modo que tem a finalidade de preservar a documentação da universidade e a da comunidade em que ela se insere.

Foi da preocupação em salvaguardar os documentos que marcam a trajetória da Universidade Feevale, que surgiu a necessidade de criar um espaço propício para o fim desejado, sendo assim em 2007 é então inaugurado o Centro de Documentação e Memória

Feevale - Luci Therezinha Bridi. Atualmente o Centro de Documentação é coordenado pela Professora Magna Lima Magalhães

O Acervo é constituído de documentos oriundos dos setores da instituição, como institutos, reitoria, pró-reitorias, bem como de certidões, atas. Requerimentos, relatórios de projetos, correspondências, fotografias, plantas, recortes jornalísticos, clipping e também doações realizadas pela comunidade.

### **3.2 Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro**

O arquivo pessoal do Professor Doutor Pedro Mentz – pesquisador nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, pioneiro no campo da Arqueologia – foi doado em 2008, após seu falecimento. Atualmente integra o Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, e é coordenado por Inês Caroline Reichert, professora do colegiado do Curso de História da universidade e líder Projeto de Ensino Memória em Movimento que assessora a gestão do acervo.

Toda coleção é oriunda do acervo pessoal do arqueólogo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, doada pela esposa e filhos à Universidade Feevale. O Acervo guarda vestígios imprescindíveis à reconstrução da trajetória e memória de Pedro Augusto Mentz Ribeiro. Constitui-se de acervo bibliográfico, acervo documental e acervo de imagens.

O acervo bibliográfico dispõe de livros, revistas, anais, teses e dissertações. O acervo documental, é composto principalmente manuscritos e diários. Enquanto o acervo fotográfico possui cerca de 4.500 diapositivos<sup>11</sup>. As possibilidades da coleção estão profundamente ligadas ao ensino e a pesquisa em Arqueologia, História, Antropologia; e às temáticas de Pré-história e Povos Indígenas no Estado.

### **3.3 A constituição dos arquivos como espaços de formação**

Partindo das considerações anteriores, a noção de formação se relaciona com as dimensões teórico-práticas desse estudo. Nosso interesse não é concluir o debate, mas sim nos reportarmos a três autores que se dedicaram a essa temática. Cabe, então, refletir

---

<sup>11</sup> Trata-se de uma pequena fotografia (35mm) em cores de superfície translúcida para a projeção.

sucintamente as concepções em torno dessa noção e seus possíveis encadeamentos com a proposta dessa investigação.

Além de ser uma ideia basilar na área da Educação, formação e aprendizagem podem ser confundidas. Mas segundo Carvalho (2011), aprender somente adquire caráter formativo quando as experiências proporcionadas transformam aprendizes. Para o autor nem todas as aprendizagens são formações, pois nem todas alteram ou provocam mudanças na constituição dos sujeitos.

Severino (2006), vinculado à Teoria Crítica na Filosofia da Educação, sustenta o conceito de formação como transversal nos debates sobre Educação e carregado de diferentes historicidades. Para o autor, “É relevante observar que seu sentido mais rico é aquele do verbo reflexivo, como que indicando que é uma ação cujo agente só pode ser o próprio sujeito.”(SEVERINO, 2006, p. 621). A formação enquanto experiência, pode significar a produção do tornar-se baseado na contínua e consciente reflexão acerca da realidade. Sendo assim,

Sem perder as imprescindíveis referências éticas e políticas, mais que se afirmar como processo de formação de um sujeito ético ou de um sujeito cidadão, o que está em pauta é a própria construção do sujeito humano no tempo histórico e no espaço social, como sujeito integralmente ético e político, pessoa-habitante de um universo coletivo. (SEVERINO, 2006, p. 622)

Recorremos a Tardif (2000) que pensa especificamente a “epistemologia da prática profissional”, ao estudar vários saberes incorporados pelos profissionais na prática, temática central na presente investigação. Sendo assim, nos tornamos signatários da “noção de saber” um sentido amplo, que engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser.” (TARDIF, 2000, p. 10-11).

Esses diferentes conhecimentos integram desde os saberes pessoais – da história de vida –, saberes escolares – da formação na Educação Básica –, saberes da formação universitária, saberes “curriculares” derivado das “ferramentas de trabalho dos professores”, saberes-fazer “do trabalho” – conformados na prática, na experiência e na autoria –; até a constituição das identidades profissionais docentes (TARDIF, 2000, 2002).

Tardif (2000), escreve,

O que a pesquisa sobre os saberes profissionais mostra é que eles são fortemente personalizados, ou seja, que se trata raramente de saberes formalizados, de saberes objetivados, mas sim de saberes apropriados, incorporados, subjetivados, saberes que é difícil dissociar das pessoas, de sua experiência e situação de trabalho. (TARDIF, 2000, p. 15).

Pelo que se tem visto até aqui, convém citar Silva (2014) que entende a atuação em espaços além-muro da sala de aula, em consonância com as orientações curriculares para o Ensino Superior, como dinâmica colaborativa no processo formativo de professores(as) pesquisadores(as).

O Curso de História da Universidade Feevale propõe, pelo menos, três momentos formativos – Seminários de Pesquisa e Prática, Seminários de Pesquisa e Estágio, e Atuação em Programas e Projetos reconhecidos como Atividades Complementares – em diversos componentes da matriz curricular (SILVA, 2014).

Conforme Silva (2014), ao final da realização das atividades o conhecimento é sistematiza sob a forma de relatório apresentando a prática e a reflexão, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de História da Universidade Feevale.

Nos interessa analisar as atividades realizadas nos Seminários de Pesquisa e Prática desenvolvidos exclusivamente no âmbito da Universidade Feevale, aproximando formação, prática e pesquisa. As disciplinas oportunizam a atuação em espaços culturais, de memória, arquivos, museus, acervos voltados à Educação Patrimonial. Mais especificamente, duas das quatro disciplinas, Seminário de Pesquisa e Prática em Acervos e Educação Patrimonial, e Seminário de Pesquisa e Prática em História do Rio Grande do Sul que demandam horas práticas a serem desenvolvidas e comumente ocorrem nos espaços de memória da instituição.

Na formação universitária do docente em História, os arquivos tornam-se lócus de prática e construção de saberes-fazeres, objetos nesse estudo. De modo que a prática e pesquisa são características da formação inicial voltada ao desenvolvimento de professores(as) pesquisador(as).

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

A presente investigação se caracteriza de natureza básica com objetivos exploratórios, utilizando de abordagem quali-quantitativa e de procedimentos bibliográficos e documentais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para esta proposta utilizou-se o método de Análise de Conteúdo (MORAES, 1999). Trata-se de uma técnica para interpretação de documentos através da categorização, descrição e interpretação de suas informações.

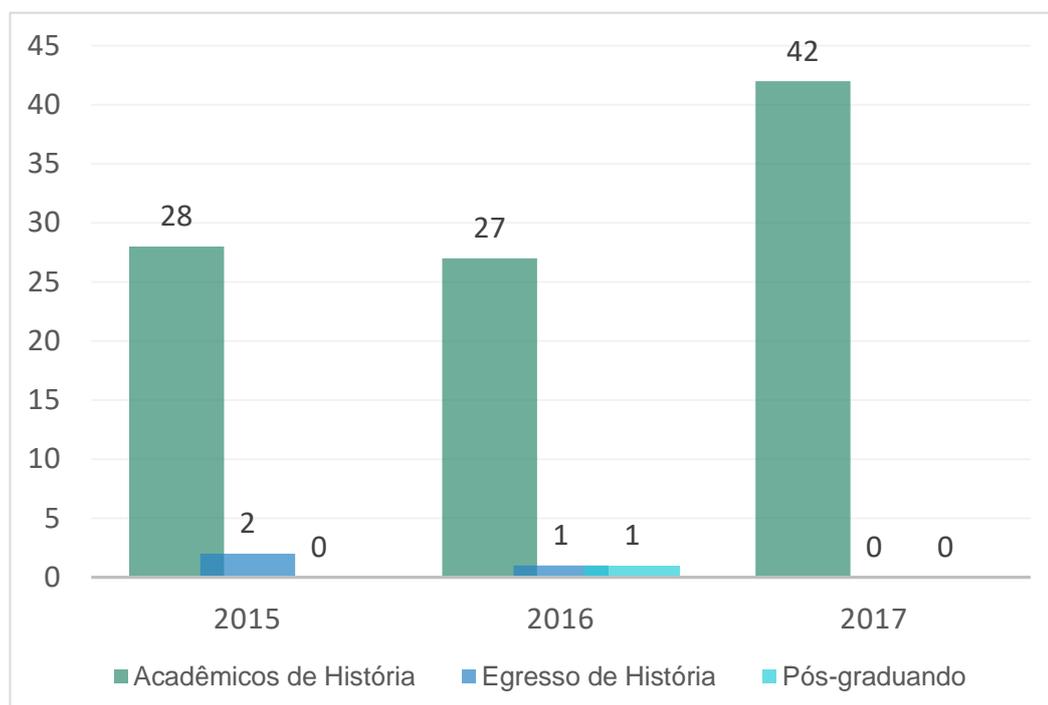
Sendo assim, num primeiro momento, realizamos o levantamento de dados junto a relatórios institucionais, análise e elaboração de gráficos. Posteriormente, coletamos publicações virtuais de resumos e artigos a fim de mapear as possibilidades e práticas oriundas dos acervos. Por fim, recolhemos alguns dos relatórios que são produzidos e apresentados pelo alunado ao final do percurso nos componentes curriculares de Seminário de Pesquisa e Prática em Acervos e Educação Patrimonial, e de Seminário de Pesquisa e Prática em História do Rio Grande do Sul.

Posto isto, baseamos a análise qualitativa dos documentos escritos em duas perguntas norteadoras - a fim de perseguir nosso objetivo, isto é, mapear as marcas do trabalho historiador nos espaços de memória da universidade - quais são os serviços prestados pelo profissional em História e as práticas desenvolvidas por acadêmicos do Curso de História, bem como, a partir dessas experiências formativas, quais reflexões têm sido produzidas na construção de saberes e fazeres em História.

#### 4.1 Reconhecendo as práticas nos acervos

Cabe identificar os números de sujeitos no período entre 2015-2017 que desenvolveram diferentes práticas nos acervos. Conforme Reichert (2015, 2016, 2017) totalizam 101 práticas desenvolvidas nos seis semestres listados.

Quadro 1: Práticas realizadas nos espaços de memória da universidade. Fonte: elaborado pela autora e autor.



##### 4.1.1 Analisando os vestígios do ofício historiador

Aqui nosso objetivo específico é visibilizar as produções científicas oriundas de atividades nos espaços de memória. Dos artigos redigidos pelos docentes ligados ao Curso de História (BECKER; MARTINS, 2004, 2006; SCHEMES; PRODANOV; SILVA, 2008) há forte relação com o passado institucional, ainda enquanto centro universitário, nessa perspectiva o centro de documentação é vinculado à pesquisa e representa um local para produzir e coletar fontes acerca da História da Feevale.

Artigos completos em anais de eventos científicos compõem a área da pesquisa (ALVES; RIBEIRO; KUHN; MAGALHÃES, 2014) e da ação de salvaguarda (SOUZA; TRIWEILER; REICHERT, 2015). E uma pesquisa monográfica em História da Arqueologia (ESCOVAL, 2014).

Os resumos totalizam 6 publicações, oriundas dos vínculos com o Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, resultado de apresentações em eventos de pesquisa. Sendo um dedicado à pesquisa (ESCOVAL, 2014), um abordando as experiências acadêmicas na relação ensino-pesquisa (SILVA; SOUZA; OLIVEIRA; DAI PRÁ; REICHERT, 2017), outro enfocando as atividades e potenciais de pesquisa no espaço (KUHN; ROCHA; LEAL, 2014) e, os demais a explicitando as estratégias de salvaguarda e gestão (SOUZA; TRIWEILER, 2016; MORATO; WEBER, 2017; SILVA; REICHERT, 2017). Ressalta-se a participação dos docentes, especialmente, na orientação dos discentes às atividades de salvaguarda do acervo.

#### **4.1.2 “Pude confrontar as teorias que foram discutidas ao longo das aulas com a realidade do trabalho em um Acervo.”: constituindo saberes profissionais**

O problema da formação profissional em História orientou essa investigação, questionando a construção de saberes e as reflexões empregadas pelos acadêmicos nas práticas. Conforme Tardif (2000, 2002), não podemos entender a prática como o espaço de execução direta e única dos conhecimentos aprendidos na universidade. O autor ressalta, “[...] a prática profissional nunca é um espaço de aplicação dos conhecimentos universitários. Ela é, na melhor das hipóteses, um processo de filtração que os dilui e os transforma em função das exigências do trabalho [...]” (TARDIF, 2000, p. 12).

Durante a realização das práticas realizadas no Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro, pude **confrontar** as **teorias** que foram discutidas ao longo das aulas com a **realidade do trabalho** em um Acervo, compreendi a importância de tal espaço voltado a preservação da História. O Acervo é uma porta através da qual há possibilidade de qualquer pesquisador elucidar acontecimentos passados, sendo possível entender e contextualizar os fatos ocorridos. (ACADÊMICO D, s/ p., grifo nosso)

Sendo assim, a “realidade do trabalho” se constitui como espaço de “confronto” e, não de simples enquadramento. Para Tardif (2010) os conhecimentos universitários são selecionados e sujeitos a reelaboração.

A ideia de se ter um acervo pessoal dentro da instituição Feevale, com a riqueza de materiais e pesquisas realizadas ao longo de toda a vida de Pedro Mentz, é de uma grandiosidade tamanha, que nos permite **ampliar o olhar crítico e analítico** sobre uma rica interdisciplinaridade, deste que, ao longo de toda a sua carreira, dedicou se inteiramente a arte de produzir e ampliar conhecimento. (ACADÊMICO C, 2017, s/ p., grifo nosso)

O excerto anterior marca duas competências fundamentais à formação de docentes pesquisadores, "o olhar crítico e analítico". Nessas condições, além de estimular a curiosidade e o interesse pela pesquisa, para o Acadêmico B (2017), o contato com as fontes desenvolveu o saber-fazer da análise, fundamental à função da profissão do historiador. Já para o Acadêmico A (2017), após a aplicação de instrumentos de catalogação, a prática impulsiona a extroversão dos conhecimentos.

Essas experiências atravessam as trajetórias de formação dos sujeitos e, passam a conhecer sobre o cotidiano de espaços de memória - sejam eles museus, acervos pessoais, centros de documentações - são estas pequenas minas, ricas em documentos e fontes, que oferecem aos acadêmicos as ferramentas para a atuação nos ofícios da História.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visamos mapear as marcas do trabalho historiador nos espaços de memória da Universidade Feevale no que tange à atuação desses sujeitos no processo de gestão, salvaguarda, pesquisa e ensino. A presente investigação resulta do interesse da autora e do autor em refletir sobre as práticas acadêmicas. Por meio da seleção do subsídio teórico-metodológico e documental apresentado não intentamos esgotar a temática, nos interessa incentivar diferentes estudos, compreendendo que há inúmeros universos de pesquisa a serem organizados e analisados.

Se verifica que os profissionais da História têm contribuído para a gestão e salvaguarda do patrimônio, bem como, construído saberes históricos, no que tange aos arquivos da trajetória do Arqueólogo Pedro Augusto Mentz e à memória institucional da Universidade Feevale abrigada no Centro de Documentação. A análise do material coletado verifica, especificamente, a construção de saberes por meio das práticas. Fazeres que desde

os desafios postos na realidade, dialogam com os conhecimentos universitários entendidos como úteis,

Segundo Carvalho (2011), “[...] é impossível saber com precisão em que sentido e com qual intensidade a apreciação de uma obra de arte teve um papel formativo em alguém. [...] Assim é uma experiência educativa com valor formativo.” Nessa lógica, recorremos as evidências escritas que pudessem fornecer pistas das interpretações sobre as práticas realizadas nos espaços de memória da universidade. Entendendo que os registros caracterizam uma reflexão consciente dos autores e autoras acerca de seus fazeres nos arquivos institucionais.

#### Adquire sentido, a formação como noção

[...] aquela do alcance de um modo de ser, mediante um devir, modo de ser que se caracterizaria por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação, pela condição de sujeito autônomo. [...] A educação não é apenas um processo institucional e instrucional, seu lado visível, mas fundamentalmente **um investimento formativo do humano**, seja na particularidade da relação pedagógica pessoal, seja no âmbito da relação social coletiva. Por isso, a interação docente é considerada **mediação universal e insubstituível dessa formação** [...] (SEVERINO, 2006, p. 621, grifo do autor)

De acordo com Tardif (2000), “[...] a lógica disciplinar é regida por questões de conhecimento e não por questões de ação. Em uma disciplina, aprender é conhecer. Mas, em uma prática, aprender é fazer e conhecer fazendo.” (TARDIF, 2000, p. 18). É sob essa ótica que as práticas, aqui estudadas, operam. Procurando romper, mesmo que parcialmente, com o “modelo aplicacionista”. Possibilitam dialogar com os fazeres dos acadêmicos promovendo um deslocamento constante entre os saberes práticos e universitários.

Finalmente, o diálogo construído pela troca de saberes entre docente-discente, mas, sobretudo, entre os alunos e as alunas. Podemos constatar que as práticas são coletivas e colaborativas, encorajando os sujeitos a refletirem sobre a própria condição de docente em formação.

## Referências

ACADÊMICO A. **Relatório**. 2017. (Manuscrito).

ACADÊMICO B. **Relatório**. 2017. (Manuscrito).

ACADÊMICO C. **Relatório**. 2017. (Manuscrito).

ACADÊMICO D. **Relatório**. 2017. (Manuscrito).

ALVES, Maicon José; RIBEIRO, Fabrício Locatelli; KUHN, Fabrício Alcindo; MAGALHÃES, Magna Lima. Memória e História: O Campus I da Feevale. In: Feira de Iniciação Científica. **Anais**. Novo Hamburgo, Universidade Feevale, 2014, p. 560-573.

BECKER, Gisele; MARTINS, Rodrigo Perla. Acervo de memória institucional do centro universitário Feevale. **Revista de História Regional**, v. 10, p. 71-86, 2006.

\_\_\_\_\_. Projeto “Memória e História do Centro Universitário Feevale/Aspeur”: primeiros passos na construção de uma identidade institucional de organização e catalogação. **Prâxis**, Novo Hamburgo, v. 01, p. 93-98, 2004.

BOTTINO, Marisa. Arquivo Universitário: sonho ou realidade? In: VENANCIO, Renato, NASCIMENTO, Adalson. **Universidades e Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Sobre o conceito de formação: diferenças entre o que aprendemos e o que nos afeta como seres humanos. **Revista Educação**. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/sobre-o-conceito-de-formacao/>> Acesso em: 2 dez. 2017.

D’ALESSIO, Márcia Mansur. Metamorfose do Patrimônio – O Papel do Historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012, p. 79-90.

ESCOVAL, Iloir da Rosa. **A arqueologia no Brasil e o arqueólogo Pedro Mentz Ribeiro: escavando as camadas de memória e montando os cacos dessas trajetórias**. 2014. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, 2014.

\_\_\_\_\_. História da Arqueologia Brasileira e o arqueólogo Pedro Mentz Ribeiro: trajetórias que se cruzam. In: IX Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. **Resumos**. Joinville: SAB, 2014.

GONÇALVES, Janice. Arquivos e História: perspectivas. **Esboços**, v.17, p. 205-211, 2007.

GONÇALVES, Janice. Arquivos no Presente: o lugar da História. **Cadernos do CEOM**, v. 22, p. 75-97, 2005.

KUHN, Fabricio Alcindo; ROCHA, Michele; LEAL, Antônio Marcos. A Intimidade de um Arqueólogo: Possibilidades de Pesquisa a partir do Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro. In: IX Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. **Resumos**. Joinville: SAB, 2014.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORATO, Caroline. WEBER, Roswithia. A Construção de um Catálogo Bibliográfico no Acervo Pedro Mentz Ribeiro. In: Feira de Iniciação Científica. **Resumos**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REICHERT, Inês Caroline. **Relatório de atividade final**. 2015. (Manuscrito).

REICHERT, Inês Caroline. **Relatório de atividade final**. 2016. (Manuscrito).

REICHERT, Inês Caroline. **Relatório de atividade final**. 2017. (Manuscrito).

SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber; SILVA, Cristina Ennes da. Memória, História e Documentação: Feevale, uma Experiência Comunitária. **Métis: História & Cultura**. v. 7, n. 13, p. 57-81, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022006000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 Dez. 2017.

SILVA, Bruna Borges da; REICHERT, Inês Caroline. Acervo Pedro Mentz Ribeiro/Universidade Feevale: Possibilidades e Reflexões sobre o Arquivo Pessoal de um Arqueólogo. In: Congresso de Ensino de Graduação. **Resumos Expandidos**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2017. s/ p.

SILVA, Bruna Borges da; SOUZA, Gabriel de; OLIVEIRA, Luiza Eduarda de; DAI PRÁ, Giovanna Aparecida Lisboa; REICHERT, Inês Caroline. Escavando Experiências Acadêmicas: As Práticas no Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro. In: Feira de Iniciação Científica. **Resumos**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2017.

SILVA, Celina Janete da Conceição. **As práticas de ensino e a formação do profissional de história, como uma construção do conhecimento e da prática**. 2014. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, 2014.

SILVA, Zélia Lopes da. Os centros de documentação das universidades, tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p. 49-63.

SILVEIRA, Éder da Silva; RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. A produção de conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação. In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (org.). **Centros de documentação e arquivos: acervos experiências e formação**. São Leopoldo: Oikos, 2016. P. 13-28.

SOUZA, Gabriel de; TRIEWEILER, Kimberly Ludvig. História, Arqueologia e Patrimônio: Coleção de Imagens do Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro. In: I Mostra de Pesquisas do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. **Resumos**. São Leopoldo: MHVSL, 2016.

SOUZA, Gabriel de; TRIEWEILER, Kimberly Ludvig; REICHERT, Inês Caroline. Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro: Realização de Pré-Inventário de Coleção de Imagens. In: XII Seminário de Estudos Históricos. **Anais**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2015, p.1-12.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Saberes Profissionais dos Professores e Conhecimentos Universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, São Paulo, n. 13, p. 5-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13\\_05\\_MAUURICE\\_TARDIF.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

## O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO ANTIGO RECINTO FERROVIÁRIO DE SÃO LEOPOLDO PELO PRESERVE

Cinara Isolde Koch Lewinski  
Mestre em História  
Museu do Trem de São Leopoldo  
[cinarakoch@gmail.com](mailto:cinarakoch@gmail.com)

### Resumo

Nas últimas décadas, construções que anteriormente não eram prestigiadas, como os prédios da estrada de ferro do nosso país, foram reconhecidos como bens culturais e na medida que foram considerados como patrimônio cultural, o seu estudo também ganhou destaque. A partir dessa abertura temática, o PresERVE (Programa de Preservação do Patrimônio Histórico) criou vários centros de preservação em vários estados na década 1980/1990, dentre eles o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul. Os lugares escolhidos pelo programa preservacionista para abrigar os centros de preservação foram as edificações que chamavam a atenção pela sua arquitetura e pelo valor de antiguidade. Às antigas estações foi atribuído um grande valor histórico, pois muitas cidades se desenvolveram e outras surgiram em torno dos recintos da ferrovia. Por sua importância na construção de memórias individuais e coletivas, a estação ferroviária de São Leopoldo foi uma das edificações eleitas como símbolo do desenvolvimento urbano e digna de abrigar o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul pelos agentes do PresERVE. Portanto, ganha centralidade no artigo, o estudo do processo de patrimonialização do recinto da antiga estação ferroviária de São Leopoldo pelo legado histórico e cultural, com embasamento teórico e metodológico na história cultural juntamente com a história oral. Sendo assim, por meio da pesquisa na documentação administrativa do PresERVE e por intermédio das fontes testemunhais averiguou-se que o processo de “restauração” do recinto mencionado para constituir o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul em seu ambiente foi uma estratégia utilizada pelo programa preservacionista para dar maior visibilidade ao prédio centenário para consolidá-lo como lugar de memória da empresa VFRGS/RFFSA rio-grandense, o que trouxe implicações nas representações que a mesma passou a construir e consagrar nos seus espaços.

**Palavras-chaves:** Patrimonialização. Acervo ferroviário. Instituição museológica. PresERVE. História regional.

### O Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul inserido em um Projeto Nacional

Para entender melhor o assunto, é necessário compreender a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980 como um projeto inserido num programa nacional. Além disso, é preciso esclarecer que houve

mudanças<sup>12</sup> durante o século XX sobre a percepção do que era considerado como patrimônio cultural, devido a diversos fatores dentro os quais, as decisões tomadas pela UNESCO por meio das medidas da Carta de Veneza<sup>13</sup> (1964). Seguindo as determinações do documento mencionado, o governo federal brasileiro passou a ajustar as suas decisões com uma definição de patrimônio ampliada, pautando-se nos “referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano”. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.32). Dessa forma, “essa abertura temática permitiu que construções menos prestigiadas ou mais populares, como moinhos, mercados públicos ou estações de trem, fossem reconhecidos como patrimônio” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.32). Sendo assim, o processo de patrimonialização<sup>14</sup> dos bens ferroviários surgiu a partir da ideia de democratização do patrimônio que se potencializou nas últimas décadas do séc. XX no Brasil. As transformações da perspectiva positivista de história por pesquisas históricas ressaltando as construções e apropriações cotidianas de fenômenos sociais alargaram os bens compreendidos como patrimônio, os quais passaram a vincularem-se a sujeitos comuns e demais objetos do cotidiano. Então, com a incorporação de novas concepções nas práticas de tombamento através da democratização da cultura, o patrimônio da ferrovia no Brasil passou a pertencer ao inventário dos bens a serem preservados. Dessa forma, a ferrovia que por mais de um século era símbolo de modernidade e progresso estava sendo ressignificada como patrimônio cultural.

No entanto, começou-se a pensar efetivamente numa política patrimonial sobre os bens ferroviários no Brasil a partir do momento em que a RFFSA (Rede Ferroviária Federal

---

<sup>12</sup> Este artigo não pretende discorrer sobre as políticas federais de preservação em marcha no país desde a década de 1930, mesmo sabendo que existem conexões com experiências anteriores exercidas principalmente pelo MinC e pelo SPHAN/ IPHAN que influenciaram no surgimento do PresERVE.

<sup>13</sup> A Carta de Veneza foi instituída no II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964. Esse documento ampliou a noção de “monumento histórico”, incluindo os objetos que adquiriram significação cultural com o tempo, como uma obra arquitetônica ou também um sítio, urbano ou rural. Portanto, a Carta considera o patrimônio construído de qualquer época, inclusive a arquitetura recente, difundindo o respeito e a integridade da configuração de seus espaços. Para isso, são propostos princípios fundamentais que deveriam guiar todas as intervenções e que servem de base para a preservação de obras e conjuntos arquitetônicos. (KÜHL, 2010)

<sup>14</sup> Segundo Chuva (2012), o ato de patrimonialização consiste em selecionar um bem cultural (objetos e práticas) através da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade. Então, uma nova trajetória se impõe aos bens instituídos como patrimônio que passam a ser submetidos a uma nova ordem jurídico-legal, bem como a condições de existência diferenciadas, marcadas por essa singularidade. (CHUVA, 2012).

Sociedade Anônima) foi incluída no Programa Nacional de Desestatização<sup>15</sup>. Logo, todo o patrimônio ferroviário não operacional constituído em nosso país, a partir dos meados do séc. XIX passou a ser responsabilidade do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ganhando destaque no Patrimônio Cultural Brasileiro devido à sua importância socioeconômica para a sociedade. Porém, no desdobramento deste processo, vários museus ferroviários foram criados no Brasil durante a execução dos projetos do Preserve/fe<sup>16</sup>, entre a década de 1980 e início dos anos 1990, ou seja, antes do IPHAN assumir a responsabilidade pela salvaguarda do acervo desse modal. O Preserve (Programa de Preservação do Patrimônio Histórico) foi criado pelo governo federal, através da Portaria nº 292, de 24 de abril de 1980. Inicialmente, era um projeto com o objetivo de preservar a história dos transportes e tinha como proposta conhecer o material histórico do Ministério supracitado, reunir em local adequado, preservar e restaurar, com o intuito de documentar a evolução tecnológica de todos os modais. Mais tarde, o projeto transformou-se em programa e buscou preservar a memória do desenvolvimento de todos os meios de transportes no Brasil, por meio da salvaguarda de bens avaliados históricos e representativos de cada modal. Porém, o programa foi possível e levado adiante somente com o modal ferroviário, pois, o material para a preservação ainda estava disponível e dos quais alguns ainda faziam parte de bens ativos operacionais da RFFSA.

Essa mudança de orientação também trouxe transformações estruturais no programa governamental. Em 1986, o Preserfe deixou de ser ministerial e passou a ser administrado pela RFFSA, que adotando as bases das diretrizes instituídas no programa inicial, desenvolveu o Setor de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário- Preserfe, assumindo a responsabilidade pela manutenção e orientação dos trabalhos referentes à preservação na empresa. Com esse intuito, o Preserve/fe engajou-se na busca de preservar o patrimônio histórico da estrada de ferro para divulgar a história e edificar uma cultura da preservação ferroviária e assim, propiciou a ressignificação dos objetos, que outrora

---

<sup>15</sup> A partir da leitura da lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) podemos perceber que promoveu várias mudanças para tornar as malhas ferroviárias atrativas para as concessionárias. Dentre as ações governamentais implantadas pelo referido plano estava a destinação dos bens operacionais para o DNIT e dos bens não operacionais para diversos órgãos ou entidades, como o IPHAN. (BRASIL, 1990).

<sup>16</sup> Como Matos (2015), seguiremos a mesma estratégia utilizando o termo Preserve/fe sempre que citarmos o programa, pois foi criado em 1980, pelo Ministério dos Transportes, mas a partir de 1986, deixou de ser ministerial e passou a ser denominado como Preserfe, atuando somente na preservação do patrimônio ferroviário, através da RFFSA.

representavam modernidade e evolução. Os bens não operacionais da RFFSA foram selecionados para serem ressignificados como patrimônio, sendo utilizados para compor as exposições e para fazer parte da reserva técnica nos espaços organizados pelo programa de preservação que construiu um discurso e propôs uma memória oficializada.

A escolha dos lugares para implantação dos centros e núcleos considerou a importância adquirida pela ferrovia para a comunidade local, a estrutura existente e o apelo social, mas principalmente o valor histórico e arquitetônico das edificações<sup>17</sup>. Então, as antigas construções ferroviárias com a predominância da influência europeia foram restauradas e adaptadas para receber os vários centros e núcleos de preservação da história ferroviária no Brasil. Os recintos ferroviários foram considerados de grande valor histórico por sua importância na construção de memórias individuais<sup>18</sup> e coletivas<sup>19</sup>. Muitas cidades se desenvolveram e outras surgiram em torno das estações e trilhos da ferrovia, portanto, ganharam status como sendo o símbolo do desenvolvimento urbano. Dessa forma, a estação de São Leopoldo-RS foi um desses espaços eleitos por ser considerada “[...] um dos lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 5) para abrigar a história da ferrovia no Rio Grande do Sul.

De acordo com o gerente, o arquiteto Cláudio Bacalhau, na apresentação, em 1991, do Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas, era importante —resguardar a memória da história da arquitetura no Brasil, pois a arquitetura ferroviária, para o PRESERFE, —é um exemplo marcante da influência do prédio na evolução urbana. || (Prochnow, 2014, p.26).

A partir da citação acima, pode-se constatar que a antiga estação ferroviária de São Leopoldo já fazia parte do âmbito do imaginário e por isso, caracterizado como um símbolo, ou seja, “[...] quando o objeto considerado é remetido para um sistema de valores subjacente, histórico ou ideal” (LE GOFF, 1994 apud BARROS, 2011, p.53). No entanto, se

---

<sup>17</sup> Informações encontradas no documento administrativo ‘Técnicas e Normas do Preserve’.

<sup>18</sup> Por mais individuais que sejam as nossas memórias, “a memória individual tem sempre uma dimensão coletiva, sendo a significação dos acontecimentos memorizados pelo sujeito sempre medida pelo diapasão da sua própria cultura.” (CANDAUI, 2011, p. 97).

<sup>19</sup> “A memória coletiva é frequentemente o produto de um empilhamento de estratos memoriais muito diversos, podendo essas camadas sedimentares ser alteradas aquando das perturbações de memória. Dessa forma, se podemos admitir que *Les lieux de mémoire*, [...], nos falam realmente de algumas modalidades de memória coletiva (memória real, memória-Estado, memória-nação, memória-cidadão, memória-patrimônio), os lugares são na maior parte das vezes a condensação de memórias plurais mais ou menos antigas, frequentemente conflituosas e interagindo umas com as outras” (CANDAUI, 2011, p. 91-92, grifo do autor).

percebe a ferrovia como um exemplo de como “os símbolos podem ser polivalentes” (BARROS, 2011, p.53), pois outrora representava modernidade e desenvolvimento econômico e nas últimas décadas, se transformou em patrimônio porque se tornou ultrapassada diante das novas tecnologias que a sociedade estava absorvendo. Portanto, percebe-se claramente que a prática da preservação do patrimônio histórico passa a ser assunto do governo federal com a preocupação em manter e conservar as edificações que foram eleitas pelo seu legado histórico e cultural que evocavam “uma memória que não é mais a do Estado-Nação”. (REIS, 2012, p. 59). Sendo assim, o discurso expõe a ideia da promoção de políticas públicas que surgiram com a exigência da sociedade por uma maior democratização do patrimônio e do acesso à informação.

Apesar do valor histórico da antiga estação de São Leopoldo, a arquitetura do prédio foi o aspecto mais destacado pelo programa governamental. Matos (2015) observou em sua tese que, o Preserve/fe mesmo não tendo a predominância de arquitetos e possuindo um quadro de funcionários multidisciplinares, não conseguiu se desvincular das raízes do modelo preservacionista implantado pelo Estado e desenvolvido pelo Iphan nas décadas anteriores no que diz respeito a valorização do patrimônio arquitetônico. Deste modo, a autora nos propõe a ideia de que tal entendimento estava bastante assimilado no modus operandi do campo preservacionista do período. (MATOS, 2015). Rodrigues (2010) em seu artigo “Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória” apontou que os critérios dos tombamentos já realizados geralmente repousam em antigos valores que dificilmente “consideraram as unidades fabris ou as vilas operárias em seu papel estruturador dos espaços urbanos”. (RODRIGUES, 2010, p.38).

No caso específico das ferrovias, o tombamento de estações, cujo papel só pode ser compreendido no contexto amplo que sustenta funcional e tecnologicamente o sistema ferroviário, composto de itens como armazéns, oficinas, residências, instalações mecânicas, revela nitidamente a tendência de consolidação da imagem nostálgica do passado e do tratamento unitário de partes, ainda preponderante sobre o tratamento dos sistemas industriais (RODRIGUES, 2010, p.39).

De acordo com a autora, com “o sucateamento de maquinário e equipamentos conduz à perda dos valores essenciais da fábrica, ou, ao menos, à sua redução, e, com eles, reduzindo a memória dos processos sociais à materialidade das edificações fabris” (RODRIGUES, 2010, p.39) e que a falta dessa relação leva os objetos do patrimônio industrial

a se tornar fetiches. Dentro dessa perspectiva, podemos dizer que as edificações ferroviárias não fogem a essa regra. O documento referente ao histórico do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul sugere que o PresERVE/fe dava destaque para a arquitetura do prédio da estação de São Leopoldo, como podemos ver na citação abaixo:

O prédio pré-fabricado em madeira e zinco, foi importado da Inglaterra pelos seus empreiteiros John Mac Ginity, Dr. R. Cleary e John Bevan Smith New Hamburg (Brazilian) Railway Company Limited com o auxílio de Lord Hamilton e Sir James Brunlees. A arquitetura singular em relação aos demais prédios da região e mesmo do resto do Estado, testemunha a presença inglesa no Rio Grande do Sul. (BRASIL, 1991, p. 12).

Então, o artigo seguirá analisando alguns aspectos relevantes da constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, mais especificamente sobre o processo de patrimonialização do recinto da antiga estação ferroviária de São Leopoldo e suas implicações na representação dessa instituição como lugar de memória da ferrovia gaúcha.

## A Reinauguração

Fotografia 1 - Estação de São Leopoldo no final do séc. XIX



Fonte: Museu do Trem de São Leopoldo ([1874-1990]).

Durante a década de 1980, a antiga estação ferroviária e o armazém de São Leopoldo foram restaurados pelo Preserve/fe. O primeiro prédio abrigou a exposição de longa duração e o segundo foi transformado em reserva técnica, onde preservou-se uma parte do acervo documental, audiovisual e tridimensional da Viação Férrea do Rio Grande do Sul/Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. O Museu do Trem foi reinaugurado como Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul em 1985. Como lugar de memória da estrada de ferro gaúcha sob a coordenação do Preserve/fe, a instituição ampliou o seu acervo por meio da seleção dos bens não operacionais da RFFSA pelo programa preservacionista.

Com o intuito de divulgar a história ferroviária, o material histórico escolhido foi utilizado para a composição da reserva técnica e para a exposição ao público, estabelecidos com base nas técnicas e narrativas empregadas no campo da museologia, coordenada por Maria Elisa Carrazzoni. O acervo ferroviário que passou a fazer parte da reserva técnica do Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul foi constituído no período que compreende entre 1985 e 1989, época que o Preserve/fe coordenou os projetos na instituição referida . Os bens não operacionais da ferrovia eram oriundos principalmente, de escritórios e outros recintos da RFFSA em Porto Alegre e das estações que estavam sendo desativadas no período que o centro de preservação estava arrecadando objetos, documentos e fotografias. Esse material histórico foi catalogado de acordo com as regras do programa preservacionista já implantados nos centros de preservação instituídos anteriormente.

Portanto, o Preserve/fe com as intervenções nas edificações ferroviárias e o acréscimo de acervos , conseguiu dar maior visibilidade na transformação do Museu do Trem de São Leopoldo em Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul. Além disso, a tentativa de legitimá-lo como lugar de memória da ferrovia gaúcha foi potencializada pelo programa preservacionista por meio do entrelaçamento com a história do primeiro trecho da estrada de ferro e da primeira estação ferroviária inaugurada no RS. Sendo assim, foram utilizadas as informações históricas sobre o prédio que produz e veicula a lembrança dos tempos áureos e /ou o cotidiano da ferrovia determinados pelo programa, para tentar difundir a marca de lugar de memória da estrada de ferro gaúcha. Então, se na inauguração do Museu do Trem em 1976, interessava apenas abrigar um museu na estação

ferroviária de São Leopoldo pelo valor histórico que o prédio possuía, a partir do momento em que o Museu do Trem passa a abrigar o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul incide sobre a instituição a tentativa de torná-lo marca de lugar de memória, o que terá implicações nas representações que a mesma passará a construir e consagrar nos seus espaços.

Fotografia 2 – Vista do Museu do Trem de São Leopoldo na atualidade



Fotógrafa: Cinara I. K. Lewinski

De certo modo, o Preserve/fe atingiu o seu objetivo como pode-se verificar no artigo O Museu do Trem de São Leopoldo RS: uma ‘estação’ de memória no caminho do tempo” escrito por Konrad , Kuhn ,Maroneze (2017) que analisaram o valor memorialístico e museológico dos espaços e objetos que compõem o Centro de Preservação da História da Ferrovia utilizando-se principalmente da pesquisa bibliográfica. De acordo com os autores, o Museu do Trem “[...] transforma-se em um local de memória por ser detentor de uma carga simbólica que representa uma etapa histórica significativa para a região do Vale do Rio

do Sinos e a Viação Férrea do Estado”. (KONRAD; KUHN; MARONEZE, 2017, p.134). Além disso, descrevem como seu deu a transformação do Museu do Trem em Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, reforçando novamente a reconstrução da arquitetura do prédio e o valor histórico do mesmo.

A estação passou por várias intervenções, tendo sido restaurada completamente; conforme Viegas (2012), em 1985, ano em que foi criado o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário (PRESERFE), junto ao Setor Geral de Preservação da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (R.F.F.S.A). Como o prédio encontrava-se totalmente descaracterizado, a reconstituição foi feita com base em fotos, uma vez que não foram encontrados os projetos originais e com os resquícios de zinco que revestia as paredes e madeiras que conservavam algumas aberturas. A restauração, incluindo o período de pesquisa e projeto, durou quatro anos. Depois de finalizada a obra, foi solenemente instalado o Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul – Museu do Trem. (KONRAD; KUHN; MARONEZE, 2017, p.144).

Sendo assim, apesar do Preserve/fe ter sido extinto no final dos anos 1990, ele deixou marcas profundas no Museu do Trem. Esse programa difundiu e imprimiu uma história da estrada de ferro gaúcha a partir de um discurso institucional e dos projetos executados pelo Programa no Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul. Então, o projeto do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes deixou um legado que ainda está muito presente no patrimônio cultural ferroviário gaúcho e na história da estrada de ferro do Rio Grande do Sul.

### **Considerações finais:**

Os comentários citados acima demonstram a importância de se fazer uma análise mais aprofundada sobre a construção e as motivações que induziram a implantação dos Centros de Preservação da História Ferroviária em todo o Brasil com a atuação do Preserve/fe e, desse modo, ir além do que aparentemente foi exposto pelo programa federal. Nesse sentido, este artigo tentou levantar algumas questões sobre o Preserve/fe e sobre a forma como buscou-se transformar o Museu do Trem em um lugar de memória da estrada de ferro gaúcha.

Conforme apresentado neste trabalho, os bens não operacionais da RFFSA foram selecionados para exposição ao público e para a composição da reserva técnica nos espaços organizados pelo Preserve/fe. Esse testemunho material ressignificado como patrimônio

serviu para construir uma história ferroviária única, sobretudo quando diz respeito atividade econômica desse modal. No entanto, o PresERVE/FE não contemplou como patrimônio todos os bens não operacionais da estrada de ferro brasileira que se encontravam e se encontram pulverizados por todo o território nacional e da mesma maneira, a história oficializada pelo PresERVE/FE não abarcou várias interpretações sobre as memórias ferroviárias espalhadas por nosso país. Todavia, o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul cumpriu o objetivo de disseminar a história dos transportes, mas também assumiu a função de edificar uma cultura da preservação ferroviária, elegendo referenciais significativos de acordo, com a memória oficializada. No Rio Grande do Sul, a estação ferroviária de São Leopoldo, inaugurada em 1874, foi eleita para abrigar o Centro de Preservação da História Ferroviária em nosso Estado porque o PresERVE/FE julgou ser de grande valor histórico e arquitetônico.

No entanto, a história da ferrovia gaúcha não pode ser representada somente pelo Estado, principal agente do processo de construção da fundação do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, logo há necessidade de afirmar a instituição como espaço de identidade individual e coletiva, a partir da valorização e acolhimento de vários pontos de vista sobre a história da estrada de ferro gaúcha. Sendo assim, é preciso que o patrimônio histórico seja realmente apropriado e reconhecido pela coletividade e não seja algo construído pelo e para Estado e, somente dessa maneira a instituição continuará se fortalecendo pelo fato de estar abrigada na primeira estação de trem do Rio Grande do Sul. Portanto, este artigo tentou levantar algumas questões sobre a patrimonialização do antigo recinto ferroviário de São Leopoldo, porém as possibilidades de estudo sobre o assunto não se esgotaram neste texto.

#### **Referências:**

BARROS, José D'Assunção. A nova história cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, 1. sem. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério dos Transportes/ Rede Ferroviária Federal S.A. – Superintendência Regional de Porto Alegre. **Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul**. 1. Ed. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole, 1985.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Rede Ferroviária Federal. Preserve. **Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rede Ferroviária Federal, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Patrimônio Cultural Brasileiro**. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao\\_Federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf)> Acesso em: 26 de set. 2016.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **MT Preserve** (Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes/ 1980-1988). Brasília: PRESERVE, CCP, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.491**, de 9 de setembro de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9491.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm). 1997>. Acesso em 14 ago. 2016.

CANAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Alice; Zamin, Frinéia. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventário das estações: 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: analogia para um combate. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia. **Preservação do patrimônio cultural no Brasil**: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação n Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 67-78.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

FURTADO, José Geraldo Esquerdo. **História e memória entre ruínas**: o patrimônio ferroviário de Além Paraíba. 2015. Tese (Doutorado em Memória Social) -- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KONRAD, Adriana; KUHN, Emerson Ranieri Santos; MARONEZELuiz Antonio Gloger. **O Museu Do Trem de São Leopoldo RS**: uma “estação de memória no caminho do tempo”. Revista Museologia & Interdisciplinaridade, v.6, nº12, jul./dez. de 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial**: algumas questões em aberto. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 18. n. 2, p. 287-320, jul./dez. 2010.

LEWINSKI, Cinara Isolde Koch. **O que é o Preserve/fe ? E como se constituiu o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980?** MOSAICO (RIO DE JANEIRO), v. 8, p. 103, 2017.

LEWINSKI, Cinara Isolde Koch. **A constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul de Oitenta**. História Unicap , v. 3, p. 482-491, 2016.

MATOS, Lucina Ferreira. **Memória ferroviária: da mobilização social à política pública de patrimônio.** 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) -- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana.** Rev. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.

PROCHNOW, Lucas Neves. **O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação.** 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) -- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. **Técnicas e Normas do CPHFRGS.** [Documento administrativo]. São Leopoldo, [198-].

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. **Técnicas e Normas do Preserve.** [Documento administrativo]. São Leopoldo, [198-].

REIS, José Carlos. **O tempo histórico como “representação intelectual”.** Revista do Patrimônio (Histórico e Artístico Nacional), Rio de Janeiro, n 34, p. 45-66, 2012.

RODRIGUES, Marly. **Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória.** Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo - número 3/ primeiro semestre de 2010, p.38. Disponível em: <[www.usjt.br/arq.urb./numero\\_03/4arqurb3-marly.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb./numero_03/4arqurb3-marly.pdf)>. Acesso em: 27 de out. 2016.

## ARQUIVO HISTÓRICO ANTÔNIO STENZEL FILHO: ACERVOS JORNALÍSTICOS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Clarice Maria de Sousa Portela Germann Teixeira  
Bolsista de Iniciação Científica  
Graduanda em Letras Português/Inglês - IFRS - *Campus* Osório  
[claricemsportela@hotmail.com](mailto:claricemsportela@hotmail.com)

Diana Patrícia Mauer  
Bolsista de iniciação científica - FAPERGS  
Graduanda em Pedagogia - Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos)  
[dianapmauer@gmail.com](mailto:dianapmauer@gmail.com)

Maria Augusta Martiarena de Oliveira  
IFRS - *Campus* Osório  
[augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br](mailto:augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br)

### Resumo

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior, denominada “Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho: imprensa e história”, que propõe-se a realizar uma catalogação dos jornais constantes na referida instituição, bem como compreender, a partir do uso desses impressos, os principais desafios, conquistas e impasses na educação e os discursos que permeavam as visões sobre o pensamento e a prática educacional em Osório - cidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Este trabalho objetiva refletir sobre o papel dos acervos jornalísticos como objeto e fonte para a realização de pesquisas na área de História da Educação, bem como observar a importância do Arquivo Histórico Antônio Stenzel filho como espaço de memória da cidade de Osório. A presente pesquisa delinea-se com base na História Cultural de Le Goff (1990). A partir dessa fundamentação entende-se que todo documento é, na verdade, um monumento e a sua preservação não se dá de forma aleatória, sendo assim, um produto das escolhas de quem o elabora, a partir das relações de força entre os discursos presentes no período em que estão inseridos. Esse estudo tem como base também Silva (2006), que compreende que os arquivos ultrapassam a ideia de meros depositários da memória local, sendo um desafio mantê-los em constante interação com a sociedade. Até o presente momento foram catalogados dezoito títulos: Momento, Folha do Litoral, Correio do Litoral, A Semana, O Legendário, Painel, Capital das Praias, Folha Patrulhense, Farroupilha, Gazeta do Litoral, Abertura, Litoral Sul, Guarda Velha, Rota do Mar, Legislativo, Litoral Norte e Revisão. Nessa pesquisa, ainda em andamento, foi possível perceber que a educação foi um tema presente nas publicações e torna-se relevante pensar a imprensa como uma fonte inestimável de pesquisa para os historiadores da educação, tendo em vista o seu papel de difusor e formador de informações, opiniões.

**Palavras-chaves:** Acervos jornalísticos. História da Educação. Periódicos. Imprensa. Educação.

### Introdução

Nas últimas décadas, com a ampliação da visão em relação as novas fontes de

pesquisa para a história, a imprensa passou a ser entendida como uma fonte válida e proficiente para os estudos em história da educação, auxiliando na remontagem das visões acerca do pensamento educacional ao longo do tempo. A imprensa é uma fonte inestimável de pesquisa para os historiadores da educação, tendo em vista o seu papel de difusor e formador de informações, opiniões. Este trabalho especificamente propõe-se à realização de uma reflexão acerca das possibilidades de compreensão dos acervos jornalísticos como espaço para realização de pesquisas na área de História da Educação e o seu papel na sociedade em que estão inseridos. Objetiva-se, também, analisar a imprensa como fonte e objeto de pesquisa. Por fim, propõe-se, ainda, a apresentar de forma parcial, os temas referentes à educação mais abordados na imprensa osoriense. Esta investigação é pautada em periódicos, os quais foram produzidos durante o século XX.

### **Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho**

Para compreender o papel do Arquivo Histórico, faz-se necessário contextualizar a formação histórica da cidade de Osório. Em 1857, essa cidade emancipou-se de Santo Antônio da Patrulha e passou a chamar-se Conceição do Arroio. O nome atual foi recebido apenas em 1934, em homenagem ao General Osório, Patrono da Cavalaria Nacional e que nasceu nessa localidade. Localizada no Litoral Norte gaúcho e herdeira de um dos municípios mais antigos, a cidade conta (ou deveria contar) com ampla documentação histórica.

Conforme folheto de divulgação institucional, a criação do arquivo histórico surgiu da necessidade de um ambiente que pudesse resguardar adequadamente a documentação escrita, fotográfica e sonora relativa ao município. Em 21 de agosto de 1991 o Arquivo foi oficializado com a revogação da Lei nº 2.361, tendo como nome inicial “Arquivo Público Municipal”. Os documentos foram selecionados, organizados e retirados da antiga sala da Prefeitura Municipal - que serve atualmente como a biblioteca pública “Fernandes Bastos” - e levados para o novo local de resguardo. Em 18 de dezembro de 1997, com a Lei nº 2.927, recebeu o nome de “Arquivo Histórico”, tendo como patrono Antônio Stenzel Filho. Atualmente o Arquivo se encontra no Centro Cultural José do Patrocínio, no centro da cidade de Osório, junto à Biblioteca Pública Municipal Oliveira Silveira, que possui como temática central a cultura negra do litoral norte. De acordo com o informativo da instituição,

o acervo encontra-se em processo de reorganização e seus documentos estão divididos em três partes: A primeira é composta por documentos oriundos da Prefeitura Municipal de Osório, da Junta Militar e Diário Oficial; A segunda é composta por arquivos particulares, oriundos de famílias, que consistem em cartas, ofícios, leis, requerimentos, certidões, certificados, títulos eleitorais, registros de dados da Navegação Lacustre e da Estação Férrea Urbana. A terceira é subdividida em Mapoteca, com mapas dispostos em gavetas de acordo com as datas; Fototeca, com fotos em álbuns, envelopes e avulsas dispostas em gavetas e estante; Biblioteca, com livros literários, didáticos e históricos, enciclopédias e revistas; Documentos descritivos sobre a história de Osório; e os Jornais, que estão organizados em caixas-arquivo e dispostos de acordo com o título e cronologia.

Atualmente o Arquivo Histórico possui um ambiente de resguardo mais amplo em comparação com o anterior, o que permite organizar de forma mais adequada os documentos, melhorando assim a preservação do acervo.



Figura 1 - Antigo local de resguardo do acervo, na Prefeitura Municipal de Osório.  
Fonte: Foto disponibilizada por Creuza Hertzög Muller, funcionária responsável.



Figura 2 - Arquivo Histórico, localização atual, Centro Cultural José do Patrocínio.  
Fonte: Elaborada pelas autoras.

### **Referenciais teórico-metodológicos:**

Os referenciais teórico-metodológicos construídos a partir de leituras de obras significativas na área e utilizados na realização da pesquisa, auxiliam em uma maior compreensão de alguns termos e conceitos essenciais para análise dos documentos. A escolha dos autores e categorias foram realizadas da seguinte maneira: com relação ao papel dos impressos e o que cabe à sua utilização para investigação, o uso da imprensa nos estudos que envolvem História da Educação e o papel dos Acervos Históricos na sociedade em que estão inseridos.

A presente pesquisa delinea-se com base na História Cultural. A partir dessa fundamentação, entende-se, com base em Le Goff (1990), que todo documento é um monumento e a sua preservação não se dá de forma aleatória, pois, para o autor:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.(LE GOFF,1990,p.470)

Sendo assim, cada documento é resultado de um conjunto de escolhas de quem o elabora, cabendo ao historiador identificar essas escolhas e as características que demonstram os discursos dominantes presentes na época. Em concordância com Le Goff (1990), Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002), compreendem que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “corpus documental”, permeado de inúmeras dimensões, o qual se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período. Para os autores, os periódicos possibilitam aos historiadores da educação análises aprofundadas com relação aos discursos educacionais, na medida em que revelam a forma como eram recebidos e debatidos na esfera pública. Logo, os jornais, são capazes de formar opiniões, disciplinar, encontrando-se muito longe de sua pretendida imparcialidade que insistentemente lhe é atribuída.

Para Vidal (2008), os impressos contribuem para a construção e o entendimento da História da Educação, servindo de uma fonte significativa para a área, cabendo ao pesquisador possuir um olhar crítico para analisar e perceber as intencionalidades desses escritos. Para a autora:

Assim, podemos constatar o quanto a imprensa tem contribuído para a construção e o entendimento da História da Educação, e ao mesmo tempo rompido com o preconceito, uma vez que como fonte de informação não era vista como um veículo impresso neutro, em vista disso é necessário destacar o cuidado que deve existir por parte do pesquisador, e olhar com mais cautela e criticidade suas idéias e não enxergá-las como uma verdade única que não precisa ser questionada. Isso é válido não só para os impressos, mas para toda fonte documental. Desse modo, fica nítido o papel que a imprensa nas últimas décadas vem mostrando para os estudos dentro da História da Educação. (VIDAL, 2008, p.7)

Para uma análise da imprensa como objeto de estudo, Vidal afirma que é a partir dos jornais que se manifestam vozes que não seriam ouvidas em outros veículos de mídia ou impressos, o que permite relacionar o escrito ao o contexto em que está inserido, o seu uso e recepção. Ainda sobre as possibilidades de utilização da imprensa como fonte e de seu estudo como objeto de pesquisa, Nóvoa (2002) afirma que a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, em uma perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos,

programas, currículos, etc.) e também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens. Dessa forma, é admissível dizer que a imprensa propicia o contato com uma série de informações, as quais, organizadas de forma adequada, constituem-se em uma rica fonte de pesquisa. Caspard e Caspard (2002), evidenciam a riqueza de suas possibilidades de utilização, pois consideram a imprensa abundante e diversa, consistindo em uma mídia muito mais interativa do que os tratados ou os manuais. Nesse sentido, os autores entendem que a mesma configura-se em um dos melhores observatórios do movimento social na obra da escola e da formação.

De acordo com Lustosa (2004), até 1808, data da chegada de d. João VI, as letras impressas eram proibidas no Brasil. Além disso, as poucas tentativas de estabelecimento de tipografias esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas, as quais consideravam perigosa a existência de jornais. Deve-se ter em conta, que houve certa relutância na utilização da imprensa como fonte histórica, embora a sua importância fosse reconhecida. Os fatores que explicam tal situação encontram-se na tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, na busca da verdade dos fatos, atingida por intermédio de documentos oficiais. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, já que se constituíam em “enciclopédias do cotidiano”, contendo registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. No entanto, segundo Luca (2005): “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica.” (p. 118).

Nessa perspectiva, destaca-se a importância dos acervos históricos, locais que resguardam os periódicos, permitindo uma preservação da memória regional não só no campo da educação, mas em todos os setores sociais, que são narrados pela imprensa a partir das percepções e representações vigentes no período em que foram observados. Para Silva (2006), os acervos históricos não se limitam a depositários da memória local, de forma fixa e estagnada, sendo um desafio mantê-los em constante interação com a sociedade em que estão inseridos:

O desafio é imprimir uma dinâmica para o seu funcionamento, de modo que esses lugares estejam em sintonia pelo menos com a própria memória

coletiva, como algo também em movimento e em constante renovação, e que traduzam a pluralidade de interesses que marcam a sociedade brasileira, garantindo aos seus cidadãos o acesso a esses bens culturais, já que é um patrimônio de todos, resultante de relações sociais inscritas no tempo e espaço. (SILVA, 2006, p. 10)

No que diz respeito à imprensa e os jornais como um objeto de pesquisa, esse trabalho busca compreendê-los a partir da perspectiva de Barbosa (2007) de que

É preciso desvendar, quando se fala em história da imprensa, quem escreve nesses jornais, como procuram se popularizar - ou seja que estratégias, apelos e valores esses veículos invocam no seu discurso -, como funcionam essas empresas e de que forma esses textos chegam ao público.(BARBOSA, 2007, p.245)

Diante disso, os discursos presentes em cada jornal demonstram de que maneira a educação era observada pela sociedade, podendo ser analisados a partir da linguagem utilizada pelos periódicos, assim como a complexidade de pontos de vista sobre o tema, que varia tanto de acordo com jornal, quanto ao longo do tempo. Cada jornal destina-se a um público específico em potencial e ao observá-los podemos depreender que tipo de leitores esses periódicos buscam atingir. Apesar de alguns jornais analisados buscarem apresentar uma neutralidade ao relatarem as notícias, a própria linguagem utilizada deixa claro a posição, os juízos de valor e as opiniões de quem escreveu. Grande parte desses jornais utilizavam uma linguagem acessível e, por serem de circulação regional, possuíam uma proximidade maior com o público e os fatos ocorridos, trazendo para as notícias um certo sensacionalismo, que para Barbosa (2007) trata-se de um “tipo de notícia que apela às sensações, que provoca emoção, que indica uma relação de proximidade com o fato, reconstruído exatamente a partir dessa memória de sensações”.

Essa leitura do passado a partir dos jornais não busca observá-los como documentos que refletiam a realidade da época tal como aconteceu, mas, conforme Barbosa (2007), busca oferecer uma interpretação que só realiza-se a partir do prisma e de um leitor do presente.

## Um retrato da imprensa do Litoral Norte gaúcho: os jornais constantes no Arquivo Histórico Antonio Stenzel Filho

Para a pesquisa, os jornais foram coletados, catalogados, e, no caso de alguns, digitalizados. As notícias referentes à educação encontradas nos jornais catalogados foram transcritas. Cada jornal foi posto em um inventário de planilha; cada planilha é dividida por título da matéria, jornal, data, página, assuntos abordados e observações. O total de jornais catalogados até o momento é de três mil duzentos e dois, com destaque para os jornais Momento e Folha do Litoral, com 41% e 23% do total de jornais, respectivamente. Os demais estão dispostos na seguinte maneira: Jornal Revisão, com 10,5% dos jornais; A semana, com 7%; Painel, com 4,5%; Rota do Mar, com 3,5%; Correio do Litoral, com 3%; Folha Patrulhense, com 2,5%; e o restante, por possuírem um número pequeno de jornais resguardados no acervo, representam 5% do total, estes são O legendário, Capital das Praias, Farroupilha, Integração, Litoral Sul, Guarda Velha, Litoral Norte, Gazeta do Litoral, Abertura e Legislativo. Até o momento, oitocentas e setenta e sete notícias referentes à educação foram catalogadas e suas transcrições ainda estão em andamento.

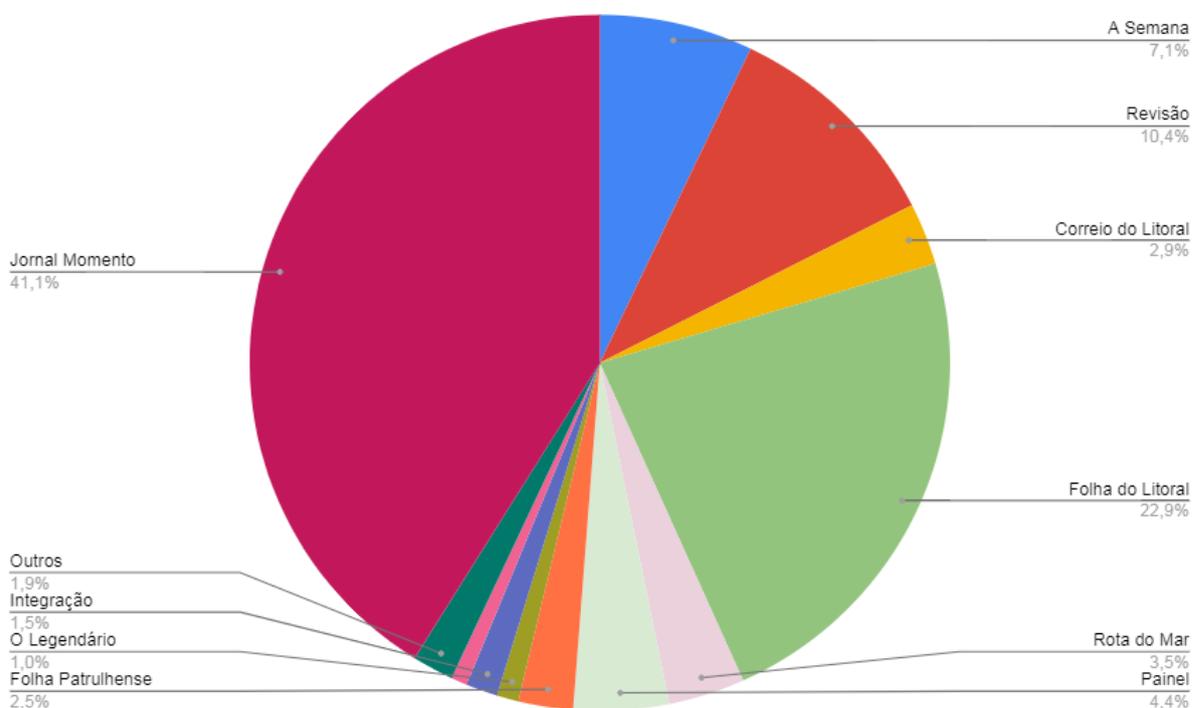


Gráfico 1 - Jornais catalogados  
Fonte: Elaborado pelas autoras

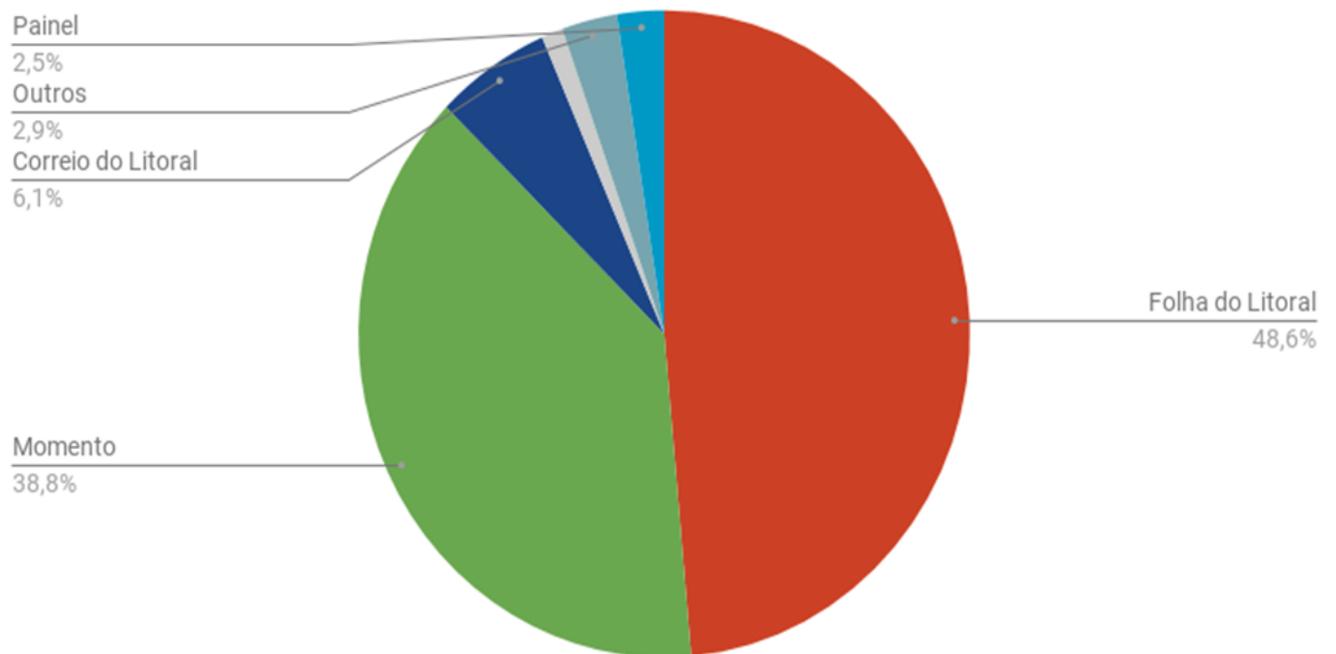


Gráfico 2 - Notícias referentes à educação catalogadas e transcritas  
 Fonte: Elaborado pelas autoras

É importante destacar a presença de uma seção específica de educação no Jornal Momento, os demais jornais apresentavam as notícias referentes a esse tema de forma aleatória. Ao longo da pesquisa, foi percebido que os jornais Folha do Litoral e Correio do Litoral tratam-se do mesmo periódico, assim como ocorre com A Semana e Revisão, mas que por motivos de organização são catalogados separadamente.

Em relação aos temas levantados pelos periódicos, pode-se afirmar que as notícias em destaque variam de acordo o período em que são escritas, assim como o contexto e as percepções de cada jornal. Dentre os principais temas abordados, os mais recorrentes foram relacionados à eventos ocorridos nas escolas, tais como desfiles cívicos, campeonatos estudantis, apresentações promovidas pela Secretaria de Educação ou órgãos privados, bem como temas relacionados à estrutura das escolas, reformas, mudanças no calendário escolar, e greve de professores. Com destaque para o último tema, que é abordado de diferentes maneiras, de acordo com as posições ideológicas implícitas no discurso de cada periódico. Além disso, trata-se de um tópico que é percebido em diversos momentos no recorte histórico estabelecido pela pesquisa, como nos períodos de 1988-1889 e 1996-1997, por exemplo. As instituições educacionais mais citadas são a Escola Estadual de Ensino

Médio Idelfonso Simões Lopes, mais conhecida como a Escola Rural; A Escola Estadual General Osório; E a escola Marquês do Herval.

### **Considerações finais:**

O Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho conta com um amplo acervo de jornais. Destaca-se que a maior parte dos documentos foram produzidos a partir da década de 1970 e são periódicos de circulação local e regional (Osório e Litoral Norte gaúcho). A preservação e conhecimento desse acervo é importante no sentido em que o seu estudo possibilita a compreensão histórica dessa região do Rio Grande do Sul, a qual conta com um número relativamente pequeno de investigações. Tendo em vista a disponibilidade de tempo, optou-se por desenvolver um catálogo dos jornais até o ano de 2000. A produção do inventário abre possibilidade para novas pesquisas na área, assim como viabiliza o acesso de outros pesquisadores ao acervo já catalogado. Como mencionado anteriormente, até o presente momento esta pesquisa baseia-se nos jornais: *Jornal Momento*, *Painel*, *Folha Patrulhense*, *Litoral Norte*, *Jornal Integração*, *Abertura*, *Gazeta do Litoral*, *Correio do Litoral*, *Folha do Litoral*, *Revisão*, *A Semana*, *Farroupilha*, *O Legendário*, *Guarda Velha*, *Litoral Sul*, *Legislativo*, *Capital das Praias*, *Legislativo e Rota do Mar*. Pode-se dizer que a educação foi um tema presente nessas publicações e torna-se relevante pensar de que forma a imprensa, cujas vinculações ideológicas, partidárias, religiosas operavam na compreensão dos assuntos abordados.

### **Referências**

BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASPARD, Pierre; CASPARD, Pénélope. A imprensa pedagógica e formação contínua dos professores (1815 -1939). In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena (orgs.). *Educação em Revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação*. 1ª Reimpressão. São Paulo: Escrituras Editoras, 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. Imprensa e representações de educação, disciplina e ordem social: Uberabinha (MG), 1907 – 1920. In: *Anais do II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, Natal, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004 il.– (Descobrimo o Brasil).

NÓVOA, António. *A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português*. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p.11 a 32.

SILVA, Zélia Lopes da. *Os acervos históricos: guardar para que e para quem?* In: *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 2, p. 13-24, 2006.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. *O uso dos impressos: como fonte e objeto de investigação para a história da educação*. In: *V Congresso Brasileiro de História da Educação*, Aracaju, 2008.

## CADERNOS DE PAGAMENTO DE PROFESSORES COMO DESENCADEADORES DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eduardo Cristiano Hass da Silva  
Doutorando em Educação Unisinos/ CNPq  
[eduardohass.he@gmail.com](mailto:eduardohass.he@gmail.com)

Milene Moraes de Figueiredo  
Doutoranda em História PUCRS/ Capes  
[milene.mfigueiredo@gmail.com](mailto:milene.mfigueiredo@gmail.com)

### Resumo

O presente trabalho propõe apresentar as possibilidades de pesquisa em História da Educação e Cultura Escolar a partir da análise de Cadernos de Pagamentos de Professores. Os documentos encontram-se salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), não estando indexados nos buscadores nem organizados para pesquisa. A partir do contato informal de um dos autores com a documentação prestes a ser descartada, surgiram os questionamentos norteadores desta pesquisa. Qual a utilidade destes documentos para a pesquisa histórica? Poderiam os cadernos ser utilizados para a pesquisa em História da Educação? Quais elementos da cultura escolar estes documentos revelam? Após a análise de cadernos da década de 1940, referentes a três grupos escolares (Aparício Borges, Benjamin Constant e Fernando Gomes), os autores apresentam algumas possibilidades de pesquisa: salários pagos aos professores, diferenças de salários entre professores e diretores, descontos salariais, decretos-leis que regiam o sistema educativo, circularidade de professores entre diferentes instituições, trajetórias profissionais dos docentes, gratificações recebidas, afastamentos profissionais, motivos dos afastamentos, mudanças escolares, divisão dos professores e funcionários escolares em classes, entre outras. Dessa forma, mais do que apresentar resultados fechados e acabados, a pesquisa propõe inventariar documentos prestes a serem descartados ao mesmo tempo em que mostra seu potencial como desencadeadores potentes para diferentes pesquisas em história da educação.

**Palavras-chaves:** História da Educação. Acervos não escolares. Fontes Escritas. Documentos Oficiais.

### Introdução

A realização de um estágio extracurricular permitiu, dentre as tantas atividades desenvolvidas, percorrer os corredores do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs)<sup>20</sup>. Nas tantas vezes em que o trajeto era realizado, chamava sempre atenção uma

---

<sup>20</sup> O Arquivo Público do Rio Grande do Sul foi criado em 1906 com o objetivo de "adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul". Estão salvaguardados em seu acervo documentações do poder executivo, judiciário, legislativo, registro civil e tabelionatos. O arquivo está localizado no Centro

documentação específica, salvaguardada no primeiro andar, preenchendo duas ou três estantes completas. Ao indagar os funcionários a cerca da documentação, sempre recebia a informação de que eram cadernos escolares, prestes a serem selecionados para descarte. O cumprimento das atividades diárias não permitia desprender tempo para apreciar os documentos que estavam ali.

Ao longo de muito tempo a vontade de conhecer melhor aquela documentação foi presente. Depois de alguns anos, retorna-se à instituição, não mais como estagiário, mas como pesquisador. Acompanhado de uma parceria de pesquisa, desejava-se analisar os ditos cadernos escolares. Considerando que ambos os pesquisadores tem construído sua trajetória acadêmica a partir da História da Educação, Cultura Escolar e História das Instituições Escolares, suspeitávamos que os documentos citados pudessem fornecer informações importantes para pesquisas realizadas a partir desta perspectiva teórica.

É da inquietação aqui apresentada que este texto resulta, tendo o objetivo de apresentar possibilidades de pesquisa em História da Educação e Cultura Escolar a partir da análise de Cadernos de Pagamentos de Professores. Para atender este objetivo, tomamos como questionamentos direcionadores: qual a utilidade destes documentos para a pesquisa histórica? Poderiam os cadernos ser utilizados para a pesquisa em História da Educação? Quais elementos da cultura escolar estes documentos revelam? Dessa forma, o texto estrutura-se da seguinte maneira: inicialmente, apresentamos a História da Educação e da Cultura Escolar como um campo de pesquisa fronteiro, que articula tanto conceitos da História quanto da Educação; em um segundo momento destacamos algumas das principais fontes que têm sido utilizadas pelos pesquisadores da área; prosseguimos evidenciando como os cadernos de pagamento de professores podem ser utilizados na pesquisa em História da educação, tomando como exemplo cadernos do final da década de 1930 e década de 1940, referente a três grupos escolares (Aparício Borges, Benjamin Constant e Fernando Gomes); para finalizar, apontamos algumas observações finais sobre o uso destes documentos.

## 1. História da Educação e Cultura Escolar

Antes de adentrarmos na análise dos documentos evidenciados, propomos uma breve apresentação do campo teórico do qual propomos pensá-los: a História da Educação. Mas que perspectiva é está? Quais seus fundamentos? De acordo com as pesquisadoras e professoras Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2005), a História da Educação e Cultura Escolar utiliza-se dos pressupostos da Nova História Cultural, com forte influência da tradição francesa. Segundo as autoras, a História da educação pode ser pensada como uma área de pesquisa fronteiriça, perpassada tanto por conceitos da História quanto da Educação. Stephanou e Bastos (2005) afirmam ainda que, enquanto campo de pesquisa, a História da Educação não é uma ciência à parte e, nem possui um campo analítico específico, sendo a riqueza deste campo justamente a possibilidade de utilizar-se de conceitos e referenciais tanto da História quanto da Educação.

Ao elencar as possibilidades de pesquisa em História da educação, as autoras apresentam uma variada gama de temas e objetos de estudo, como a história do ensino, história dos livros e manuais didáticos, história das instituições de ensino, história do pensamento e das práticas pedagógicas, história dos sistemas e disciplinas escolares, dentre tantas outras possibilidades. Como demonstraremos ao longo deste trabalho, os cadernos de pagamento de professores permitem analisar alguns dos elementos destacados pelas autoras, especialmente a história das instituições escolares e dos sistemas escolares, bem como uma série de elementos específicos desta documentação.

Dentre as possibilidades de pesquisa em História da Educação apresentadas anteriormente, acreditamos ser importante atentar um pouco mais para a História das Instituições Escolares. Nosella e Buffa (2009) destacam que, a partir dos anos 1990, é notável a ampliação das linhas teóricas e de fontes de pesquisa em História das Instituições Escolares, ampliando e diversificando temas, como:

[...] contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; vida escolar; o edifício: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; normas disciplinares:

regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos: festas, exposições, desfile (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 18).

Como podemos observar, o rol de temas apresentados pelos autores é diversificado, mostrando a potencialidade de pesquisas sobre a História das Instituições Escolares. Sobre estes aspectos, os cadernos de pagamento de professores também nos permitem estudar, uma série deles. Para tanto, faremos uso de um conceito central na História da Educação, o da cultura escolar.

Apropriada enquanto categoria de análise e campo de investigação pelos historiadores da educação, a cultura escolar tem sido aplicada de maneira variada e muitas vezes com significados concorrentes (FARIA FILHO; GONÇALVES; VIDAL; PAULILO, 2004, p. 143). A concepção mais utilizada nos últimos anos tem sido a de Dominique Julia que volta-se para o funcionamento interno da escola e define cultura escolar como

[...]. um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10)

Em meio há tantas definições e interpretações, o nosso enfoque neste estudo, aproxima com a de dois autores: A de Vinão Frago (1995, p. 69) que afirma que a cultura é escolar “es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer”; e a de Chervel (1990) que concebe a escola como um espaço capaz de produzir seus saberes e sua cultura específica. Acreditamos que os cadernos de pagamento nos deixam algumas pistas sobre como essas culturas foram sendo constituídas dentro de cada grupo escolar. Através dessa documentação podemos analisar o processo evolutivo das instituições escolares, os professores e administradores, os saberes, dentre outras tantas possibilidades.

## 2. Fontes para pesquisa em História da Educação e Cultura Escolar

Como destacamos anteriormente, a História da Educação articula conceitos tanto da História quanto da Educação. Dessa forma, as fontes empregadas nesta investigação estão pautadas a partir do campo histórico. Ao apresentar o que entende por história, Veyne (1982, p. 18) afirma que:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido tal como ressai das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas.

Ao destacar que a história não pode e nem quer reviver os fatos, Veyne (1982) a caracteriza como uma narrativa, que é construída pelo historiador a partir dos vestígios deixados pelo homem ao longo de sua existência. Para construir esta narrativa, o historiador seleciona, simplifica e organiza aquilo que considera fato histórico. Uma vez que os fatos não existem isoladamente, o historiador ‘costura-os’ a partir da narrativa, constituindo o tecido histórico, ao qual podemos chamar de trama. Mas como construir esta trama histórica? Veyne (1982) destaca ainda que a história é basicamente o conhecimento a partir dos documentos.

De forma geral, o estatuto de documento<sup>21</sup> é dado pelo historiador a todo e qualquer fragmento que permita-o costurar a trama histórica, a todo e qualquer indício produzido pelo sujeito humano no passado e encontrado pelo pesquisador no presente. Dessa forma, o fragmento constitui-se como documento a partir do problema e do questionamento que direcionam o historiador. Além disso, esses fragmentos eleitos como documentos podem ser escritos, materiais, orais, visuais ou audiovisuais.

Assim como na pesquisa historiográfica em geral, a pesquisa em História da Educação utiliza-se das mesmas tipologias documentais. Considerando que os cadernos de pagamentos de professores são documentos escritos, cabe aqui explicitar um pouco mais sobre como estes documentos têm sido utilizados pelos historiadores da educação.

---

<sup>21</sup>Para aprofundar o conceito de documento, ver os trabalhos de: Le Goff (1996) e Ginzburg (1989).

A quantidade e variedade de documentos escritos são múltiplas. Essa tipologia compreende documentos escritos públicos, privados, solicitados, não-solicitados, de pouca ou grande circulação. Um exemplo de trabalho com documentos escritos oficiais é o da professora e pesquisadora Berenice Corsetti (2006), que analisa a educação no estado do Rio Grande do Sul a partir de relatórios das diferentes secretarias do estado, bem como de decretos-leis.

No bojo da amplificação da noção de documento, a História da Educação também tem analisado documentos que não são tomados como oficiais, mas que nos permitem aprofundar nosso conhecimento sobre o cotidiano das instituições (MIGNOT, 2008, p. 7). Destacamos aqui os impressos pedagógicos, cadernos escolares e periódicos estudantis. Bastos (2005) analisou o papel da Revista do Ensino no projeto de reconstrução nacional no período estadonovista. De acordo com a autora o impresso pedagógico tomava para si papel de intermediador entre o estado e o magistério rio-grandense, tendo sido um dos dispositivos pelo qual a política de nacionalização foi implantada.

Mignot (2008) organizou uma coletânea que tem o caderno escolar como temática. Os autores discutem seu uso como produto da cultura escolar, como fonte de pesquisa, as memórias que esse dispositivo remete, aspectos teórico metodológicos, tipográficos, ideológicos, entre outras questões. Tal tipo de documento tem despertado um interesse crescente pelos historiadores da educação, promovendo um incentivo para que as pessoas doem seus cadernos para museus e memoriais escolares que os disponibilizem para pesquisa.

Outro documento que tem sido bastante explorado é o periódico escolar. Grimaldi e Almeida (2013) por exemplo, analisaram a imprensa escolar do Colégio Farroupilha durante as décadas de 1920 e 1930 através do periódico *Das Band* e sua versão nacionalizada, o *Relatório Mensal*. De acordo com os autores, o campo da imprensa escolar procura analisar a produção dos alunos e a difusão dos conhecimentos através de jornais e revistas. Os periódicos escolares, além de atuarem como importantes veículos educativos para seus leitores, também revelam aos pesquisadores pistas significativas sobre a história das instituições de ensino.

As possibilidades são amplas e a diversidade de fontes tem se ampliado cada vez mais. Os cadernos de pagamento de professores destacam-se como mais uma fonte a ser explorada pelos historiadores da educação, porém notamos que ainda há uma carência de estudos que a utilizam em suas pesquisas. Nas páginas que seguem discutiremos seu potencial como desencadeadores de pesquisas em História da Educação.

### **3. Cadernos de Pagamento de Professores como desencadeadores de pesquisa em História da Educação**

Considerando o que apresentamos até aqui, os cadernos de pagamento de professores podem ser entendidos como documentos oficiais escritos, encontrando-se salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Destacamos ainda que os cadernos não estão indexados nos buscadores, nem estão organizados ou costumam ser pesquisados. Como destacamos anteriormente, o contato com estes documentos se deu a partir de um estágio na instituição mencionada.

Após agendar horário na sala de pesquisa, iniciamos o processo de catalogação e análise dos cadernos de pagamento. Em um primeiro momento, os documentos pareciam ser apenas um amontoado de números, trazendo os valores pagos e descontados dos professores dos diferentes Grupos Escolares do Rio Grande do Sul. No entanto, o olhar atento do historiador permitiu elencar algumas possibilidades de estudo sobre a história da educação do estado: salários pagos aos professores, diferenças de salários entre professores e diretores, descontos salariais, decretos-leis que regiam o sistema educativo, circularidade de professores entre diferentes instituições, trajetórias profissionais dos docentes, gratificações recebidas, afastamentos profissionais, motivos dos afastamentos, mudanças escolares, divisão dos professores e funcionários escolares em classes, etc. Ao final do caderno encontra-se a página “Consignações á Caixa Econômica Federal”, na qual conta o total dos impostos pagos. Após alguns turnos de pesquisa, foram identificados cadernos de pagamento de professores referentes aos seguintes grupos escolares:

<b>Grupo Escolar</b>	<b>Ano</b>	<b>Folhas</b>
Aparício Borges	1942	43
Barão Sto. Ângelo	1943	
Benjamin Constant	1939	50

	1942	40
Cel. Emilio Massot	1943	
Col. Elem. Voluntários da Pátria	1938	
D. Pedro I	1941	
Escolas Rurales subvencionadas Governo Federal	1937	100
Euclides da Cunha	1943	
Fernando Gomes	1942	70
	1943	70
Junta ao abrigo de menores	1943	
Junta ao Amparo Santa Cruz	1943	
Luciana de Abreu	1943	
Protásio Alves	1942	
	1943	
Rio Branco	1940	
Rua da Azenha	1938	
Souza Lobo	1943	
Vila Progresso	1943	
Visconde de Pelotas	1941	
3 de outubro	1939	
13 de maio	1943	

Quadro 1: Cadernos de Pagamento de professores catalogados por grupo escolar.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme exibido no quadro, foram encontrados 23 cadernos de pagamento, referentes a 20 grupos escolares. Enquanto os Grupos Escolares Benjamin Constant, Fernando Gomes e Protásio Alves contam com dois cadernos localizados, todos os demais grupos contam com apenas 1. Considerando o estado de conservação dos documentos, optamos em trabalhar com aqueles cujas informações puderam ser todas observadas, selecionando os cadernos dos Grupos Escolares Aparício Borges, Benjamin Constant e Fernando Gomes.



Imagem 1: Capas de parte dos cadernos de pagamento de professores analisados.

Os cadernos analisados seguem a mesma tipologia. Estão encadernados com a capa de papelão, com etiqueta de identificação na frente. A etiqueta é vermelha e o nome dos grupos escolares está escrita em letras douradas e, devido o passar dos anos, suas páginas internas apresentam uma coloração amarela envelhecida, e as capas estão desgastadas.

Internamente também seguem o mesmo modelo. Iniciam com um termo de abertura, seguido por uma lista com o nome de todos os professores. A disposição dos nomes dos docentes inicia com o da diretora do grupo escolar, sucedido pelos nomes dos demais professores em ordem alfabética. O documento é numerado em folhas, compostas por duas páginas pautadas.

Iniciam com um termo de abertura, seguido por uma lista com o nome de todos os professores. A disposição dos nomes dos docentes inicia com o da diretora do grupo escolar, sucedido pelos nomes dos demais professores ordem alfabética. O documento é numerado em folhas, compostas por duas páginas pautadas. Dentre os campos do documento estão nome do professor, classe (localizaram-se as classes A, B, C, D, E e F), ordenação, gratificações, etc.

<b>Grupo Escolar</b>	<b>Ano</b>	<b>Folhas</b>	<b>Reg.</b>	<b>Rem.</b>	<b>Subs.</b>	<b>Dispens.</b>	<b>Exon.</b>	<b>Falec.</b>
Aparício Borges	1942	43	-	-	-	-	0	0
Benjamin	1939	50	34	1	-	-	-	-
Constant	1942	40	31	3	1	0	1	0
Fernando Gomes	1942	70	61	5	0	0	0	1
	1943	70	62	-	1	-	1	

Quadro 2: Cadernos de Pagamento de professores selecionados para análise.

Fonte: Elaborado pelos autores<sup>22</sup>.

Ao analisar os 5 cadernos referentes a 3 grupos escolares, pudemos perceber que o número de professores variava de um grupo para o outro, provavelmente possuindo relações com o tamanho da instituição e com o número de alunos matriculados na mesma. Também merece destaque a questão da circularidade dos professores, pois nem todos permaneciam nas escolas ao longo de todo o ano letivo. Os cadernos indicam que alguns professores deixavam as escolas por motivo de remoção, substituição, dispensa, exoneração

---

<sup>22</sup> Legenda do quadro: Professores Regulares (Prof. Reg.); Professores Removidos (Rem.); Professores Substituídos (Subs.); Professores Dispensados (Dispens.); Professores Exonerados (Exon.); Professores Falecidos (Falec.).

e falecimento. Esses acontecimentos eram assinalados com carimbos, como por exemplo “Removido para o Grupo Escolar”, conforme podemos visualizar na imagem 2:

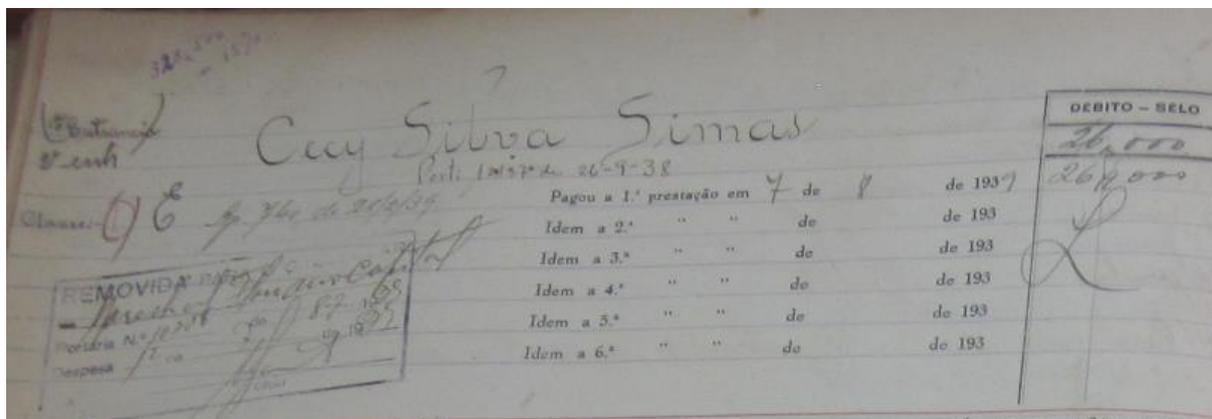


Imagem 2: Professora removida  
Fonte: Cecy Silva Simas – Grupo escolar Benjamin Constant (1939)

Quando os professores eram exonerados, ao invés do carimbo era anexado um ofício de acordo com o decreto lei correspondente:

Decreto  
O INTERVENTOR FEDERAL  
No uso das atribuições que lhe são conferidas por lei resolve exonerar a pedido a professora de 2ª entrância, classe E, ODETTE Loureiro da Silva, da Escola Experimental “Fernando Gomes”, nesta capital, atualmente adida à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na conformidade com o art. 92, 1º, letra a, do Decreto-lei nº 311, de 31-12-42. (FERNANDO GOMES, 1943)

A circulação de professores também estava relacionada às licenças tiradas para tratar de problemas de saúde, que eram bastante recorrentes nos grupos escolares analisados. Amalia de Quadros Ferreira, do grupo Benjamin Constant, por exemplo, ficou de licença do final do mês de outubro até o início de dezembro de 1939. As licenças ficam registradas nos cadernos da seguinte forma:

Obteve 40 dias de licença para tratar de saúde a contar 28-10-39.  
Dezembro em licença até dia 16.  
Dezembro em licença de 17 a 31.  
Em licença de 28/10 a 6/12/39  
Dezembro obteve licença de 1 a 6 e em férias de 16 a a 3.  
Obteve 9 dias de licença em prorrogação para tratar da saúde.

Desp. De 23-4-40 da secre. Da Fazenda, autoriza pagamento de ordenados simples, do período de 7 a 15-12-39, em que permaneceu de licenciada para tratar de saúde  
(BENJAMIN CONSTANT, 1939)

A frequência das licenças tiradas por motivo de saúde podem, por exemplo, nos fazer refletir sobre as condições de trabalho da época. Outra questão peculiar encontrada nos cadernos era a das professoras que ao invés de buscarem seus salários, encaminhavam uma procuração para que seus maridos ou auxiliares de afazeres domésticos os recebessem.

Olga Golvea por exemplo, institui seu marido como procurador durante os meses de Dezembro de e Janeiro, o que nos permite questionar com quem ficava o salário, onde eles eram recebidos, e se isso ocorria durante todo o ano letivo ou somente no período de férias em que talvez a professora não se encontrasse na cidade.

#### Procuração

Eu, Olga Golvea, brasileira, casada, maior, residente em Porto Alegre, instituo meu bastante procurador, meu esposo Sr. Antônio Alves Lima, brasileiro, casado, maior, residente à rua Conceição 552 nesta capital, para o fim de receber no Tesouro do Estado desta capital, o meu vencimento durante os meses de Dezembro e Janeiro como professora do 'Visconde de Pelotas'.

Porto Alegre, 16 de dezembro de 1942 (FERNANDO GOMES, 1942)

No caso da professora Nathercia Barbosa que nomeou como procuradora sua auxiliar de afazeres domésticos, podemos questionar às funções que eram atribuídas a Nani Mariante que além das questões domésticas tinha que lidar com dinheiro. Também é interessante o fato da procuração novamente ser referente ao mês de dezembro, deixando novamente a dúvida se acontecia sempre ou somente nesse período do ano.

#### Procuração bastante que faz Nathercia Barbosa

Saibam os que virem este público instrumento de procuração bastante que, no ano de mil novecentos e trinta e nove ----- nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul , aos vinte ----- dias do mez de Dezembro - , neste segundo notariado, compareceu, como outorgante, Nathercia Barbosa, Brasileira, maior, solteira, professora, residente a Avenida Alberto Bins nº 509, nesta capital e ----- reconhecida – pela própria -----das testemunhas --- e constituía – sua bastante procurador, nesta Capital a Dona NANI MARIANTE, brasileira, maior, solteira, de afazeres domésticos, residente nesta capital para o – fim



questionamentos: onde o dinheiro recolhido por este imposto era aplicado? Qual seu real impacto na contribuição do conflito? Poderia este imposto ser pensado como parte do que CYTRYNOWICZ (2000) chama de Front Interno de Guerra? Esses são apenas mais alguns dos questionamentos que evidenciam o potencial de pesquisa a partir dos cadernos de pagamento.

#### **4. Apontamentos**

Conforme destacamos no início deste texto, ele surge de uma inquietação com o objetivo de apresentar possibilidades de pesquisa em História da Educação e Cultura Escolar a partir da análise de Cadernos de Pagamento de professores, salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, prestes a serem descartados. Desta forma, acreditamos atingir este objetivo, podendo evidenciar alguns pontos.

Inicialmente, destacamos que de acordo com o gradiente de leitura aqui adotado, os cadernos de pagamento de professores podem ser entendidos como elementos para a compreensão do universo escolar. Desta forma, o descarte destes documentos acarreta no descarte de inúmeras possibilidades de pesquisa, de inúmeros temas que podem e merecem ser estudados.

Dessa forma, cabe destacar as possibilidades específicas de pesquisa com os cadernos de pagamento. Após folhar e analisar atentamente as folhas que compõem estes documentos, destacam-se alguns elementos: é possível analisar os salários pagos aos professores, diretores e funcionários das instituições educativas, comparando as diferenças entre funções, entre cargos, bem como os aumentos ao longo do tempo. Ainda em relação aos salários, pode-se evidenciar os diferentes descontos feitos nas folhas de pagamento, como o desconto de guerra que, conforme evidenciamos, ainda podem render muitas pesquisas em História da Educação.

As folhas de pagamento permitem ainda entender quais os decretos-leis que regiam o ensino do estado, estando presentes ao longo de anotações e carimbos que marcam as páginas do documento. Além destas possibilidades, cabe ainda evidenciar o fato peculiar de que em alguns momentos, algumas professoras autorizavam outras pessoas a receberem seus salários, como os maridos ou até mesmo empregada. Cabe tensionar com quem ficava o dinheiro? Seria esta uma prática comum? Caberia aqui, além da análise específica dos salários pagos aos professores, um recorte de gênero, potencial para estudo.

A trajetória dos professores também pode ser investigada de diferentes formas. As páginas dos cadernos trazem anotações referentes a circularidade e movimentação dos professores entre diferentes instituições educativas. A trajetória dos professores e professoras é marcada pelo trabalho em diferentes instituições, por afastamentos para cuidar da saúde, por férias, entre outros. Estes elementos são potentes para quem desejar investigar trajetórias docentes ou até biografias coletivas dos professores do estado do Rio Grande do Sul. Observam-se ainda pagamentos de gratificações, divisão dos professores em diferentes classes (categorias), impostos pagos diretamente à Caixa Econômica Federal, fechamento de escolas e transferência dos docentes por desativação.

Dessa forma, encerramos este texto, mas sem fazer fechamentos e encerrar esta discussão, mas pelo contrário, abrindo para novas pesquisas. Que aqueles que tiverem contato com este material, possam também se utilizar destes cadernos de pagamento, possibilitando que, antes de serem completamente descartados do espaço de salvaguarda, os cadernos possam ser parte de novas histórias da educação.

## Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.  
<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>

BASTOS, Maria Helena Camara. **A Revista do Ensino no Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. Edusp, 2000.

CORSETTI, Berenice. A Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência e pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. In: **UNIrevista**, Vol. 1, nº1: 32-46. Janeiro, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.1, 2001, p. 9-43.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIMALDI, Lucas Costa; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A Imprensa Escolar do Colégio Alemão: Das Band e Relatório Mensal do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha (1929- 1939). In: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/ RS: memórias e histórias (1858-2008)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 73-91

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008,

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **Instituições Escolares**. Por que e como pesquisar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e História da Educação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. VIII – Século XX: Vozes, 2005. p. 416-429.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História; Foucault Revoluciona a História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

## MEMÓRIA E CULTURA UNIMED/RS: ORGANIZAÇÃO DE UM ACERVO DO COOPERATIVISMO MÉDICO GAÚCHO

Éverton Reis Quevedo  
Doutor em História, UNISINOS  
Memória e Cultura Unimed/RS  
[evertonquevedo@gmail.com](mailto:evertonquevedo@gmail.com)

### Resumo

Fundada em 1972, a Federação das Unimeds do Rio Grande do Sul atualmente congrega 26 instituições. A Federação surge no intuito de facilitar o diálogo entre as entidades – chamadas de Singulares – e na perspectiva de normatizar condutas, ações, institucionalização e aplicação dos planos de saúde, etc. Desde 2016 a instituição vem investindo na sistematização de sua documentação a fim de constituir um Centro de Documentação e Memória. As Unimeds federadas são produtoras de uma gama enorme de documentos (tridimensionais, bibliográficos e arquivísticos). Pensando no potencial de tais materiais a proposta é, a partir da Federação, estimular e dar suporte as instituições para que também criem e mantenham seus espaços destinados a preservação e a pesquisa. Nesse contexto, há ênfase no processo de organização e coleta de documentos e de depoimentos orais de dirigentes, funcionários e usuários, a fim de formar um acervo sobre o tema. Assim, esta comunicação visa apresentar este acervo até então construído e apontar para algumas possibilidades a partir do mesmo.

**Palavras-chaves:** Cooperativismo. Cooperativismo Médico. Unimed. Acervos. Organização.

### Cooperativismo médico: A Unimed Brasil e a Unimed no Rio Grande do Sul

Segundo Gonçalves (2005), o cooperativismo é um processo associativo pelo qual homens livres aglutinam forças de produção, capacidade de consumo e poupanças, para se desenvolverem econômica e socialmente, elevando seu padrão de vida, sendo um instrumento de organização da sociedade que atende, simultaneamente, um sistema de organização social e econômico, cujo objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto das pessoas. De acordo com Schulze (2002, p. 58), o cooperativismo “como forma de ação coletiva e coordenada, com o propósito de alcançar objetivos comuns ao grupo, existiu ao longo de toda a história da humanidade”.

Assim, alguns autores buscam dados para confirmar esta existência tão antiga. Pinho (2004, p. 14) nos diz que em 1610 as primeiras reduções jesuíticas no Brasil iniciaram a construção de um Estado Cooperativo em bases integrais. Por sua vez, Bruxel (1978, p. 94) discorda e nos diz que o sistema implementado “era, sem dúvida, uma economia coletivista,

mas nenhum dos sistemas coletivistas hoje vigentes (comunismo, socialismo, cooperativismo, associativismo, sindicalismo) explica convenientemente o sistema adotado nas Reduções”. Segundo Caten (2001, p. 81), o coletivismo missioneiro tem origem incaica e, citando Ruschel (1988), nos coloca que:

No estudo da civilização que os jesuítas implantaram entre os Guarani, (...) aspecto que adquire destaque é o da estrutura coletivista de seu sistema de propriedade. Muito se tem escrito sobre o assunto; muito ainda se há de escrever. Por vezes os autores entram em polêmica, na tentativa de classificar o modelo missioneiro segundo padrões teóricos marxistas ou não-marxistas. Oscilam as epígrafes utilizadas: organização social, comunismo cristão, socialismo missioneiro, propriedade cacical, cooperativismo, estado cristão social, comunismo patriarcal e outros (CATEN, 2001, *Apud* RUSCHEL, 1988).

Discussões a parte, o certo é que a Cooperativa de Consumo dos “Probos Pioneiros de Rochdale”, na Inglaterra, foi a pioneira entre as cooperativas de fato, tendo surgido num importante centro têxtil, no norte da Inglaterra em 1844, onde foi fundada por 28 operários (HOLYOAKE, 2008, p. 27). Nesse sentido, seus principais princípios, estipulados nesse período são, de acordo com Pinho (2004, p. 69-70):

- (1) adesão voluntária e livre- as cooperativas são organizações abertas a participações de todos, sem discriminações de gênero, etnia, classe social, opção política ou religiosa;
- (2) gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos cooperados (com direito a um voto, independente do número de cotas);
- (3) participação econômica dos membros - ou contribuição dos cooperados para o capital das cooperativas, sendo este controlado de acordo com decisão tomada em assembleia geral;
- (4) autonomia e independência - a cooperativa é uma empresa autônoma controlada pelos cooperados, que são os seus donos;
- (5) educação, formação e informação dos associados e do público em geral sobre as vantagens do cooperativismo;
- (6) intercooperação - as cooperativas devem manter intercâmbio entre si, em nível local, regional, nacional e internacional;
- (7) preocupação com a comunidade - as cooperativas trabalham para o bem-estar da comunidade, através de projetos aprovados por seus membros.

Em sua trajetória, esses princípios se transformaram em uma espécie de “mito” do cooperativismo – baseado na cooperação, nas decisões conjuntas, nos benefícios a todos os sócios, sem fins lucrativos –, e são temas recorrentes no cooperativismo atual. Do ponto de vista de sua estrutura organizacional, no cooperativismo, desde a sua fundação, a forma “cooperativa” se manteve inalterada (ESTEVAM; VERGINIO, 2017, p. 73).

Em relação ao cooperativismo brasileiro há divergências sobre o seu surgimento. De acordo com Estevam e Verginio (2017, p. 80), o processo no Brasil teve seu início por volta de 1841, na comunidade de Palmital, no município de São Francisco do Sul, Santa Catarina (atualmente município de Garuva), com uma colônia de produção e consumo que teve suas atividades encerradas em 1943.

Para SANTOS (1998), o movimento cooperativista no Brasil teve início no ano de 1847 quando o médico francês Jean Maurice Faivre (um dos fundadores da atual Academia Nacional de Medicina em 1829), fundou com um grupo de europeus, no interior do Paraná, a colônia Teresa Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu para a memória coletiva como elemento formador do cooperativismo brasileiro. Segundo Pinheiro (2008, p. 94), o movimento iniciou-se em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG), com a criação da “primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto”.

No Rio Grande do Sul as ideias cooperativistas tem como ponto de partida o ano de 1892, com a *Societá Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, em Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), orientada por Vicente Monteggia, seu primeiro diretor (PINHO, 2004, p. 19). Em 1902, sob a inspiração do Padre Jesuíta Theodor Amstadt, conhecedor da experiência alemã do modelo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen Raiffeisen (criador de uma cooperativa de crédito em 1862) foi criada em Linha Imperial no distrito de Nova Petrópolis/RS, a 1ª Cooperativa de Crédito da América Latina, a SICREDI Pioneira, na época denominada “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”<sup>23</sup>.

No que refere-se ao cooperativismo médico, de acordo com Torresini (2005, p. 41) o surgimento da Cooperativa Unimed “é um fato novo”:

---

<sup>23</sup> Sobre esta instituição em particular, ver: SANTOS, Alba Cristina Couto dos. As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho: As memórias da Associação Theodor Amstad e da Sicred Pioneira. SESCOOP. Porto Alegre, 2014.

Não existe nada semelhante à cooperativa Unimed. Essa genuína resposta brasileira às dificuldades decorrentes da criação do Instituto Nacional de Previdência Social e da expansão das empresas de planos de saúde podia até mesmo ser copiada por outros países em situação semelhante. Não é por outra razão que o modelo já foi levado para a Argentina e para o Paraguai e despertou interesse de autoridades do Japão (TORRESINI, 2005, p. 41).

Segundo Irion (1997, p. 297) a iniciativa foi ousada e precisou superar a resistência oficial para a sua implantação pois os órgãos de controle consideravam o cooperativismo restrito à produção e ao consumo.

Em 1967, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, surge a União dos Médicos – Unimed, a primeira Unimed do país, “a partir da liderança do médico Edmundo Castilho” (SILVA, 1998, p. 80). A partir de 1970 começaram a proliferar cooperativas médicas, nos mesmos moldes, pelo interior de São Paulo, o que levou a criação, em 1971, da Federação das Unimeds do Estado, centrada em regular e padronizar os procedimentos destas instituições (ALBUQUERQUE, 2012, p. 59), chamadas agora “singulares”<sup>24</sup> que, mesmo ligadas a Federação, até hoje dispõe de autonomia (DUARTE, 2001, p. 1006).

A proposta logo cresceu e Unimeds foram surgindo. Ainda na década de 1970, foram 11 os estados que contavam com a proposta (SILVA, 1998, p. 80). Devido a esta expansão, criou-se em 1975 a Unimed do Brasil (ALBUQUERQUE, 2012, p. 61), que criou Estatutos, Regimentos, Constituições e uma série de protocolos. O sistema como um todo evoluiu e, além da atividade saúde em específico, a Unimed possui outras entidades e empresas: Fundação Unimed, Portal Unimed, Unimed Participações, Faculdade Unimed, Unimed Seguradora, Unimed Administração e Serviços e Unimed Corretora.

No Rio Grande do Sul a experiência cooperativa médica da Unimed tem início em 1971 na cidade de Erechim, quando 26 médicos implementaram a ideia. Na sequência, Ijuí, Taquari e Porto Alegre, ainda em 1971, criam suas unidades. O ano seguinte viu o

---

<sup>24</sup> Ver: Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm) Acesso em 02/02/2018.

surgimento de mais 6 cooperativas e, assim, houve a necessidade do Rio Grande do Sul também ganhar uma Federação, o que ocorreu em 25 de junho de 1972.

Nos mesmos moldes da Federação de São Paulo, a entidade gaúcha surge no intuito de facilitar o diálogo entre as Singulares e na perspectiva de normatizar condutas, ações, institucionalização e aplicação dos planos de saúde, etc. e a estimular o surgimento de novas cooperativas no interior. Atualmente a instituição congrega 26 Singulares, atuando em todo o Estado. O quadro abaixo evidencia a expansão dos serviços prestados, inclusive com o surgimento de empresas de propriedade da Federação/RS.

1 Federação
1 Central de Serviços
26 Singulares
1 Unicoopemed
1 Uniair Transporte Aeromédico
1 Uniair Táxi Aéreo
1 Instituto Unimed

Tabela 1. Constituição do Sistema Unimed no Rio Grande do Sul. Fonte: Expressão do Cooperativismo Gaúcho-2017. Sistema OCERGS SESCOOP/RS, 2016. Pág. 30.

497 Municípios cobertos
1.829.101 Beneficiários
14.820 Médicos associados
10.418 Colaboradores
6 Hospitais-dia próprios
7 Hospitais próprios
49 Clínicas e serviços de diagnósticos próprios
18 SOS próprios
25 Pronto-atendimentos próprios
2.742 Hospitais e serviços credenciados

Tabela 2. Abrangência do Sistema Unimed no Rio Grande do Sul. Fonte: Expressão do Cooperativismo Gaúcho-2017. Sistema OCERGS SESCOOP/RS, 2016. Pág. 30.

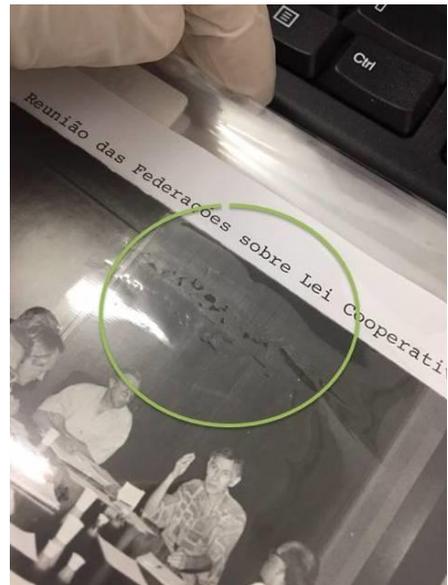
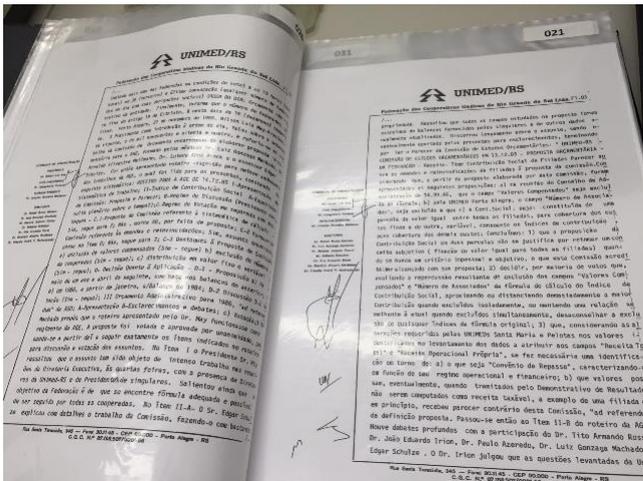
A partir destes dados podemos visualizar uma ampla e acentuada participação na sociedade gaúcha, o que gera consideráveis perspectivas que merecem ser analisadas pelas diversas áreas do conhecimento.

## **A organização de um acervo do cooperativismo médico gaúcho**

A partir de 2016 a Federação das Unimeds do Rio Grande do Sul (Federação Unimed/RS) vem investindo na sistematização de sua documentação a fim de constituir um Centro de Documentação e Memória. Tendo em vista que as Unimeds federadas são produtoras de uma gama enorme de documentos (tridimensionais, bibliográficos e arquivísticos), há uma grande potencialidade de pesquisas que podem, a partir da organização e do gerenciamento destes acervos, serem realizadas em vários âmbitos: cooperativismo, cooperativismo médico, saúde, saúde pública, SUS, entre outras.

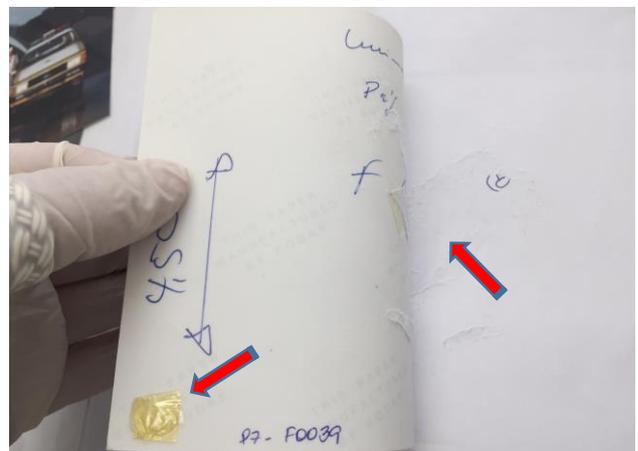
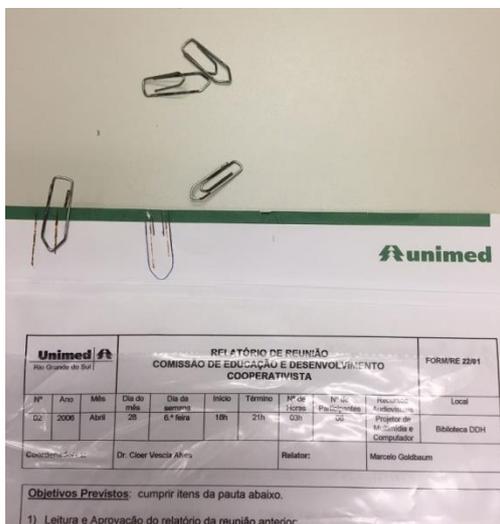
Em 2017 o projeto ganha novas dimensões, passando a chamar-se “Memória e Cultura Unimed/RS”, pois, pensando no potencial de tais materiais a proposta passa a ser, a partir da Federação/RS, estimular e dar suporte as Singulares para que também criem e mantenham seus espaços destinados a preservação e a pesquisa. Nesse contexto, há ênfase no processo de coleta e organização dos acervos.

A partir da nova proposta, inicialmente foi feito um diagnóstico da situação em que o acervo até então coletado se encontrava. Este documento apontou problemas, como o uso embalagens plásticas e o uso de colas diretamente nos documentos, a fim de fixá-los em folhas de papel comuns. É sabido que colas plásticas ou bastão são irreversíveis e degradam o suporte, sendo indicado o uso de cola neutra, a *metylan tylose*. Igualmente, fitas adesivas ou gomadas podem causar manchas/acidez e, desta forma, recomenda-se o uso de reforço com papel japonês e cola neutra (MACHADO, 2010, p. 104).



Imagens 01 e 02: Atas acondicionadas em pastas catálogos.

Foram retirados também grampos e cliques de metal, que furam o documento, deixam marcas e oxidam. Lápis de grafite macio (6B) foram usados para anotações, quando necessário, no verso das fotografias e em todos os envelopes para acondicionamento que, por sua vez, foram montados com papel pH neutro (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 44-45).



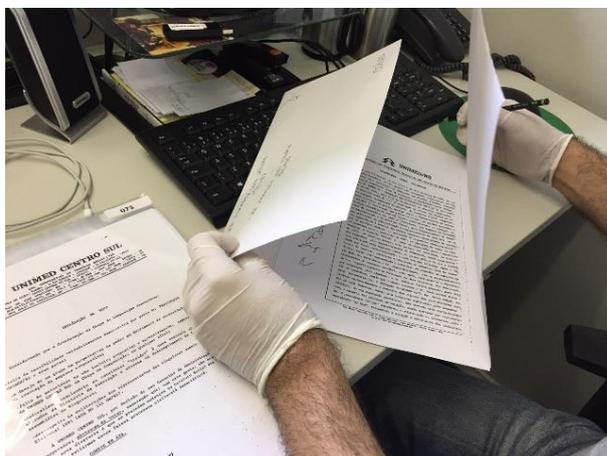
Imagens 03 e 04: Exemplo de ação pontual de remoção de clips e demais metais enferrujados dos documentos bem como de colas e fitas adesivas.

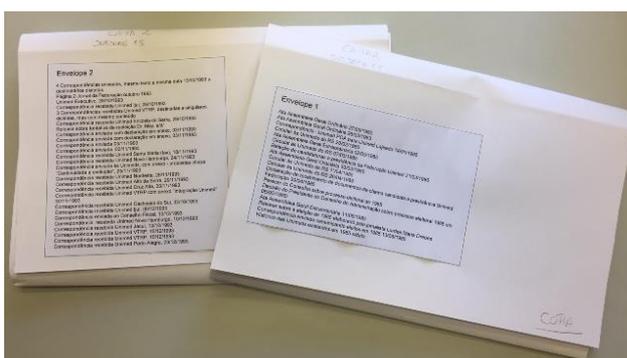
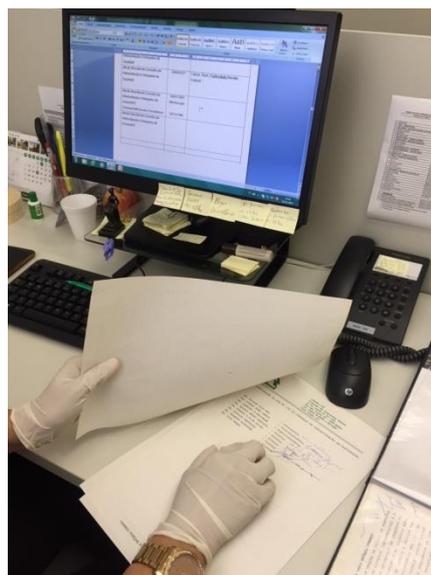
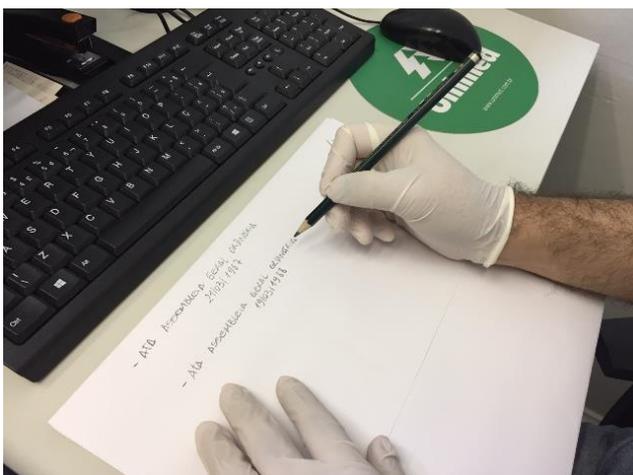
Após a discussão do diagnóstico, a presidência da instituição aprovou a aquisição de materiais específicos para higienização, acondicionamento, armazenagem e catalogação, medidas estas que tornaram-se permanentes. Também foram definidos quais acervos comporiam o setor, sendo estabelecido Acervo Arquivístico – Séries 1 e 2; Acervo Arquivístico Fotográfico (devido ao trabalho desenvolvido anteriormente e ao volume

considerável de fotografias existente, resolvemos separar estes materiais do Acervo Arquivístico) – Série 3; Acervo Arquivístico Impresso (constituído a partir de materiais cedidos pelo Núcleo de Comunicação e Marketing) – Séries 4 e 5; Acervo Bibliográfico e Acervo Tridimensional.



Imagens 05 e 06: Chegada de Acervos ao setor.





Imagens 08 a 12: Processo de organização do Acervo.

Higienizados, os acervos são catalogados, acondicionados e armazenados de acordo com sua tipologia. A catalogação, realizada em Excel está sendo migrada para o software DocuWare, produto cuja instituição já usa para outras dinâmicas internas. A partir deste mecanismo, o Acervo Arquivístico Fotográfico está sendo igualmente cadastrado, contendo atualmente com 18.690 imagens inseridas, formando um acervo de documentos digitais e

de representantes digitais<sup>25</sup> consideráveis, já disponíveis a pesquisa. A proposta visa cadastrar os demais acervos nesse mesmo sistema.

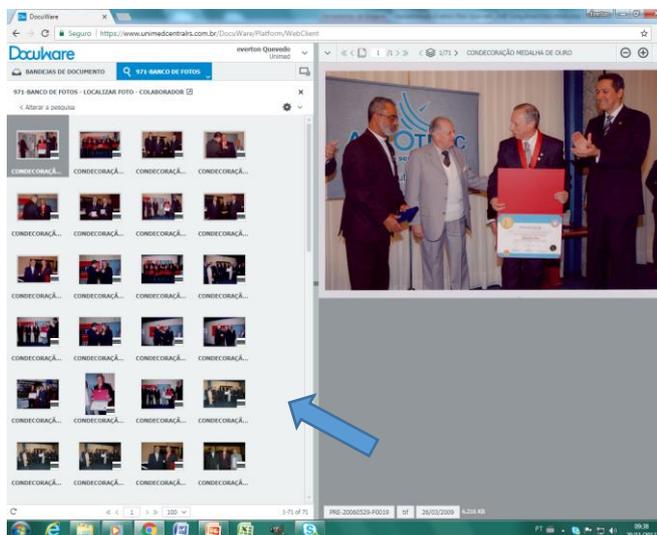


Imagem 13: Fotografias inseridas no software DocuWare.

No processo de organização do Centro de Documentação, destacamos uma particularidade do acervo: trata-se do recebimento de documentação pertencente ao Presidente João Goulart. Trata-se de materiais que foram “coleccionados” por Wamba Guimarães – Chefe de Gabinete do então Presidente, de cuja família os referidos documentos foram comprados pela Federação/RS em 2015. Os documentos estão em fase de organização.

A fim de formar subsídios para pesquisa em relação ao sistema Unimed no Rio Grande do Sul, no que concerne à formação de um acervo bibliográfico, enviamos as Singulares correspondências solicitando publicações que tenham financiado, seja em relação ao cooperativismo ou livros comemorativos. Este material já está disponível para pesquisa. Igualmente, a partir de um memorando interno, instituímos que todas as publicações produzidas pela Federação e por suas filiadas devem direcionar uma cópia ao Centro de Documentação.

<sup>25</sup> Representante digital - (digital surrogate) - É a representação em formato de arquivo digital de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nascido originalmente em formato de arquivo digital (born digital). Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, 2010, p. 04 e 06.



Imagens 14 e 15: Parte da documentação que pertenceu ao Presidente João Goulart.

Os próximos processos incluem migração de mídias, pois a instituição possui um acervo muito grande em materiais que estão em suporte CD, DVD, VHS, K7 e fitas Betas, contendo imagens e áudio de reuniões, assembleias e eventos locais e nacionais. A partir dessa migração para uma rede moderna e que permita o acesso facilitado, e catalogação das informações contidas nos materiais, será possível disponibilizar para o uso interno do Setor de Comunicação e para pesquisas futuras.

Também projeta-se o trabalho com História Oral para a constituição de um acervo audiovisual digital a partir de entrevistas com dirigentes, funcionários, cooperados e usuários do Sistema Unimed. Essa proposta leva em consideração o fato de que a História oral permite repensar e reconstituir o passado sob um olhar atualizado, expressando a dinâmica de construção do próprio sujeito individual ou coletivo. Entrevistas sempre revelam eventos e/ou aspectos desconhecidos, elas lançam à luz áreas inexploradas da vida diária (ALBERTI, 2004). A maior parte do trabalho será executada sob o ponto de vista da História Oral Temática, onde, segundo Tânia Fernandes, “a modalidade abrangeria apenas alguns itens, temas específicos da vida do depoente” (1998), nesse caso, suas experiências, memórias sobre a instituição em questão.



Imagens 16 e 17: Parte do acervo que será migrado e exemplo de materiais tridimensionais que compõe o acervo.

Atualmente o Centro de Documentação funciona dentro do espaço da Federação/RS até a conclusão das obras em uma propriedade adquirida para receber o Setor. A casa, situada próximo a sede da instituição, é um exemplar da arquitetura da década de 1960, listada como de interesse histórico-cultural pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre (EPAHC). Após a aprovação da obra pela referida Equipe, estamos trabalhando no projeto expográfico, no mobiliário e em todos os requisitos que este tipo de instituição necessita<sup>26</sup>, inclusive nas questões ligadas a acessibilidade<sup>27</sup>.

### **Considerações finais**

Tendo em vista que as questões relativas à preservação histórica estão sendo desenvolvidas em várias instituições públicas e privadas, pois sinalizam a valorização das entidades por parte das suas gestões e as apresentam a comunidade como uma peça importante para a dinâmica social, a Unimed Federação/RS aposta na organização de seu acervo para posterior disponibilização a cooperados e a pesquisadores interessados em discutir o cooperativismo e mais especificamente o cooperativismo médico.

A pesquisa é preponderante para o desenvolvimento de qualquer setor da sociedade e, com o cooperativismo, não é diferente, pois consideramos a sua importância para

---

<sup>26</sup> Ver: TESSITORE, Viviane. Como implantar Centros de Documentação. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

<sup>27</sup> Ver: ASSIS, Elisa Prado de. Acessibilidade nos bens culturais imóveis: Possibilidades e limites nos museus e centros culturais. São Paulo, 2012.

fortalecer e dar base a discussão que envolve as comunidades. Os estudos sobre a área permitem diversas validações teóricas e empíricas para o aperfeiçoamento dos processos gerenciais, governança e estratégias organizacionais, mecanismos de controle gerenciais e financeiros, pois envolvem iniciativas e estratégia de cooperação que merecem ser melhor compreendidas pela sociedade, empreendedores e pesquisadores. Desta forma, julgamos que o acervo aqui apresentado possa somar-se e contribuir com este caminho.

## **Bibliografia**

ALBERTI, V. Manual de História Oral – 2. ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Altair. Unimed, 45 anos: Uma história de paixão pelo cooperativismo médico. São Paulo: Unimed do Brasil, 2012.

ASSIS, Elisa Prado de. Acessibilidade nos bens culturais imóveis: Possibilidades e limites nos museus e centros culturais. São Paulo, 2012.

BRUXEL, Arnaldo. Os trinta povos guaranis. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do sul, 1978.

CATEN, Odecio Ten. Forma(S) de governo nas Reduções Guaranis (Dissertação) Mestrado em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; VERGINIO, Max Richard Coelho. A diversidade do cooperativismo brasileiro e catarinense. In: Revista Catarinense de Economia. v. 1, n. 1 Florianópolis/SC, 2017.

Expressão do Cooperativismo Gaúcho-2017. Sistema OCERGS SESCOOP/RS, 2016.

FERNANDES, T. Casa de Oswaldo Cruz: Aplicação da História Oral em acervos de pesquisa. In: MEIHY, José Carlos S. Bom (org). (Re)introduzindo História Oral no Brasil. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1998.

GONÇALVES, J.E. Histórico do Movimento Cooperativista Brasileiro e sua Legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais. Ribeirão Preto: 2005.

HOLYOAKE, George Jacob. Os 28 tecelões de Rochdale. 12 ed. Porto Alegre: WS Editor, 2008.

IRION, João Eduardo Oliveira. Cooperativismo e Economia Social. São Paulo. STS, 1997.

MACHADO, Alzemi. Conservação Preventiva em Acervos. Brasília, 2010. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/296210366/Preservacao-e-Conservacao-de-Acervos> Acesso em 10/01/2017.

PASCUCCI, L. M.; ROCHA, E. E. R. B.; CASTRO S. C. As organizações Cooperativas e o Mercado – o Caso de uma Cooperativa de Trabalho médico, a UNIMED. Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2005/dwn/enanpad2005-eorc-0732.pdf> Acesso em: 04 de outubro 2005.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil . 6a ed. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, 2010.

RUSCHEL, Ruy Ruben. As raízes incaicas do coletivismo missioneiro. In: Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1988. p. 223-236.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho: As lembranças da Associação Theodor Amstad e da Sicred Pioneira. SESCOOP. Porto Alegre, 2014.

SANTOS, A.C.L. dos, Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso. 1998. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1998.

SILVA, Amaury Barbosa da. A Unimed no cooperativismo brasileiro. In: MAY, Nilson Luiz (coord.). Compêndio de Cooperativismo Unimed. Porto Alegre: WS Editor, 1998.

SCHNEIDER, José Odelso. Síntese De Duas Tendências: A Propriedade Nas Reduções Do Paraguai. SESCOOP-RS, 2013.

SCHULZE, Edgar. Participação e estrutura de poder no modelo de gestão cooperativa: O caso da Unimed no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

TESSITORE, Viviane. Como implantar Centros de Documentação. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. Unicred Porto Alegre: 15 anos de vivência cooperativa (1990-2005). Porto Alegre: Literalis, 2005.

## HISTÓRIA E MEMÓRIA: O ACERVO ICONOGRÁFICO DA ESCOLA POLIVALENTE EM OSÓRIO/RS DA SUA INAUGURAÇÃO À PROMULGAÇÃO DA LDB/96

Ezequiel Nunes Pires  
Bolsista Iniciação Científica - CNPq  
IFRS - *Campus* Osório  
Licenciatura em Letras Português/Inglês  
[ezequieln\\_outlook.com](mailto:ezequieln_outlook.com)

Taís Silva da Silva  
Bolsista Iniciação Científica - IFRS  
IFRS - *Campus* Osório  
Licenciatura em Letras Português/Inglês  
[taisdir@gmail.com](mailto:taisdir@gmail.com)

Maria Augusta Martiarena de Oliveira  
Doutora em Educação - UNISINOS  
[augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br](mailto:augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br)

### Resumo

O presente trabalho está inserido no projeto de pesquisa intitulado “História e memória da educação profissional: Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos – Polivalente, Osório/RS”, que objetiva realizar a caracterização do acervo iconográfico da instituição e a produção de um catálogo impresso do mesmo. Neste trabalho pretende-se analisar o contexto histórico de criação da escola e compreender os impactos gerados com a promulgação da LDB/96 no cotidiano escolar através das fotografias presentes no acervo, assim como nas notícias veiculadas na imprensa do litoral norte gaúcho presentes no acervo jornalístico do Arquivo Histórico Municipal Antônio Stenzel Filho, localizado na cidade de Osório. O recorte temporal definido para o estudo é compreendido entre o ano de fundação da escola (1974) e da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Este modelo de instituição, a escola polivalente, surgiu através de acordos entre o Ministério da Educação e *United Agency for International Development*, os quais tinham como objetivo a formação, através de disciplinas técnicas, de mão de obra barata e qualificada para suprir a demanda do mercado. A grade curricular mesclava disciplinas básicas e as disciplinas de técnicas agrícolas, técnicas industriais, técnicas domésticas e técnicas comerciais. Os resultados ainda são parciais, as imagens da década de 1970 e das décadas subsequentes deixam claro a preocupação com o espaço escolar para a realização das atividades relacionadas às disciplinas e, ainda, é possível notar nas fotografias a reação contrária às mudanças decorrentes da LDB/96, fato este noticiado na imprensa. Por fim, entende-se que o estudo da história e memória de uma instituição de educação profissional contribui para a compreensão do papel das instituições de educação profissionais atuais, notadamente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (instituição que integramos) enquanto órgão formador dessa proposta de ensino.

**Palavras-chaves:** História da Educação. Escola Polivalente. Acervo iconográfico. Acervo jornalístico. Catalogação.

## INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue tem como objetivo apresentar os resultados parciais referentes à investigação realizada junto ao acervo fotográfico da Escola Estadual Maria Teresa Vilanova Castilhos - Polivalente, produzido entre os anos de 1974 (sua fundação) e 1996 (ano de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Este estudo encontra-se inserido em um projeto de pesquisa maior, denominado História e memória da educação profissional: Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos - Polivalente, cujo objetivo principal refere-se à preservação da história dessa instituição de ensino, criada no ano de 1974, durante o Regime Militar, no município de Osório, Rio Grande do Sul. A cidade é o centro de entrada para o litoral norte do estado e localiza-se a 90 km da capital Porto Alegre.

Entende-se que o estudo da história e memória de uma instituição de educação profissional contribui para a compreensão do papel do próprio IFRS enquanto órgão formador dessa forma de ensino. Além disso, a realização de estudos sobre a região em que os *campi* do IFRS se encontram inseridos, faz parte do compromisso social do IF com esses locais.

A proposta de pesquisa concentra-se na contextualização histórica do acervo da referida instituição e para a sua preservação e consequente catalogação, foi necessário o processo de digitalização do acervo. Cabe ressaltar que o acervo fotográfico está totalmente digitalizado e se encontra em processo de catalogação. Essa pesquisa nos possibilita refletir as práticas de ensino, no contexto histórico do período do Regime Militar, com suas especificidades e a singularidade dessas instituições.

A pesquisa teve início em 2016 e atualmente conta com dois bolsistas de iniciação científica, tendo apoio do IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Utilizamos referenciais teóricos fundamentais para desenvolvimento do presente trabalho, bem como contextualização histórica do período da criação e implantação do modelo da supracitada instituição em todo o país.

## A ESCOLA POLIVALENTE E A DITADURA MILITAR

Devemos ver a educação como uma poderosa fonte de controle social, e durante o Regime Militar com uma abrangência e um controle muito maior, nesse contexto e com a finalidade de reformular a educação brasileira, adequando ao modo de produção capitalista, surgiram muitos acordos entre o MEC (Ministério da Educação) e USAID (UNITED Agency for International Development) - MEC/USAID.

Esses acordos tinham abrangência nacional e deles resultaram a implantação das Escolas Polivalentes. De acordo com o contexto social da época, para a melhoria da economia do país, era necessário uma imagem positiva de progresso gerado pelo Regime Militar que acontecia.

É deste modo que a Escola Polivalente implementada na cidade de Osório/RS torna-se um interessante e rico objeto de estudos, por toda a sua história de criação e desenvolvimento. A instituição de ensino como fonte de pesquisa historiográfica é recente, mas não deixa de ser importante, conforme Gatti Jr (2002)

A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes. (GATTI, 2002, p. 4)

Conforme o autor, após a metade da década de 50, ocorreu uma mudança importante na área da pesquisa historiográfica, tanto na parte teórica quanto na parte metodológica, voltando a englobar os fatos sociais e seus aspectos mais relevantes, sem enfatizar apenas os fatos políticos. (GATTI, 2002, p. 6).

Muitas correntes buscavam mudanças nas pesquisas historiográficas tradicionais, muito comuns em *Annales* (1929) na França do século XX e acrescentar elementos e temas novos conhecidos como Nova História (1970). Segundo o autor

[...] os franceses somaram ao seu já tradicional cuidado com a conservação e organização de conjuntos de fontes documentais, manuscritas e impressas, um esforço de coletar, classificar e tornar disponível para o público os novos e grandiosos arsenais de fontes históricas, tomadas agora

em um sentido bem mais amplo do que aquele preconizado pela história tradicional, em que se destacam testemunhos orais, iconografia etc. (GATTI, 2002, p. 8).

Não foram só os franceses que mudaram sua forma de pesquisa historiográfica, os ingleses adicionaram economia e cultura às questões tradicionais. Ainda, segundo Gatti Jr (2002)

Perceberam que o ser social e sua vivência precisam ser compreendidos em sua complexidade e criticaram análises que preconizavam um recorte compreensivo marcadamente macrosocial, ou seja, atribuíram grande importância às singularidades e particularidades sociais. (GATTI, 2002, p. 11)

No Brasil, a educação continua a ser tratada de maneira simplista, sem o devido reconhecimento e não sendo considerada parte da sociedade, com sua realidade manipulada pelo governo quando cobrado por essa sociedade a qual deveria fazer parte.

Enxergar a escola de um lugar diferente, de um ângulo em que sua materialidade e suas finalidades, de fato, realizam-se: nas disciplinas escolares. Examinar o percurso dessas disciplinas ao longo de décadas, ou de séculos, é a tarefa da qual se têm ocupado esses historiadores. (GATTI, 2002, p. 18)

Torna-se relevante destacar que durante a Ditadura Militar, as políticas educacionais foram pautadas notadamente nos acordos entre o MEC e USAID, os quais tinham como intuito adequar a educação nacional ao modo de produção capitalista. Conforme Cinca, Silva e Oliveira (2016), esses acordos tinham abrangência nacional e, entre os muitos resultados, encontrou-se a implantação das Escolas Polivalentes. Conforme Resende e Araújo (2013), a criação desse tipo de instituição fez parte da reforma educacional estabelecida pela Lei nº 5.692/71, dedicada à reformulação dos ensinos de 1º e 2º graus, a qual tornou o último obrigatório e necessariamente profissionalizante. Conforme os autores:

No contexto internacional da Guerra Fria e do interesse norte-americano em expandir e consolidar seu poderio político e econômico aos países da América Latina, logo após o golpe de 1964, o Brasil e os EUA passaram a assinar vários acordos de cooperação entre os dois países, dentre os quais, os acordos MEC/USAID para a melhoria da educação brasileira. (RESENDE, ARAÚJO, 2013, p. 129).

Segundo Araújo (2010), a educação foi utilizada com fins ideológicos e políticos, portanto não foi levado em consideração a realidade social do país, impedindo assim qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico das classes menos favorecidas. A implantação das Escolas Polivalentes foi possível através de financiamentos da Agência Internacional de Desenvolvimento e seguiu a proposta desse organismo internacional, que visava notadamente, atender a demanda de mão de obra barata assim como o atendimento das classes menos favorecidas.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se formava profissionais para atender às demandas da indústria, atendia-se de forma precária e assistencialista, as camadas populares, oferecendo-lhes uma educação profissional em nível primário. Além disso, Araújo (2010) indica que programas de estudos proporcionados e patrocinados pelos Estados Unidos para brasileiros, que depois de participarem dos referidos programas, deveriam retornar para o Brasil e desenvolver tais práticas no novo modelo de ensino do país.

Segundo Resende e Araújo (2013):

Para que o acordo entre o MEC e a USAID pudesse ser viabilizado, a USAID contratou quatro especialistas, que atuariam como consultores por dois anos, e que, em conjunto com quatro educadores brasileiros, comporiam a equipe responsável por implementar as ações previstas pelo convênio. Assim, foi estruturada a EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) nacional, com oito membros, para assessorar os estados e implantar as EPEMs locais, subordinadas à nacional. O acordo que, inicialmente, previa uma duração de dois anos – 31/03/65 a 30/07/67 – foi sendo renovado e vigorou até 1976 e atendeu principalmente os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, (RESENDE, ARAÚJO, 2013, p.130).

Destaca-se que a compreensão de Ensino Médio não se encontra relacionada à atual, a qual é oriunda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996 (Lei n.º 9394/96). Nesse sentido, as séries finais do Ensino Fundamental, anteriormente denominadas “ginásio”, eram consideradas como ensino secundário e doravante denominadas de ensino médio.

Além disso, salienta-se que, como mencionado pelos autores anteriormente citados, o Rio Grande do Sul constava entre os estados que foram atendidos pela Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). Os autores destacam, também, que a EPEM deu

origem ao PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), o qual foi regulamentado pelo Decreto n. 63.914, de 26 de dezembro de 1968, e visava incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio.

Segundo Araújo (2010), a criação das Escolas Polivalentes encontram-se vinculadas ao projeto de educação da Aliança para o Progresso, o qual se constituía em um programa de ajuda externa norte-americana, direcionado para a América Latina, lançado no início da administração de J. F. Kennedy (1961-63) e implantado nos anos subsequentes (RIBEIRO, 2006).

Esse autor aponta para o fato de que o então presidente dos Estados Unidos propôs um plano de cooperação de dez anos, que objetivava fomentar o desenvolvimento econômico, social e político. O mesmo indica que a Aliança para o Progresso inseria-se numa tradição que remontava ao New Deal e aos programas do pós-guerra como o *Point Four* e o Plano Marshall.

No sentido de efetivação dessa proposta, Araújo (2010) destaca a Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social em Nível Ministerial, realizada em Punta del Este, no Uruguai. Nessa reunião, estabeleceu-se um plano de metas para a educação, as quais deveriam ser alcançadas nos dez anos seguintes.

No bojo desses acordos, assim como em diversos municípios brasileiros, foi fundada na cidade de Osório, no Rio Grande do Sul, a Escola Estadual Maria Teresa Vilanova Castilhos - Escola Polivalente. Conforme a Revista O Planador: “Inaugurada no dia 14 de novembro de 1974, é a Escola Osoriense que cumpre, fiel e cabalmente, os objetivos dispostos nos primeiros artigos da Lei da Reforma do Ensino, ou seja, a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho”, (PLANADOR, 16 de agosto de 1975, ano I, n.º 1, p.15).

A matéria publicada nesse periódico de circulação local foi assinada por José Carlos Becker, Diretor do PREMEM, programa anteriormente mencionado. Nesse pequeno acerto, verifica-se a vinculação da proposta educacional proveniente das relações entre o MEC e a USAID, notadamente no que tange às aptidões e a preparação para o trabalho.

A relação entre o estabelecimento da escola na cidade de Osório e tais acordos também são evidenciadas na matéria assinada por Becker, quando o mesmo afirma: “O

custo do Polivalente anda ao redor de Cr\$ 3.000.000,00<sup>28</sup> (três bilhões antigos), provindos de convênios entre USAID, MEC, SEC e Prefeitura Municipal”, (PLANADOR, 16 de agosto de 1975, ano I, n.º 1, p.15). É possível notar que a instituição dessa rede de escolas foi um empreendimento que envolveu muitos recursos e instituições diferentes, além de envolver as esferas nacional, estadual e municipal.

Conforme as informações constantes na Revista Planador, a escola contava com 32 professores “especialmente treinados para este tipo de escola”, (PLANADOR, 16 de agosto de 1975, ano I, n.º 1, p.15). Becker destacava que o Pessoal Técnico-administrativo, a saber, Diretor, Vice, Coordenador e Orientador, haviam cursado, no mínimo, duas faculdades.

Com relação aos discentes, a instituição recebia os alunos das séries finais do 1º grau (atualmente ensino fundamental). Em 1975, a escola contava com 640 alunos<sup>29</sup>. Além de disciplinas propedêuticas como português, matemática, história, geografia e biologia, as disciplinas técnicas eram distribuídas conforme a faixa etária do aluno: Técnicas domésticas - 5ª série; Técnicas agrícolas - 6ª série; Técnicas industriais - 7ª série e Técnicas comerciais - 8ª série.

A inversão de recursos na construção dessa rede de escolas gerou frutos notadamente em sua estrutura física. Em Osório, a instituição contava com amplas salas de aula convencionais (salas que comportavam 40 alunos, conforme a matéria assinada por Becker e publicada na Revista Planador), além de salas de aula específicas para cada disciplina técnica ofertada, uma biblioteca com vasto acervo, adequado para aquela proposta de ensino.

As acomodações dos professores também eram amplas, assim como a secretaria e a diretoria. Possuía também uma grande estrutura externa, com campo de futebol, quadras poliesportivas de concreto e areia, pista de corrida e de salto em distância. Para a disciplina de educação física foram disponibilizados dois vestiários (feminino e masculino) com chuveiros, sala para exame médico, que também era utilizada para guardar os materiais esportivos (bolas, redes, colchonetes, etc).

---

<sup>28</sup>Cruzeiros foi a moeda corrente no Brasil entre 1970 e 1986, antecedida pelos cruzeiros novos e seguida pelos cruzados.

<sup>29</sup>Tal informação foi disponibilizada na matéria anteriormente mencionada da Revista Planador, entretanto, é passível de confirmação.

Em um artigo publicado na revista Polivisão, revista esta que se encontra no acervo do Arquivo Histórico Municipal da cidade e que foram digitalizadas as três edições presentes para conservação das mesmas e consequente estudo, pois a revista era produzida pelo corpo docente da escola Polivalente, o Professor Sebastião Rosa discorre sobre o ensino técnico-agropecuário no contexto de educação brasileira.

Para o autor (POLIVISÃO, agosto de 1986, ano II, n.º 2, p. 21) a educação brasileira se estruturou nesse contexto social de um sistema rígido de controle, de conformidade com os objetivos do estado e do grupo dominante. E afirma:

A partir de 1966, quando se firmou o acordo MEC-USAID, se firmou a ideologia da profissionalização e do desenvolvimento e os peritos deste acordo acabaram concluindo que a educação técnica profissionalizante era o ideal para a educação brasileira (na sua lógica, o que era bom para os EEUU, é bom para o Brasil), estando sublimar a idéia de produção mais racional com mão de obra barata para exportar a países desenvolvidos e manter nosso país como colônia continental. (POLIVISÃO, agosto de 1986, ano II, n.º 2, p. 21)

O autor ainda questiona como será possível renovar a educação se os professores são produtos de uma educação conservadora, trazendo-nos o seguinte:

A escola, numa sociedade justa e democrática, deve ser renovadora, proporcionar a liberdade social e individual, ser crítica, questionadora e com um currículo desvinculado de ideologias dominantes e que desenvolva suas atividades dentro de um enfoque científico-experimental, via indispensável para a reformulação do conhecimento. (POLIVISÃO, agosto de 1986, ano II, n.º 2, p. 21)

A revista Polivisão nos possibilita ainda mais um ponto de vista sobre o contexto social, histórico e político da educação em nosso país. Sendo uma revista produzida pelos professores, muito nos diz a posição que o autor acima apresenta. Não se pode concluir que ele representava todo o grupo, nem o contrário. Porém, um professor se posicionar desta maneira corrobora com as conclusões que tomamos neste artigo.

## O ACERVO ICONOGRÁFICO DA ESCOLA POLIVALENTE EM OSÓRIO

Esse trabalho surge da convergência de dois projetos de pesquisa, um que se intitula “História e memória da educação profissional: Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos/Polivalente”, que tem por objetivo produzir um catálogo do acervo iconográfico da instituição e a caracterização do mesmo. E outro que se intitula “Imprensa e fotografia: Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho”<sup>30</sup>, que também busca produzir um catálogo, sendo este um catálogo do arquivo jornalístico, juntamente com a transcrição de notícias relacionadas à temática da educação.

Logo, esse trabalho tem por objetivo analisar as fotografias do acervo da Escola Polivalente e as notícias veiculadas na imprensa do litoral norte gaúcho durante o período de implementação da LDB, visando verificar os impactos da legislação na proposta educacional da instituição.

Ao mesmo tempo estão sendo catalogados os jornais do Arquivo Histórico Municipal e o acervo iconográfico da Escola Polivalente. Então, partindo da caracterização do acervo iconográfico, faz-se a análise das fotografias, e depois se buscará notícias na imprensa durante o mesmo recorte temporal que cite a LDB e/ou a escola Polivalente (no anos de 1996 e 1997) para realizar um trabalho com a análise do discurso.

Em relação ao uso da imprensa nos estudos que envolvem História da Educação, Vidal (2008) afirma que a imprensa pode ser utilizada como fonte e como objeto de pesquisa. Fonte é quando o jornal apresenta os fatos e objeto quando os fatos noticiados e o próprio jornal integram-se juntos no contexto social-histórico. Tendo em vista a imprensa como um veículo formador de opinião e ideologias, Bastos (2002) afirma que a imprensa “produz e divulga saberes que homogenizam, modelam e disciplinam o público leitor” (BASTOS, 2002, p. 153), pois a imprensa é produtora e portadora de significações e constitui verdades ao promover práticas que legitimam um conhecimento em detrimento de outro, e por isso é um dispositivo privilegiado para forjar sujeitos.

No que diz respeito ao trabalho com análise de fotografias, temos as imagens fotográficas como documento. Segundo Borges (2003), as fotografias devem ser vistas como

---

<sup>30</sup>O Arquivo histórico localiza-se no centro da cidade de Osório/RS.

documentos que informam sobre a cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e também como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social, sendo estas um fragmento da realidade.

Na pesquisa com o acervo iconográfico da Escola Polivalente foi estabelecido um recorte temporal, que seria do ano de sua inauguração (1974) até o ano de promulgação da LDB (1996). Neste recorte foram contabilizadas 743 fotografias, divididas nas mais variadas atividades. As temáticas variam desde a inauguração da escola, datas cívicas, festas populares, atividades escolares entre outras.

Para a catalogação das fotografias foi pensado, primeiramente, em uma sigla de identificação, a qual temos AFEPOL (Acervo Fotográfico do Polivalente) e número da foto. Em seguida, as fotos são divididas em duas categorias: Atividades e Espaços. As atividades podem ser formais, atividades do cotidiano escolar mais assíduos, como o clube de leitura, e não formais, que são as atividades/eventos esporádicos, como comemorações (dia dos pais, das mães, desfile cívico, inauguração da escola etc).

Os espaços se dividem em singular e externo. Em espaço externo temos, notadamente, fotos que mostram a estrutura física da instituição, sem algum personagem conjunto, discente ou não. Nos espaços singulares, são as fotografias que representam partes específicas, como a horta, uma sala de aula, um laboratório. As fotos podem ter ou não pessoas retratadas. Caso tenham, as pessoas não devem ser o objetivo da fotografia, mas o espaço.

Abaixo, temos a tabela de como está sendo organizada a catalogação das fotografias:

<b>IDENTIFICAÇÃO/ NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>LEGENDA</b>	<b>PERSONAGENS</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>
AFEPOL - 001	1974	Inauguração da Escola	Autoridades, discentes e docentes	Atividades - não formais	Comemorações - inauguração - Escola
AFEPOL - 036	1975	Organização da horta e dos jardins	Discentes - docentes	Espaços - singular	Horta - Jardins
AFEPOL - 059	1975	Instalações físicas da escola	-	Espaços - externo	Prédio , salas

AFEPOL - 155	1981	Clube da Leitura	discentes	Atividades - formais	Eventos, visitas
--------------	------	------------------	-----------	----------------------	------------------

Fonte: Tabela de catalogação elaborada pelos autores.

A inauguração da escola foi realizada em 1974, com a presença de autoridades, como mostra a foto abaixo:

Imagem 1: Inauguração da escola Polivalente em 1974.



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Polivalente

Ainda, nas imagens da inauguração da escola é possível perceber a presença da banda escolar, devidamente uniformizada e de demais alunos, também, com uniformes da época. A banda se apresentou na quadra poliesportiva da escola a faixa de inauguração cortada no portão de entrada da frente. Há um total de 23 fotos da inauguração, em algumas há o retrato das bandeiras do estado do Rio Grande do Sul e do país.

Focando no estudo do ano de promulgação da LDB, então, temos um total de 14 fotografias do desfile cívico, 1996, em que foram encontradas duas fotografias que mostram os alunos carregando faixas reivindicando as disciplinas técnicas com os dizeres: “Por que

deixar acabar as técnicas do polivalente?”, “Somos o início de uma vida profissional.” e “Estamos quase perdendo as técnicas do polivalente”.

Abaixo, duas imagens do desfile cívico municipal no ano de 1996:

Imagem 1: Desfile cívico em setembro de 1996.



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Polivalente

Imagem 2: Desfile cívico em setembro de 1996.



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Polivalente

Com as fotografias, é possível presenciarmos a utilização do espaço público para manifestação. Essa rua é a Marechal Floriano Peixoto, onde ocorrem, inclusive até hoje, as comemorações em esfera municipal na cidade de Osório/RS. E questiona-se se esses

estudantes, sendo do ensino fundamental, compreendiam o papel das disciplinas técnicas na sua formação ou se essas manifestações se davam por influência da comunidade escolar. Em uma foto estão os alunos carregando as faixas citadas e na outra há estudantes com roupas tradicionais das profissões trabalhadas dentro das disciplinas técnicas na escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Deve-se ter em consideração a importância das Escolas Polivalentes para o estudo das propostas educacionais encampadas durante a Ditadura Militar. A comunidade escolar, especificamente, atribuía grande valor às disciplinas técnicas e é possível notar isso, por meio das fotografias, além da reação contrária com as mudanças decorrentes da nova LDB (fotografias do desfile cívico de 1996), que retiraram essas disciplinas do currículo.

Ainda, estas disciplinas técnicas e o ensino das mesmas mostram-se como um reflexo da sociedade da época, machista e patriarcal, com a manutenção de representações sociais de gênero conservadoras, pois, as atividades das disciplinas técnicas eram bem direcionadas, diferentemente, para os meninos e meninas. Como se cada gênero pudesse somente desenvolver certas tarefas e seguir profissões pré determinadas para cada sexo.

Apesar das disciplinas técnicas serem praticadas por todos os alunos, as técnicas domésticas eram direcionadas às meninas, a sala de aula era composta pelo fogão, geladeira, forno, máquina de costura e demais itens que auxiliassem na formação das futuras donas de casa. As técnicas agrícolas, além de uma sala específica, possuía uma grande área externa, com estufas, sementeira e um pequeno galpão para guardar ferramentas e maquinário, contando ainda com um mini trator e muitos canteiros. As técnicas industriais possuía maquinário amplo, com uma vasta variedade de ferramentas, sendo as meninas direcionadas para trabalhos manuais.

Contudo, a instituição se mobiliza para fazer uma defesa pública dessas disciplinas. Reivindicando e pedindo ajuda às autoridades para que não acabem com elas. Por meio das fotos, então, percebe-se o espaço público como espaço de reivindicação. Também, vale recordar o posicionamento da revista Polivisão, se estes docentes que constituem estão de

acordo ou não com a mobilização e o quanto compreendem dos impactos da formação tecnicista é um estudo para ser desenvolvido.

Esse formato de instituição e com este trabalho pode-se perceber, ainda mais, o papel do IFRS enquanto órgão formador dessa forma de ensino atualmente. Enquanto hoje temos o Instituto Federal que preza pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Naquela época, as Escolas Polivalente estavam mais preocupadas com a quantidade de mão de obra formada. Possuíam amplas salas de aula para receber maior número de alunos e desse modo cumprir o que objetivava.

## Referências

ARAÚJO, José Alfredo de. A USAID, **O Regime Militar e a implantação das escolas polivalentes no Brasil**. Rosário - Argentina: Revista de Epistemologia y Ciencias Humanas, 2010.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira; instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP; Uberlândia, MG: UDUFU, 2002.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Espelho de papel: a imprensa e a história da educação**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O uso dos impressos: como fonte e objeto de investigação para a história da educação**. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, Aracaju, 2008.

PLANADOR, 16 de agosto de 1975, ano I, n.º 1.

POLIVISÃO, agosto de 1986, ano II, n.º 2.

## O HISTORIADOR NO ACERVO DE ARTE: UM ESTUDO SOBRE OS ARTISTAS CLAUDIO GOULART E PATRICIO FARIÁS NA FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS

Fernanda Soares da Rosa  
Mestranda em História, Teoria e Crítica de Arte  
PPGAV/UFRGS  
[fernanda.rosa.008@acad.pucrs.br](mailto:fernanda.rosa.008@acad.pucrs.br)

Thaís Franco  
Mestranda em História, Teoria e Crítica de Arte  
PPGAV/UFRGS  
[thais.franco@outlook.com](mailto:thais.franco@outlook.com)

### Resumo

O presente estudo aborda, a partir da experiência profissional vivida pelas autoras no acervo da Fundação Vera Chaves Barcellos (FVCB), os encontros e as possibilidades de atuação e pesquisa de um historiador dentro de um acervo de arte, dialogando com a investigação acadêmica na pós-graduação. Para tanto, busca-se trazer as pesquisas acadêmicas em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAV - UFRGS) sobre os artistas Claudio Goulart (Porto Alegre, 1954 – Amsterdã, 2005) e Patricio Farías (Chile, 1940), a partir da Coleção Artistas Contemporâneos da FVCB, enfocando as especificidades e narrativas da arte presentes nesse acervo. Percebe-se, no papel central do historiador dentro de uma instituição de arte, seja como profissional atuante ou usuário de suas fontes, a responsabilidade para com esse espaço privilegiado. Sendo assim, levantam-se as seguintes questões: quais seriam as aproximações possíveis entre a prática profissional do historiador e a investigação acadêmica no campo da História, Teoria e Crítica de Arte? Como o historiador pode atuar na salvaguarda, pesquisa e disseminação da memória presente em arquivos e acervos de arte?

**Palavras-chaves:** Historiador no acervo de arte. Fundação Vera Chaves Barcellos. Arte Contemporânea. Claudio Goulart. Patricio Farías.

No que tange o *metié* do historiador, o escopo de atividades possíveis para o profissional da área tem se alargado com os inúmeros centros culturais e museus, que tem modificado suas configurações ao longo dos séculos XX e XXI. Dentre os inúmeros desafios da profissão, para além da visão de que o bacharel em história deve centrar-se unicamente na carreira acadêmica, as oportunidades no setor cultural cresceram nas últimas décadas. Atualmente, a atuação de historiadores em espaços culturais pode implicar tanto na produção e promoção de eventos, contribuindo com a programação cultural local em que o

espaço está inserido, quanto em sua participação no manuseio de acervos e arquivos diversos, dividindo espaço com museólogos, arquivistas e restauradores.

Como ressalta a doutora em história, Flavia Renata Machado Paiani, ao refletir sobre os desafios do profissional, atenta que “ser historiador significa, certamente, algo mais que estudar o passado e pesquisar em bibliotecas e arquivos”<sup>31</sup>, estando a profissão não necessariamente restrita à carreira acadêmica. Em suas inquietações sobre o futuro do ofício, destaca o livro *Being a Historian: an Introduction to the Professional World of History*, do historiador estadunidense James M. Banner Jr, que atenta para a atuação de historiadores profissionais como editores, consultores, escritores independentes, curadores em museus, e ainda formando parceria com áreas como design, marketing e afins.

A também historiadora e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Dr<sup>a</sup>. Zita Possamai, no artigo intitulado *O ofício da História e novos espaços de atuação profissional*, acompanhou as mudanças e as possibilidades que se deram na área nas últimas décadas, além dos novos caminhos da profissão, comenta:

Quando fiz minha graduação, na segunda metade da década de 1980, as duas únicas possibilidades de atuação que se apresentavam para o graduado em história eram o ensino ou a pesquisa; essa última, no entanto, exclusivamente vinculada à academia, acessível a poucos. Atualmente, pode-se constatar um leque aberto de alternativas e possibilidades. Convém ressaltar que isso se deu por nossa atuação e também, certamente, pela dimensão social e cultural alcançada pelas iniciativas voltadas à valorização da memória e, por conseqüência, pela criação de instituições, das mais variadas temáticas, preocupadas com a guarda e a preservação de documentos históricos em sentido amplo (POSSAMAI, 2008, p. 202).

Tal discussão, sobre as atualizações necessárias dos conceitos bases da profissão, é presente entre os profissionais de história, como bem menciona Benito Bisso Schmidt, doutor em História e ex-presidente da Associação Nacional de História (ANPUH): “se nosso ofício não é novo, o contexto atual nos obriga a repensá-lo. O que fazemos como historiadores, desde que essa figura emergiu com alguma clareza como profissional específico (e essa emergência não é muito antiga), é ensinar e pesquisar”<sup>32</sup>. Importante ainda ressaltar a luta recente em torno do projeto de lei (PL) que visa regulamentar a

---

<sup>31</sup>PAIANI, 2015, p. 1.

<sup>32</sup>SCHMIDT, 2013, p. 287.

profissão do historiador no Brasil, ação necessária para repensar, ampliar e transformar nossa atuação em espaços diversos.

Partindo dessa reflexão inicial, o presente artigo é motivado pelas experiências profissionais das historiadoras autoras em um acervo de Arte Contemporânea, a Fundação Vera Chaves Barcellos (FVCB). Esta, uma entidade cultural, privada e sem fins lucrativos, criada em 2004, pela artista Vera Chaves Barcellos<sup>33</sup>, com sede em Porto Alegre e Viamão/RS, tem como proposição a preservação, a pesquisa e a difusão da obra da artista, bem como incentivar a investigação e a produção artística contemporânea.



Sala dos Pomares, FVCB

O acervo da FVCB abriga duas coleções: Coleção Artistas Contemporâneos e Coleção Vera Chaves Barcellos, totalizando atualmente quase três mil obras catalogadas<sup>34</sup>. Além das coleções de obras de arte, dispõe de um acervo documental sobre Arte Contemporânea, disponível para consulta através do Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação. Conta também com uma

programação regular de exposições e atividades paralelas, desenvolvidas através do Programa Educativo, que recebe escolas, professores e o público interessado em artes visuais.

Nossa principal atuação incide no acervo artístico da instituição, e se divide entre



Aã, 2017

<sup>33</sup> Vera Chaves Barcellos (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Bra Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, em 1956, atual Instit dedicou-se exclusivamente à gravura, a partir da década de trabalhos, combinando-a à serigrafia. Desde a década de 1960, além da fotografia, outros meios. Em 2004, com a doação dedicada à Arte Contemporânea que leva seu nome, a qual presic

várias exposições e publicações. Vera atualmente vive e trabalha em Viamão, RS, mantendo também seu estúdio em Barcelona, Espanha, desde a segunda metade da década de 1980. Para mais informações sobre a artista consulte: SOULAGES, François. **Vera Chaves Barcellos: obras incompletas**. Zouk: Porto Alegre, 2009.

<sup>34</sup> A Coleção Vera Chaves Barcellos abriga a produção da artista; já a Coleção Artistas Contemporâneos conta com obras de artistas nacionais e internacionais, como: Adriana Varejão, Anna Bella Geiger, Antoni Muntadas, Begoña Egurbide, Bill Viola, Carmela Gross, Christo, Cildo Meireles, Dennis Oppenheim, Elcio Rossini, Félix Bressan, Flavio Pons, Gary Hill, Hannah Colins, Hélio Ferverza, John Cage, Julio Plaza, León Ferrari, Leticia Parente, Luis Carlos Felizardo, Lygia Clark, Marcel-lí Antúnez, Nelson Leiner, Paulo Bruscky, Patricio Farías, Rafael França, Regina Silveira, Silvio Nunes Pinto, Sol LeWitt, Teresa Poester, Vik Muniz, entre outros.

organização e catalogação do acervo, e concepção, organização e montagem de exposições e de projetos culturais sobre Arte Contemporânea. Anualmente a FVCB apresenta duas exposições semestrais, com curadorias convidadas ou organizadas pela própria equipe. Destacamos a exposição mais recentes, intitulada *Aã*, com curadoria do duo de artista Ío. A mostra, que contou com obras da coleção e de artistas convidados, explorou pela primeira vez o espaço externo da Sala dos Pomares, a sala expositiva da FVCB.

Como bem atenta Marc Bloch em *Apologia da História ou o ofício do historiador*, “os textos ou os documentos arqueológicos [e podemos incluir também aí as obras de Arte Contemporânea], mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”<sup>35</sup>. A investigação, nesse caso, necessita de cuidado e olhares certos para que boas indagações possam desenvolver consistentes trabalhos de pesquisa. Enquanto pesquisadoras dentro de um acervo de arte, catalogando e manipulando o acervo, se tornou inevitável que a prática profissional se mantivesse indissociada de nossos objetos de estudo acadêmico.

Em comum, ambos os projetos desenvolvidos atualmente no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAV-UFRGS) tem como tema central artistas e obras que fazem parte do acervo da FVCB. Assim, este acervo passou a ser nossa principal fonte nas pesquisas que aqui abordaremos.

### **Claudio Goulart no acervo da FVCB**

Em 2015, a FVCB adquiriu quase a totalidade das obras de Claudio Goulart. A numerosa coleção envolve obras do artista, além de documentos sobre seus trabalhos, projetos e trajetória. O material, doado pela Fundação *Art Zone*<sup>36</sup>, legatária das obras de Goulart, foi possível graças ao projeto *Revelando Acervos*, contemplado pelo programa *Rumos Itaú Cultural (2013-2014)* e organizado pela FVCB.

A recente aquisição, que compõe atualmente a coleção *Artistas Contemporâneos*, passou por um processo de organização, higienização, catalogação, digitalização,

---

<sup>35</sup> BLOCH, 2002, p. 79.

<sup>36</sup> A Fundação *Art Zone* é uma organização sem fins lucrativos, criada em vida pelo artista Claudio Goulart e localizada em Amsterdã, Holanda. Mais informações sobre a Fundação através do site: [www.artzone.nl](http://www.artzone.nl).

documentação, guarda e disponibilização desse acervo documental e artístico para pesquisadores, professores e interessados. Assim, em contato direto com esse material, e estando responsável por tal organização, iniciei uma investigação sobre a trajetória e a produção do artista, interesse esse que resultou em meu atual projeto de mestrado<sup>37</sup>.

Claudio Goulart, artista brasileiro, nascido em Porto Alegre em 1954, partiu ainda na década de 1970 para a Europa, mais especificamente em 1976. O então jovem artista gaúcho, na época com 22 anos de idade, estabeleceu-se na Holanda. Em um primeiro momento o estudante de arquitetura da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e artes na UFRGS mirava a Espanha para aperfeiçoar seus estudos em artes, mas uma estadia em Amsterdã, onde já vivia o amigo e também artista Flavio Pons<sup>38</sup>, o fez mudar de trajeto. Lá fixou residência, até seu falecimento, em 2005. Durante os quase 30 anos que viveu em Amsterdã, Goulart participou de diversas exposições e projetos artísticos, em vários países, como Portugal, Espanha, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Cuba, México, Japão, entre outros. Voltou ao Brasil apenas no final da década de 1970, temporariamente, para alguns projetos e para visitar a família.

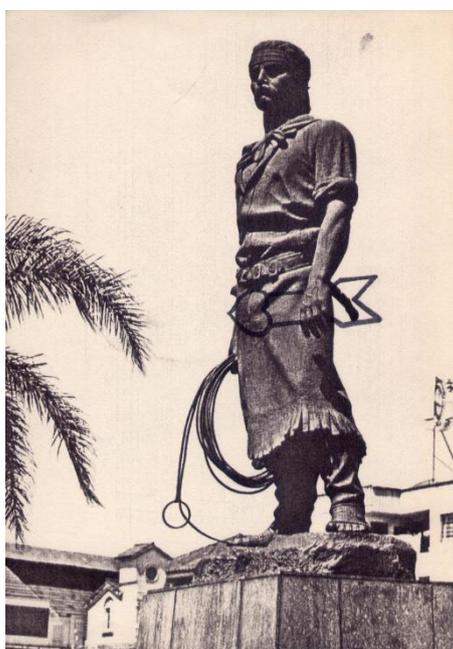
Abrigando diferentes trabalhos do artista, realizados nos mais variados suportes e técnicas, como desenho, colagem, fotografia, arte postal, livro de artista, videoarte, instalações, registros de performances, entre outros, esse acervo traz interessantes características que vão além de sua diversidade técnica. Abordando diversas temáticas, suas obras envolvem diferentes tendências e conceitos. Percebo que Goulart tratou de muitas formas temas ligados à história e memória, seja fazendo referências à história mundial ou da arte, seja abordando questões políticas em suas composições através de objetos apropriados.

---

<sup>37</sup> Fernanda Soares da Rosa, mestranda no PPGAV-UFRGS, desenvolve atualmente a pesquisa intitulada *Claudio Goulart: o arquivo como memória*, sob orientação da Profa. Dra. Mônica Zielinsky.

<sup>38</sup> Flavio Pons (Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, Brasil, 1947), artista visual. Participa de exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior. Mora e trabalha em Amsterdã desde a década de 1970. Destaque para algumas exposições coletivas que fez parte: XII Bienal de Paris, Musée de l'Art Moderne, 1982; *La Vie en Rose*, Bracknel, Air Gallery e Brixton Gallery, Londres, 1983; *Aparejos de beleza*, Centro Wifredo Lam, Havana, 1995; V e VI Bienais de Havana, 1994 e 1977; *Évora à luz holandesa* (The triumph of love), Museu de Évora, Portugal, 1996; *Arte Holandesa Contemporânea*, em 2000, no Centro Cultural de Cascais, Portugal; *A Short History of Dutch Video Art*, que percorreu vários países como Holanda, Espanha e Croácia. Para biografia detalhada do artista consulte o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa da FVCB.

Pode-se dizer que sua produção tomou um rumo acentuadamente político e crítico. Dos projetos realizados ainda na década de 1970 no Brasil destaco a intervenção urbana *O.A.V.I. / Objeto Anônimo Não Identificado* (1979), realizada pelas ruas de Porto Alegre, que resultou em uma série fotográfica. Nesta, Goulart desenvolveu um projeto de uma campanha visual anônima pela cidade, alterando a paisagem local, grafitando espaços públicos com um símbolo – criado pelo artista e usado depois em vários de seus projetos de livros de artistas e arte postal. O trabalho foi exposto no Espaço N.O., em 1979<sup>39</sup>.



Claudio Goulart  
*O.A.V.I. / Objeto Anônimo Não Identificado*, 1979  
Intervenção urbana (fotocópias)  
Dimensões variáveis  
Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos, Viamão (RS)

---

<sup>39</sup> Espaço cultural alternativo e galeria de arte atuante em Porto Alegre, entre 1979 e 1982, onde expuseram artistas como: Carmela Gross, Hudinilson Jr., Marcelo Nitsche, Regina Vater e Paulo Bruscky, entre outros.



Detalhe da exposição de Claudio Goulart no Espaço N.O.,  
inaugurada em novembro de 1979  
Catálogo da Exposição Documental Espaço N.O. (1979-1982)

Desde suas produções ainda no Brasil, como em sua atuação no *Espaço B*, do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC USP) - núcleo idealizado e criado em 1976, pelo então diretor do museu Walter Zanini, a fim de apoiar e incentivar o uso do vídeo nas artes visuais -, percebo que, ao longo de sua trajetória, a forte relação de Goulart com a fotografia e com o vídeo atravessam seus trabalhos.

Goulart, em parceria com Pons, expôs no núcleo *Espaço B* a mostra *As ilusões*, em 1978. No período os primeiros artistas brasileiros que passaram a explorar o audiovisual enfrentaram dificuldades devido ao alto custo dos equipamentos. Dessa forma, o espaço disponibilizou o uso do aparelho portátil *Sony Portapack* aos artistas para criações e experimentações em vídeo, e promovia cursos, debates e mostras referentes à nova linguagem e as recentes produções que vinham sendo desenvolvidas. Assim como Goulart, participaram do núcleo artistas precursores da videoarte no Brasil, como Anna Bella Geiger, Leticia Parente, Paulo Herkenhoff, Regina Silveira, Carmela Gross, entre outros. (FREIRE, 2013).

O uso do vídeo esteve presente nas produções de Goulart nas diversas formas ao longo de sua carreira. Das exposições realizadas em Amsterdã, destaco a videoinstalação *Om de tuin Leiden. Voyage pittoresque au pays inconnu – A ilha dos inocentes*, em 1992, na Oude Kerk. Nela, o artista dispôs cem maletas de viagem douradas no chão do prédio mais

antigo de Amsterdã. Esse espaço, uma igreja construída no século XIII, possui uma programação de exposições e eventos culturais. Na mostra, também foram dispostos em três capelas doze monitores rodando um vídeo com reproduções de gravuras e desenhos de Albert Eckhout e Frans Post, e recortes de cenas de filmes de época com imagens da “conquista exploratória das Américas”, além de trechos de versões de filmes de Tarzan. Os artistas neerlandês a serviço de Maurício de Nassau na comitiva que o acompanhou ao Nordeste do Brasil em meados do século XVII colocados entre torres, que lembram palmeiras ou cocares, formam o cenário que Goulart configurou como “uma reconstrução do paraíso perdido”<sup>40</sup>.



Claudio Goulart (1954–2005)  
Om de tuin Leiden, 1992  
Videoinstalação (registro fotográfico)  
Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos, Viamão (RS)

Na videoinstalação, Goulart parece querer reunir pedaços de uma quase mítica versão historiográfica do Brasil. “É como se alguém abrisse os arquivos de nossa memória visual de lugares exóticos”<sup>41</sup>, escreveu o artista sobre a obra. No subtítulo escolhido, *Voyage*

<sup>40</sup>Trecho de texto escrito por Claudio Goulart, sobre a obra *Om de tuin Leiden* (1992), presente em seus arquivos. Documento não datado.

<sup>41</sup>Trecho de texto escrito por Claudio Goulart, sobre a obra *Om de tuin Leiden* (1992), presente em seus arquivos. Documento não datado.

*pittoresque au pays inconnu*, as referências da história da arte são presentes, como Jean Baptiste Debret e sua *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, assim como *Voyage pittoresque dans le Brésil*, de Johann Moritz Rugendas. Ambas da primeira metade do século XIX, apresentam o Brasil em sua variedade étnica e territorial. As reproduções das gravuras do francês e do alemão, apropriadas na videoinstalação, retratam a população, costumes e a natureza brasileira.

Goulart trata, com ironia e ácido tom crítico, as visões do Brasil. Tanto nos vídeos como na apropriação de registros históricos estrangeiros do período colonial brasileiro, questiona sutilmente a visão estrangeira: “a mistura de fatos com fantasia e exotismo perturba a nossa percepção do que está sendo representado. Estas representações são muitas vezes reflexos de nossos preconceitos e desejos”<sup>42</sup>, explicita Goulart. Seria a obra uma espécie de tentativa de revisão de esse olhar estrangeiro, a partir de seu próprio, como uma sutil denúncia histórica?

No acervo da FVCB, como historiadora, entre tantos nomes pertencentes às coleções, deparei-me com um artista brasileiro, ativo no cenário internacional durante toda sua trajetória, que participou de vários projetos e que possui seu nome e trabalhos em páginas de catálogos de exposições e em convites de eventos de vários países. O qual eu nunca havia encontrado em minhas pesquisas, leituras ou aulas de História da Arte até então. Goulart nunca se tornou tema de uma investigação de arte, nem nunca teve um estudo aprofundado sobre seus trabalhos. Dessa forma, parte dessa investigação consiste em um extensivo levantamento de documentos que fazem referência ao artista e suas obras, devido à escassez de bibliografia detalhada sobre sua trajetória ou produção.

Uma das principais questões de minha pesquisa gira em torno de sua prática de arquivamento. Goulart se preocupou em organizar em vida registros e arquivos sobre seus trabalhos. Esse material, que hoje se tornou a principal fonte de minha investigação, varia entre recortes de jornais, com notícias sobre suas exposições por vários países, livros produzidos pelo próprio artista, contendo imagens e textos curtos sobre o processo criativo de suas obras e ainda fotografias de trabalhos em exposições.

---

<sup>42</sup> Idem.

Diante desse acervo, pergunto-me inicialmente, da contradição implícita entre sua pulsão pelo arquivamento e seu apagamento entre as linhas sobre a Arte Contemporânea brasileira. Assim indago, de que modo um artista que se preocupou em trabalhar em seu acervo pessoal e em sua obra a memória de tantas formas foi esquecido pela memória local?

Os usos da memória e do esquecimento tanto na história quanto na arte levanta importantes e interessantes discussões, sendo parte de um debate sempre atual e necessário. Na historiografia da arte brasileira são inúmeros os artistas esquecidos entre os arquivos, acervos e coleções de instituições particulares e públicas. Pretendo assim, com o atual projeto em andamento, situado no campo da história, teoria e crítica de Arte Contemporânea, não só dar visibilidade à produção do artista, mas investigar como se deu seu esquecimento, não só em nível regional, mas também nacional, trazendo à luz sua importante obra.

### **Patricio Farías: a feliz surpresa de um acervo inexplorado**

Em 2013 iniciei meu trabalho no Acervo Artístico da Fundação Vera Chaves Barcellos e, pela primeira vez, estive diante de uma coleção estritamente composta por obras de Arte Contemporânea<sup>43</sup>. Lembro que naquela época, na condição de historiadora recém-formada tudo o que me era inteligível estava atrelado ao contexto histórico em que as tais obras foram produzidas. Reparava nos elementos estéticos mas, sobretudo, dava maior atenção ao título e ao ano, tudo o que pudesse deixar aqueles trabalhos mais próximos da realidade que eu já conhecia.

Foi este também o período em que conheci o artista Patricio Farías e a sua produção. De início, me deparei com as suas serigrafias e seus desenhos, em que a predominância do preto e do vermelho, a reincidência das moscas e o escárnio na representação figurativa faziam insurgir uma vontade em desvendar a realidade contextual do artista, ao mesmo tempo em que essa vontade era suprimida pelo desejo de manter o seu enigma.

---

<sup>43</sup> Thaís Franco, mestranda no PPGAV-UFRGS, desenvolve atualmente a pesquisa intitulada *Confesso que vivi: memória, política e apropriação na produção artística de Patricio Farías*, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Veras.



Patricio Farías (1940)  
Sem título, 1984 e déc. 1980, respectivamente  
Serigrafia  
Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos, Viamão (RS)

Pouco a pouco, em anos posteriores, também entrei em contato com algumas de suas esculturas e instalações. Era perceptível que eu estava diante de um artista que também mantinha habilidade e total prazer pela artesanania, exibindo com propriedade seu minucioso trabalho com a madeira, o chumbo e o tecido.



Patricio Farías (1940)  
*Para subir al cielo, 2000/Escatol-trascendere, 2005*  
Instalação

Coleção Fundação Vera Chaves Barcellos, Viamão (RS)

Quando finalmente decidi que seguiria para o mestrado acadêmico, já tinha definido meu objeto de pesquisa. No entanto, não queria que minha problemática percorresse o caminho mais óbvio: a biografia. Sabia que, inevitavelmente, sua trajetória pessoal estava profundamente atrelada a sua produção e, de fato, essa intersecção era o que mais me atraía.

Patricio Farías nasceu em 1940, em Arica, cidade portuária do Chile. Frequentou cursos de Desenho na *Escuela de Bellas Artes de la Universidad de Chile* entre 1964 e 1968, onde licenciou-se em Artes Plásticas em 1972 e tornou-se professor de Desenho e Expressão Gráfica. Com a ditadura militar no Chile (1973-1990), Patricio, que mantinha afinidade pessoal com movimentos de esquerda, viu-se forçado a sair do país. Mudou-se sozinho para o Brasil: primeiro para São Paulo (em 1981) e depois se estabelecendo definitivamente na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A partir de então tem participação ativa no cenário cultural da cidade, participando de exposições coletivas, realizando trabalhos em serigrafia para artistas brasileiros como Alice Brueggemann, Antonio Carlos Maciel, Antonio Maia, Iberê Camargo, Nelson Jungbluth, entre outros, e lecionando desenho e serigrafia, no Atelier Livre de Porto Alegre e no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS).

A justificativa de percorrer por sua cronologia tem motivação na inexistência de pesquisas acadêmicas sobre o artista, ainda que seu nome esteja presentes em diversas exposições do circuito nacional e internacional. Além disso, sua trajetória perpassa entre questões do poético e do político, enquanto se mostra crítico de seu contexto social e da sua própria maneira de enxergar e definir a Arte Contemporânea, destacada em suas experimentações que compreendem o uso de diferentes linguagens. Sejam claras ou subjetivas, suas posições e inquietações são explicitadas em suas obras, conduzindo-nos para a potência de seu trabalho e, por conseguinte, para a necessidade de seu estudo.

Antes mesmo que eu pudesse elaborar uma problemática viável para apresentar em meu projeto de pesquisa, eu já possuía um primeiro problema. Patricio Farías também é Presidente do Conselho Deliberativo da FVCB e companheiro da artista Vera Chaves

Barcellos. Dessa forma, como trabalhar a relação objeto de estudo (Patricio Farías) e trabalho (FVCB) sem um sobrepor ou interferir o outro? De que forma garantir ao PPGAV que me comprometeria com o objeto com o distanciamento necessário, sem ser influenciada pelo artista ou pela instituição que me emprega?

Primeiramente, é importante ressaltar que essa pesquisa nasceu justamente deste convívio. Mas, para bem assegurar minha argumentação, utilizo a análise que Anne Cauquellin (2005) faz sobre os modelos de crítica de arte bastante comuns na historiografia do século XX, a exemplo de Denis Diderot e Clement Greenberg, que, embora permaneçam como modelo no imaginário crítico, são mal adaptados às práxis atuais. Assim, a ideia de um trabalho laudatório, que inclui as noções de endereçamento a certo tipo de público e de autoridade exercida dentro de um mesmo universo ocluso, não se aplica a esta pesquisa acadêmica sobre a arte contemporânea que se propõe aberta e persistente na difusão de um conhecimento inicial, a servir como referência para pesquisas futuras da área.

Depois de delimitar o que não faria, quis propor ao PPGAV uma pesquisa que aprofundasse a trajetória artística de Patricio Farías em um sentido **quase** biográfico, mas não cronológico. Isso porque, como bem se sabe, é difícil unir arestas soltas de uma vida que não é linear e sequer é pretensão da pesquisa conseguir tal efeito.

Através do levantamento de algumas obras de interesse, tornou-se perceptível que tais trabalhos compõem uma articulação com a ironia. Em 2011, por exemplo, uma exposição intitulada *Um ponto de ironia*, realizada na FVCB, com curadoria de Vera Chaves Barcellos, Neiva Bohns e Ana Albani de Carvalho, abordava a relação entre arte e ironia a partir de obras dos anos 1970 até a produção mais recente daquela época. Com trabalhos de 62 artistas<sup>44</sup>, nacionais e estrangeiros, a exposição se mostrou bastante diversificada em sua produção artística, manifesta em suportes como: fotografia, fotocópia, desenho, arte postal,

---

<sup>44</sup>Fizeram parte da exposição *Um ponto de ironia*: Alejandra Andrade, Amelia Toledo, Anna Bella Geiger, Anna Esposito, Antoni Muntadas, Antoní Miralda, Antônio Dias, Bary Flanagan, Bálint Szombathy, Bené Fonteles, Betty Radin, Cao Guimarães, Carlos Echeverry, Carlos Pasquetti, Claudio Tozzi, Cláudio Ferlauto, Claudio Goulart, Clóvis Dariano, Donato Chiarello, Edgardo Antonio Vigo, Evandro Carlos Jardim, Fenando De Filippi, Ferruccio Dragoni, Flávio Pons, G. E. Marx Vigo, Gabriel Borba, Gretta, Guglielmo Achille Cavellini, Hans Peter Feldmann, Hudinilson Jr., J. Medeiros, Jailton Moreira, Jiri Georg Dokoupil, Joan Rabascall, Julio Plaza, Karin Lambrecht, Klaus Groh, Lenir de Miranda, Lenora de Barros, Leonhard Frank Duch, Luis Alberto Solari, Marcel-lí Antúnez Roca, Mario N. Ishikawa, Mário Ramiro, Mariana Manhães, Milton Kurtz, Mirella Bentivoglio, Nelson Leirner, Paulo Brucky, Patricio Farías, Regina Silveira, Robert Filiou, Romanita Disconzi, Simone Michelin Basso, Telmo Lanes, Tomasz Schulz, Ulises Carrión, Unhandeijara Lisboa, Vera Chaves Barcellos, Vera Salamanca e Vittore Baroni.

escultura, instalação, entre outros. Patricio Farías integrou a referida exposição com cinco trabalhos de técnicas variadas.<sup>45</sup> Tais produções – que iam dos anos 80 aos anos 2000 – reforçam a hipótese de que sua postura e sua passagem pela ironia não tem caráter efêmero. Suas obras vêm demonstrando ao longo dos anos sua preferência por esse recurso e manifestam, de forma singular e eficiente, suas incertezas e suas preocupações notadamente resultado de um indivíduo que não está alheio aos acontecimentos de seu tempo.

Dois anos mais tarde, a respeito de outra exposição da qual o artista participara, Neiva Bohns viria a escrever em catálogo sobre sua produção. Dessa vez, posicionando a obra de Patricio em um espaço duo de relação entre criação e criticidade.

Seus trabalhos se colocam na intersecção entre dois mundos: o dos artistas que criam suas obras, e o dos críticos que as analisam e as avaliam. Assim, as provocações de Patricio Farías desestabilizam não apenas os conceitos mais convencionais de obras de arte, como também colocam em questão as bases analíticas empregadas pelos teóricos da arte. E funcionam, ainda, como um espaço de relaxamento das possíveis tensões produzidas no ambiente artístico, tradicionalmente muito competitivo.<sup>46</sup>

Os termos díspares *provações* e *relaxamento*, empregados por Bohns, sinalizam, ou mesmo demarcam, a característica particular da produção de Farías que novamente o liga à ironia e, por muitas vezes, também ao humor. Assim, tanto a exposição quanto a fala de Neiva Bohns dispararam a curiosidade de observar, entre as obras que levo para análise em minha dissertação, as circunstâncias dessa ironia e como ela se desdobra nos referidos trabalhos.

## Conclusão

Talvez para o historiador mais metódico, atento aos meios mais formais de estudo e pensamento, seja ainda complicado entender os fluxos pelos quais a arte contemporânea percorre e, assim, a considerar objeto de estudo. Mas, embora seja necessário se deter à

---

<sup>45</sup>As obras de Patricio Farías que participaram da exposição *Um ponto de ironia* são: Sem título, 1986, desenho; *Coçadores*, 1990, objeto em madeira; Sem título, anos 1990, escultura em madeira e tecido; Sem título, sem data, serigrafia; *Apolinère*, 2006, fotografia.

<sup>46</sup>BOHNS, Neiva. 2014, p.21. Texto desenvolvido em ocasião da exposição *Limites do Imaginário*, realizada na FVCB, de 15 de abril a 20 de julho de 2013.

outras particularidades, as obras de arte são capazes de manter vivas memórias a partir de seus formatos e dos meios de circulação que percorrem, demonstrando ser necessária a sua preservação. Nesse sentido, a autora Fernanda Taddei afirma que,

(...) a Arte Contemporânea ainda possui meios de memória, pois permanece em produção constante, mas isso não quer dizer que parte dessa arte não venha sendo perdida por falta de documentação e de conservação (quando é possível conservar). Apesar de ser uma memória viva, a Arte Contemporânea já necessita de lugares de memória.<sup>47</sup>

Os lugares de memória mencionados – nesse caso, os museus de arte contemporânea – são capazes de permitir a continuidade da difusão de informações propostas pelas obras de arte através de planos institucionais. Como exemplo, a Fundação Vera Chaves Barcellos se utiliza de meios que permitem a preservação das obras, constituindo sua memória, através de catálogos, do setor educativo, do setor de comunicação, das reproduções e, também, das ferramentas tecnológicas de catalogação.

Para tanto, em nossas pesquisas, que surgiram e se desenvolvem dentro de um espaço de memória, propomos dar visibilidade, debater e disseminar a arte contemporânea e a sua produção, que dialoga com as sociedades atuais, das mais diversas formas. Entre artistas e suas provocações, registros e diálogos, as investigações acadêmicas trazem à luz da historiografia da arte interlocuções que por ora permanecem esquecidas em acervos e arquivos, que mesmo prezando a salvaguarda podem, por vezes, ocultar/esquecer.

Para além da documentação também é importante que o entendimento de arte e da representatividade da obra sejam conjuntamente reproduzidos, para que as gerações futuras de pesquisadores também possam ter o entendimento do conceito sugerido pelo artista. Assim, faz-se importante, em um acervo artístico, a presença de um historiador para que haja o incentivo à pesquisa e, por conseguinte, a produção acadêmica.

Se levado em consideração que o museu pode rememorar o contexto a qual a obra esteve inserida, sua dimensão material e imaterial e o suporte que a constituiu, é possível extrair informações necessárias capazes de perpetuar a memória, como bem garante

---

<sup>47</sup>TADDEI, 2012, p. 353.

Roberto Heiden<sup>48</sup>: o museu é sim lugar de excelência para a memória da arte contemporânea.

## Referências

BARCELLOS, Vera Chaves; CARVALHO, Ana Maria Albani de; ROSA, Fernanda Soares da. **Claudio Goulart: some pieces of myself**. Porto Alegre: Fundação Vera Chaves Barcellos, 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Zahar: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf>>. Acesso em: 17 jan 2017.

BOHNS, Neiva. **Limites do imaginário**. Viamão: Fundação Vera Chaves Barcellos, 2013. Catálogo de exposição.

CARVALHO, Ana Maria Albani de; BARCELLOS, Vera Chaves; BOHNS, Neiva Maria Fonseca. **Um ponto de ironia**. Viamão: Fundação Vera Chaves Barcellos, 2011. Catálogo de exposição.

\_\_\_\_\_. Conexões nervosas: arte contemporânea em Porto Alegre nos anos 70. **Anais do XXIX Colóquio CBHA**, 2009. Disponível em: <[http://www.cbha.art.br/pdfs/cbha\\_2009\\_carvalho\\_ana\\_art.pdf](http://www.cbha.art.br/pdfs/cbha_2009_carvalho_ana_art.pdf)>. Acesso em: 21 jan 2017.

\_\_\_\_\_.; TORRANO, Maria Cristina; VIGIANO, Cris. **Espaço N.O./ 1979-1982**. Museu de Arte Contemporânea. Porto Alegre: Palotti, 1995. Catálogo de exposição.

CAUQUELIN, Anne. **Teorias da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOULART, Claudio. (Org.) **Time Based Arts Video Tape Catalogue 1984**. Time

Based Arts Galery, Amsterdam. Catálogo Raisoneé.

\_\_\_\_\_. **Claudio Goulart: selected works a documentation**. s/d. Documentação/arquivo do artista disponível para consulta no acervo da Fundação Vera Chaves Barcellos, Viamão/RS.

HEIDEN, Roberto. **O museu como um lugar para a memória da arte contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Memória social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

PAIANI, Flavia Renata Machado. Os desafios profissionais do historiador. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 354-358, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v16n30/2237-101X-topoi-16-30-00354.pdf>>. Acesso em: 17 jan 2017.

POSSAMAI, Zita Rosane. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.201-218, dez. 2008. Disponível em:

---

<sup>48</sup> HEIDEN, 2010.

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7968/4756>>. Acesso em: 17 jan 2017.

TADDEI, Fernanda. **Museu de arte contemporânea: Um lugar para a memória**. XI Encontro Estadual de História – ANPUHRs, 2012.

SCHMIDT. Benito Bisso. O historiador entre o 'ofício' e a 'profissão': desafios contemporâneos. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 3, p. 285-301 - 2013. Disponível em: <<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/67/52>>.

## CURADORIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUEOLOGIA: REVISITANDO O ACERVO RIO DO MEIO

Letícia da Silva Gondim  
Historiadora e graduanda em Museologia (UFSC)  
[leticiasgondim@gmail.com](mailto:leticiasgondim@gmail.com)

Luciane Zanenga Scherer  
Arqueóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MarquE/UFSC  
Doutoranda em Arqueologia - Museu Nacional (RJ)  
[luscherer@gmail.com](mailto:luscherer@gmail.com)

### Resumo

O artigo consiste numa síntese da pesquisa desenvolvida durante o trabalho de conclusão de curso “Um Mar De Conchas No Museu: O Caso do Sítio Rio do Meio Salvaguardado no Museu De Arqueologia E Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE/UFSC”, defendido na Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de bacharel em Museologia. O objetivo foi apresentar uma reflexão sobre gestão de acervo herdado, relacionado ao sítio arqueológico Rio do Meio, escavado entre os anos de 1996 e 1998 e que desde então encontra-se armazenado nas reservas técnicas e em outros espaços pertencentes ao Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC). A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto “Revisitando o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio: estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica” contemplado no Edital Elisabete Anderle (FCC) em 2014.

**Palavras-chaves:** Acervo herdado. Arqueologia. Conservação Arqueológica. Museologia.

### Introdução

As escavações do sítio Rio do Meio, localizado no norte da ilha de Florianópolis em Santa Catarina, ocorreram há vinte anos, durante os anos de 1996 e 1998, enquanto produto de um salvamento arqueológico no âmbito do projeto Gerenciamento dos Sítios Arqueológicos do Empreendimento Jurerê Internacional, previsto na Minuta de Acordo na Ação Pública de Responsabilidade que o Ministério Público Federal moveu a Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda (01/12/1992). A pesquisa foi coordenada pela

então arqueóloga do Museu Universitário (MU/UFSC)<sup>49</sup> e visava mitigar os danos causados ao sítio por conta deste empreendimento. (GONDIM, 2017, p. 28)

A metodologia escolhida pela arqueóloga responsável pela pesquisa foi de escavar o sítio arqueológico Rio do Meio a partir de camadas naturais, implementando um quadriculamento em duas áreas de escavação, perfazendo um total de 260 quadrículas escavadas com uma profundidade que variava de 60 cm à 90 cm. O material coletado, peneirado no sítio em malhas de 1mm ou 2 mm, foi levado em sua totalidade para o laboratório de arqueologia situado no MU/UFSC, sendo parcialmente processado e, posteriormente encaminhado a reserva técnica e a outros espaços da instituição. Além disso, uma amostra de sedimento de cada nível e de cada quadrícula foi coletada. Por opção da arqueóloga, amostras integrais de todos os níveis de algumas quadrículas foram coletadas e levadas para o museu a fim de passar pelos processos de flotação e de triagem em laboratório, esses que tem sido desenvolvidos vinte anos após a realização das escavações. (GONDIM, 2017, p. 30)

Trazer como exemplo o acervo Rio do Meio se faz importante para perceber como muitas vezes o museu é visto apenas como local de depósito, não apenas para o grande público, mas também para pesquisadores. Muitas pesquisas foram realizadas apenas para comprovarem ou derrubarem teorias, ocasionando o abarrotamento de reservas técnicas com os materiais coletados. A ideia de escavar e retirar do local onde estão enterrados esses objetos para preservar, nem sempre esteve associada a que condições estes objetos seriam acondicionados e expostos para o grande público.

Dessa forma, diante da extensa quantidade de material coletado, conclui-se que não houve uma reflexão maior sobre a política de coleta, assim uma enorme quantidade de material foi levada para o museu o que gera problemas, diagnosticáveis até o momento, como: não processamento em sua maioria de parte do material trazido para o museu, reserva técnica abarrotada de materiais, tornando este espaço local de depósito de acervo malconservado e documentado, dentre outras inúmeras problemáticas. (GONDIM, 2017, p. 32)

---

<sup>49</sup> Nome da instituição na época da escavação. Atualmente o museu tem como nome Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MARQUE/UFSC.

É certo que o processo de deterioração dos artefatos arqueológicos é inevitável, mas estes podem ser preservados por um período maior através de medidas de conservação adotadas em campo, em laboratório e nas reservas dos museus, do contrário melhor mantê-los enterrados em um ambiente “estável”, do que armazenado de forma precária e inapropriada por alguns meses ou anos aguardando à espera de um tratamento apropriado. A ação do tempo, inevitavelmente, modifica de algum modo a materialidade do objeto, mas os danos eventualmente produzidos por uma intervenção ou não, durante o processo de coleta podem ser piores.

Em contrapartida, durante as escavações do sítio Rio do Meio, os pesquisadores tiveram a preocupação de registrar um máximo de informações, o que oferece hoje uma grande diversidade de fontes primárias como croquis, fotos e mapas, atualmente digitalizados - sendo possível sua consulta sem manuseio de seus originais.

A conservação arqueológica trata-se de um tema multidisciplinar que necessita de conhecimentos tanto na área da Arqueologia, Museologia, Conservação, Química e outras áreas mais específicas dependendo a constituição do material coletado. Com as boas práticas de preservação pode-se garantir a manutenção dos artefatos de acordo com critérios que buscam as melhores condições para um tratamento e acondicionamentos adequados. Estas ações asseguram a proteção dos materiais para futuros estudos, à medida que novas técnicas e metodologias são desenvolvidas. (GRANATO, CAMPOS, 2015, p.1)

Apesar de ser um tema que recentemente tem ganhado atenção por parte dos pesquisadores brasileiros<sup>50</sup>, a conservação arqueológica é essencial, pois contribui em suma importância com a Arqueologia, essa que consiste em um campo de investigação ou disciplina que tem interesse pelo conhecimento global da experiência humana no passado: como as pessoas se organizavam em grupos sociais e como exploravam o entorno; o que

---

<sup>50</sup> Em maio de 2016, o IPHAN publicou uma legislação específica acerca da Conservação em Arqueologia para o contexto brasileiro, a portaria nº 196 que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

Dentre as ações apresentadas nesta Portaria, temos a criação do Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) - mantido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA), esse que surgiu da necessidade de controle interno e externo das 369 instituições que têm a guarda das coleções oriundas de 10.490 projetos de pesquisa arqueológica. O CNIGP foi criado a partir do Programa de Fiscalizações, iniciado em 2014, durante o qual o CNA visitou 31 instituições, dentre as que mais endossaram pesquisas ou aquelas sugeridas pelas Superintendências do Iphan nos estados. Disponível: [www.iphan.gov.br/](http://www.iphan.gov.br/). Acesso em: 02.02.2018.

comiam, faziam e acreditavam; como se comunicavam e porque modificaram suas sociedades. É o estudo do passado cultural e social através de vestígios materiais, um estudo que busca ordenar e descrever os eventos do passado e explicar o significado desses eventos e para tanto, os mesmos, para além da documentação citada acima, devem ser preservados. (SHARER, ASHMORE, 1979, p. 1)

Após a realização de trabalhos em campo no sítio Rio do Meio, os materiais coletados e trazidos para o laboratório da instituição para análise e posteriormente acondicionamento em reserva técnica foram os mais diversos possíveis, sendo que em sua maior parte trata-se de material orgânico tais como cochas; carvão e material queimado; dentes e vertebras de peixes ósseos e cartilagosos; ossos de mamíferos e aves; otólitos, restos de crustáceos, entre outros. (GONDIM, SCHERER, GILSON, 2017, p. 86).

Vale destacar que a maior parte do material coletado na época da escavação se quer havia sido processado nem triado passados quase vinte anos, encontrando-se nas mesmas condições de acondicionamento que foram realizadas em campo em meados da década de 1990, ou seja, em sacos plásticos, isto é, em situação inapropriada de acondicionamento, correspondendo a uma grande quantidade e diversidade de material arqueológico herdado pela Instituição. Nesta perspectiva, considero como acervo herdado aqueles materiais reunidos em pesquisas arqueológicas e que, no entanto, não foram processados adequadamente, estando da mesma forma em que foram trazidos de campo, e cujo arqueólogo responsável pela escavação já não se encontra mais na instituição para finalizar o processo. (GONDIM, SCHERER, GILSON, 2017, p. 84)

### **Revistando o acervo Rio do Meio – o projeto**

No contexto atual, o MARquE/UFSC é um órgão suplementar da Universidade Federal de Santa Catarina diretamente vinculado ao Gabinete do Reitor (GR) apesar de manter vínculos históricos com o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), em especial com os departamentos de História e Antropologia, aos quais se encontra academicamente articulado. Como museu universitário, além do compromisso com a valorização e preservação do acervo sob sua guarda, assume o papel de pesquisar, produzir documentação, comunicar seu acervo e potencializar a circulação social do conhecimento

para fins de ensino, pesquisa e extensão em Antropologia Cultural (com destaque para a etnologia indígena e outras culturas tradicionais), Arqueologia e Museologia. (GONDIM, 2017, p. 57)

Considerando que a instituição possui um quadro reduzido de funcionários, dos quais apenas três são responsáveis pelo processamento do acervo Rio do Meio e pelas demais demandas da instituição. Tendo em conta que a verba repassada para o museu muitas vezes em sua maioria não contempla nem as necessidades básicas do mesmo, pode-se imaginar um dos principais motivos pelo qual a situação do acervo do Rio do Meio se manteve nestas condições.

Porém em 2014, alguns estudantes e pesquisadores que fazem parte da equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA/UFSC) interessados na pesquisa do acervo juntamente com a atual arqueóloga, Luciane Scherer do MARquE/UFSC, inscreveram um projeto para concorrer ao Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura<sup>51</sup>, inscrito na categoria Prêmio Catarinense de Museus Elisabete Anderle, Modalidade de Pesquisa, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) cuja coordenação do projeto ficou sob responsabilidade da arqueóloga do museu. (GONDIM, 2017, p. 74)

Quando o projeto foi encaminhado à equipe inicial tinha como objetivos a realização de novas datações radiocarbônicas para o sítio Rio do Meio, a construção de uma célula de flotação para triagem das amostras de sedimentos, a triagem do material faunístico, o acondicionamento de parte do acervo arqueológico respeitando as normas técnicas definidas pela equipe de Museologia do MARquE/UFSC e, finalmente, o estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica. (SCHERER, 2017, p.1)

Aprovado em primeiro lugar, sob o título “Revisitando o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio: estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica” o projeto teve seu início em fins de 2015 e até hoje ainda estão sendo realizados trabalhos em cima da coleção, graças ao

---

<sup>51</sup> O Edital “Elisabete Anderle” de Apoio às Artes e à Cultura do Estado de Santa Catarina foi instituído pela Lei 15.503/11 e regulamentado pelo Decreto 2.336/14, com o objetivo de constituir programa de estímulo, fomentador dos segmentos básicos da economia da cultura; apoiar iniciativas culturais e artísticas no Estado, buscando a ampliação das oportunidades de criação, distribuição e fruição dos bens culturais e a construção permanente de cidadania que incorpore a memória e a diversidade da sociedade catarinense, bem como ampliar o acesso à cultura e ao interesse social; e fomentar a produção e a difusão da cultura no Estado, estimulando a multiplicidade e a diversidade de tendências e de linguagens em suas variadas modalidades de manifestação, possibilitando o incentivo às realizações inerentes ao campo da cultura e das artes.

mesmo. Além disso, como o MARquE, atualmente, busca um diálogo entre seus diferentes profissionais (SCHERER, 2016), as formas de execução desse projeto foram discutidas entre os profissionais da Arqueologia, Museologia e Conservação da instituição.

O projeto possibilitou aos envolvidos a oportunidade de revisitar o acervo para novo estudo de parte da coleção lítica, cerâmica e faunística, novas perspectivas sobre a ocupação do sítio foram proporcionadas pela adoção de metodologias de análise diferenciadas, bem como devido à sistematização da coleção a partir de um protocolo do museu. Graças à verba do projeto foi possível também processar, documentar e acondicionar outra parte do acervo cerâmico e zooarqueológico que até então não havia sido processada. (GONDIM, SCHERER, GILSON, 2017, p. 84)

### **Para pesquisar é necessário conservar**

Na Arqueologia, ainda hoje é comum que questões relacionadas à conservação em campo sejam deixadas de lado, pois não costumam fazer parte das problemáticas gerenciadas pelos arqueólogos. Pouco se questiona sobre como é realizado o planejamento, a recuperação e transportes dos materiais ou métodos de conservação do registro em seu contexto e a preservação dos sítios arqueológicos após a escavação, ou seja, serão necessárias muitas discussões e muitas dúvidas irão surgir até que possamos compreender o papel da conservação arqueológica. (CARNEIRO, LIMA, 2008, p. 333)

A conservação arqueológica é responsável por um conjunto de ações que visa minimizar a perda de informações que ocorre quando o processo de escavação separa o registro/vestigio do sítio de proveniência. Suas técnicas são aplicadas aos materiais escavados durante e imediatamente depois à sua exposição ao ar e ao contexto remanescente *in situ*. Esta é a conservação em campo, algumas vezes, com técnicas e ações distintas da conservação arqueológica em laboratório. Porém, enquanto os métodos de escavação e outras técnicas arqueológicas desenvolveram-se notavelmente nos últimos 50 anos, os *standards* de conservação de materiais arqueológicos em campo não têm, em geral, progredido da mesma forma. (CARNEIRO, LIMA, 2008, p. 333).

Essas questões são importantes de salientar, pois, como já dito anteriormente, a maior parte do acervo Rio do Meio ainda permanece nas condições que foram coletadas em campo, ou seja, sem as devidas e necessárias condições para a preservação da materialidade

do acervo, de informações que estão contidas nas peças e comprometendo o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre o mesmo.

Com a verba do projeto foi possível processar parte do material que há vinte anos continuava mal acondicionado em sacos plásticos (Figura 1) que excediam sua capacidade, para serem analisados, pesquisados, acondicionados e futuramente fazerem parte de exposições pra que esse acervo continue comunicando não apenas cientificamente, mas também para o grande público. Tais condições são inadequadas, mas, inevitáveis de armazenamento, seja pela falta de espaço, seja pela falta de mão de obra, não tendo os profissionais do museu condições de processar e armazenar tamanho volume de material sem a participação efetiva de outros pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação.



Figura 1: Condições em que se encontra armazenado maior parte do acervo arqueológico não processado  
Foto: Letícia Gondim, 2017/Acervo: MARquE/UFSC

Etapas essenciais de trabalho foram realizadas, a partir do financiamento proporcionado pelo Prêmio Elisabete Anderle, das quais podemos citar: triagem dos restos faunísticos a fim de separar os diferentes tipos de ossos de acordo com grandes grupos (restos de peixes, restos de tubarões, otólitos de peixes, carvões vegetais, restos de fauna terrestre, restos de aves, restos de mamíferos marinhos, restos de moluscos marinhos, restos de moluscos terrestres e fragmentos de ossos não identificados); confecção de novas etiquetas identificando a proveniência do material e acondicionamento em caixas plásticas

de 15 litros com tampa, forradas com espuma de polietileno de grande espessura a fim de proteger e assegurar que o material não entre em contato direto com a caixa plástica, bem como para proteger de possíveis danos gerados por eventuais impactos. (Figura 2).



Figura 2: Etapas do processo, triagem, confecções de novas etiquetas e acondicionamento em caixas plásticas.

Foto: Luciane Scherer, 2017/Acervo: MARQUE/UFSC

Como ressaltado anteriormente, uma extensa quantidade de material foi escavada e trazida para posterior análise em laboratório, assim uma enorme quantidade de material malacológico foi encontrada ao revisitar o acervo. Os diferentes espaços em que se encontram o acervo foram visitados e como resultado um total de 883,731 kg de conchas sem transformação antrópica alguma (Figura 3), sem explicação pela razão a qual foram coletadas e que estão armazenadas em sacos plásticos há vinte anos. Conseqüentemente, uma rápida identificação das espécies e pesagem de cada pacote foi realizada, para possível descarte, uma vez que a quantidade coletada excede a necessidade de pesquisa, abarrotando a reserva técnica, além de a maior parte não apresentar qualquer vestígio de transformação antrópica.



Figura 3: 883,731 kg de conchas sem transformação antrópica  
Foto: Letícia Gondim, 2017/Acervo: MArquE/UFSC

Uma possível solução para o acervo malacológico -que não o descarte - em discussão pela equipe do museu, é a sua utilização para preencher caixas de escavação a serem empregadas em ações educativas. Além do mais, parte do acervo faunístico, proveniente do acervo Rio do Meio, que não possui qualquer documentação de identificação de campo poderia também ser aproveitada como material didático. (GONDIM, 2017, p. 75)

Caso seja decidido em discussão efetuada pela instituição com aval de profissionais da área pelo possível descarte destas conchas, este só será realizado após a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência Regional de Santa Catarina (IPHAN/SC) e do Conselho Nacional de Arqueologia (CNA), respeitando as exigências destes órgãos no que tange a material arqueológico descartado. (GONDIM, SCHERER, GILSON, 2017, p. 92)

### **Produção de conhecimento em Arqueologia**

O presente projeto contou com a participação de pesquisadores, professores e alunos de graduação e pós-graduação, que fizeram parte do processo de revisitar o acervo proveniente do sítio Rio do Meio.

A interdisciplinaridade tem sido uma importante aliada no desenvolvimento destas atividades. Profissionais da área de Biologia, Arqueologia, História, Química, Museologia e Conservação puderam conhecer e contribuir para preservação e pesquisas referentes ao acervo. Destarte, ressalta-se a importância de projetos interdisciplinares, uma vez que a

união dos dados de vários pesquisadores de distintas áreas é que fornecerá maiores subsídios para o entendimento da ocupação humana em tempos pretéritos.

O Projeto “Revisitando o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio: estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica” proporcionou à instituição, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação a oportunidade de conhecer as particularidades e potencialidades do acervo. Dessa forma pesquisas em diferentes áreas estão sendo desenvolvidas por distintos pesquisadores, tais como a Tese de Doutorado em Arqueologia de Simon-Pierre Gilson<sup>52</sup>, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a obtenção do grau de biólogo de Guilherme Burg Mayer<sup>53</sup>, o Trabalho de Conclusão de Curso da estudante de graduação em Química Morgana H. Z. Hübner<sup>54</sup> e o também Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do grau de Museóloga de Letícia da Silva Gondim<sup>55</sup>.

Ao lançar atenção para este acervo, criam-se formas de interação entre a pesquisa, a preservação e a proteção adequada do patrimônio arqueológico, que quando retirados de seu contexto são acondicionados e armazenados em reservas técnicas de museus. Urge o diálogo, bem como é imprescindível um planejamento que envolva profissionais da Arqueologia, Museologia e Conservação para a criação de protocolos de coleta, entrada, guarda e conservação das diferentes tipologias de acervo arqueológico, antes que este perca completamente seu potencial de investigação e difusão. (ARRIAZA, CASSMAN, 1988, p.69)

Levar em consideração a questão da conservação perante os artefatos significa, em longo prazo, assegurar o potencial de investigação desses objetos coletados em campo, uma vez que esta ação demonstra a preocupação em manter a integralidade do material. (LORÊDO, 1994, p. 17)

---

<sup>52</sup> GILSON, Simon-Pierre Noël Robert. **Estudo zoológico comparativo entre Sítio Litorâneos Pré-coloniais da Ilha de Santa Catarina**. Em andamento. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Museu Nacional/UFRJ.

<sup>53</sup> MAYER, Guilherme Burg. **Identificação de restos faunísticos de tubarões no sítio arqueológico Rio do Meio - Florianópolis e suas implicações ecológicas e antropológicas**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2016. Centro de Ciências Biológicas. Biologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 56 p. Atualmente Mayer está cursando o mestrado em Ciências Biológicas/UFSC e sua pesquisa dará continuidade à problemática discutida em seu TCC.

<sup>54</sup> HÜBNER, Morgana Helena Zirbel. **Análise arqueométrica de fragmentos cerâmicos coletados no Sítio Rio do Meio – Florianópolis, SC**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. Química. Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>55</sup> GONDIM, Letícia da Silva. **Um mar de conchas no museu: o caso do sítio Rio do Meio salvaguardado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - MARQUE/UFSC**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Museologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 84p.

Este projeto teve como uma de suas propostas o estudo do acervo do sítio Rio do Meio a partir de diferentes abordagens e métodos interdisciplinares, gerando conhecimento arqueológico novo, colaborando para a valorização do potencial de estudo de acervos já existentes em Reservas Técnicas, fornecendo um exemplo positivo de pesquisa arqueológica realizada sem a necessidade de uma nova escavação, contribuindo para sua conservação. Através do projeto, tornou-se possível dar continuidade às pesquisas iniciadas na década de noventa viabilizando o processamento de parte significativa do material, produzindo conhecimento científico e readequação dos espaços de guarda, liberando as reservas técnicas da Instituição.

A intenção é chamar a atenção dos arqueólogos e demais pesquisadores sobre o potencial e valor das coleções que estão depositadas em inúmeros museus, muitas das quais ainda não foram estudadas, e que merecem este tratamento, a exemplo do que aconteceu e está acontecendo com o acervo do sítio Rio do Meio. Concluindo, os remanescentes culturais humanos são documentos essenciais para o desenvolvimento de pesquisas em Arqueologia e Museologia, igualmente, são importantes ferramentas de estudo para compreensão e interpretação da História. Dessa forma, demonstra-se a necessidade da aplicação de metodologias interdisciplinares de forma apropriada para proporcionar a preservação desses vestígios arqueológicos, dessas fontes de pesquisa em potencial para que continuem sendo pesquisados e, sobretudo, comunicando para os demais públicos.

## Referências

ARRIAZA, Bernardo.; CASSMAN, Vicki. **¿Se esta produciendo um “arqueocidio”?** Revista Chungará, nº 20, julio 1988. Universidad de Tarapacá – Chile.

CARNEIRO, C.; LIMA, S. **Experiências em Conservação e Educação Patrimonial no contexto de escavações arqueológicas.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 18: 2008.

FOSSARI, Teresa Domitila. **A População Pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, 2004, 329 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia.

FOSSARI, Teresa Domitila. **O Salvamento do Sítio Rio do Meio: Projeto Gerenciamento dos Sítios Arqueológicos do Empreendimento Jurerê Internacional.** Florianópolis, julho de 1998.

GONDIM, Letícia da Silva. **Um mar de conchas no museu:** o caso do sítio Rio do Meio salvaguardado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral - MArquE/UFSC. Trabalho de Conclusão de Curso. 2017. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Museologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 84p.

GONDIM, Letícia da Silva; SCHERER, Luciane Zanenga; GILSON, Simon-Pierre Noël Robert. **Gestão de acervo arqueológico herdado:** Rio do Meio, um estudo de caso. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 83-97, nov. 2017. ISSN 2237-8294.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. **Cartilha de Orientações Gerais para Preservação de Artefatos Arqueológicos Metálicos.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, Set.2015.

SCHERER, Luciane Zanenga. **Acervos e Museus:** Diálogos entre Arqueologia e Museologia. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, v. 4, n.1, dez. 2016, Florianópolis: MVM.

SCHERER, Luciane Zanenga. **Revisitando o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio:** estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica. Relatório Prêmio Elisabete Anderle. 2017.

SHARER, Robert J. ASHMORE, Wendy. **Fundamentals of Archaeology.** The Benjamin/Cummings Publishing Company, California, 1979. Cap I Tradução: Dione Rocha Bandeira.

## ATUAÇÃO DOS HISTORIADORES NA PRESERVAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS: A EXPERIÊNCIA NA COMINTER

Luciana da Costa de Oliveira  
Doutora em História PUCRS – IFRS Sertão  
[luciana\\_de\\_oliveira@hotmail.com](mailto:luciana_de_oliveira@hotmail.com)

Marcelo Vianna  
Pós-Doutorando em História Unisinos – IFRS Osório  
[maverian1@gmail.com](mailto:maverian1@gmail.com)

### Resumo

A atuação dos historiadores na Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais aptos à Descarte (COMINTER), desde suas origens, tem sido conhecer e preservar o acervo de processos judiciais sob a guarda do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. De 2011 até o presente foram analisados processos cíveis e criminais dos anos 1950 em diante, nos quais os historiadores identificam possibilidades de pesquisa histórica a fim de justificar sua preservação entre as diferentes tipologias de processos analisados (como falências, cobrança de impostos, dívidas bancárias, guarda familiar, etc), chegando a 172 critérios de descarte ou conservação. Com o intuito de apresentar parte do acervo que é analisado, selecionaram-se, para a presente apresentação, os que são relacionados a Homicídios Qualificados e Estupros. Trabalhar com esse material constitui-se fundamental não só para uma *história do crime*, mas, igualmente, para suas particularidades, tais como *história de gênero* e *história da infância*, onde os crimes contra mulheres, travestis, homossexuais e crianças, por exemplo, são o mote do processo; mais recentemente, a relação da sociedade junto ao tráfico de drogas, exemplificada pelos assassinatos de traficantes e seu posterior julgamento; a veiculação de determinados crimes na mídia, onde alguns ganham grandes proporções; enfim, motivações diversas, alguns resultantes de pessoas com graves problemas psicológicos, que auxiliam, igualmente, em estudos relacionados ao comportamento humano.

**Palavras-chaves:** História. Arquivos. Processos Judiciais. Poder Judiciário. Preservação.

### Introdução

O objetivo desta comunicação é apresentar um quadro geral do trabalho dos historiadores no trabalho de preservação dos fundos documentais do Judiciário do Rio Grande do Sul, especificamente processos judiciais, que se encontram armazenados em seu sistema de arquivos. Se há uma historiografia já consolidada que defende sua incorporação

nas pesquisas históricas, a partir de inovadores olhares sobre esses registros e que permitem construir processos e narrativas sobre indivíduos, instituições e contextos, de outro, há uma imperiosa necessidade de consolidar pelo entendimento desta preservação por aqueles que geram e detêm essas fontes.

## **A COMINTER**

Quando o Tribunal de Justiça do RS (TJRS) anunciou publicamente um acordo com a Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG) para proceder o preparo, cadastro e classificação de processos judiciais aptos ao descarte em outubro de 2011<sup>56</sup>, o pior dos cenários para os historiadores se avizinhou. A possibilidade real de descarte de cerca de 10 milhões de processos, posteriores ao ano de 1950, que estavam nos arquivos judiciais do Estado poderia significar uma perda irreparável para a memória e a História da sociedade riograndense, afetando consideravelmente pesquisas acadêmicas a serem realizadas no acervo do Judiciário. Foi com essa preocupação que os historiadores, através da ANPUH Nacional e de sua seção do Rio Grande do Sul, protestaram contra a medida e pleitearam uma voz mais ativa nesse processo.

Em linhas gerais, o interesse do TJRS em promover um descarte significativo do seu acervo alinhava-se às razões propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>57</sup>, que propunha os parâmetros mínimos para os Programas de Gestão Documental do Poder Judiciário. A recomendação do CNJ, ao definir os procedimentos e tempos de guarda, conservação e descarte, estava pautada pela preocupação em orientar a massa documental que era armazenada em arquivos judiciais sem a devida uniformidade, refletindo-se na inadequação do espaço físico e na disparidade dos procedimentos técnicos para realizar a guarda.

No entanto, essa questão gerencial não se mostrava propensa ou suficientemente clara para a comunidade de pesquisadores, especialmente do campo da História, sinalizando mais uma preocupação em desocupar espaços e reduzir custos do Poder Judiciário do que instituir uma política de preservação mais ampla de seus acervos judiciais. Subjacente a

---

<sup>56</sup> Vide nota do TJRS em 27.10.2011. Disponível em <<http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=158533>> Acesso em 22.11.2017.

<sup>57</sup> Recomendação CNJ n.º 37, 15.08.2011.

essas razões, a preservação de processos proposta pelo Poder Judiciário em geral ficava mais atrelada a uma perspectiva historiográfica tradicional, preocupando-se com a promoção de seus centros de memórias institucionais, nos quais os processos judiciais seriam instrumentos para celebrar os grandes feitos e personagens do Judiciário, representando sua importância na sociedade.

Ao observarem que o Poder Judiciário produz fontes informacionais sobre a sociedade, os historiadores não endossam uma visão instrumental dos processos judiciais. A questão era promover uma visão mais ampla das possibilidades de pesquisas com os acervos judiciais. Ela reconhece que

(...) cresceu o protagonismo político e social exercido pelo Judiciário, fazendo com que sua atividade, naturalmente significativa, tomasse nova dimensão, ainda mais contundente. Sob esse aspecto, o trabalho desenvolvido por seus membros mostrou-se ainda mais importante como fonte de informação sobre a sociedade brasileira, somando-se a todos os elementos já identificáveis nos documentos de um processo judicial. (VEIGA, 2012, p.9-10);

Ao superar a consagração de feitos e focar no caráter único informacional do processo judicial, os historiadores vislumbram a capacidade destas fontes históricas de oferecer novas informações sobre temas e agentes sociais, até então inacessíveis. Como percebeu Keila Grinberg sobre o uso de processos criminais, mas que pode ser estendido para todos os tipos de processos judiciais<sup>58</sup>, desde fins dos anos 1970 os pesquisadores no país vêm renovando seus arcabouços teóricos e metodológicos através de uma História Social, Cultural e Política renovada (GRINBERG, 2015). Para Benito Schmidt:

Privilegiaram-se, desde então, por um lado, os processos socioeconômicos, políticos e culturais (e não os fatos em si), os atores sociais coletivos (e não os indivíduos) e os tempos longos e médios (e não os acontecimentos cronologicamente datados); e, por outro, as ações dos “debaixo”, das classes subalternas, dos populares, daqueles que, na visão tradicional, não faziam a história, mas apenas a sofriam. (SCHMIDT, 2012, p. 4)

---

<sup>58</sup> Os inventários *post-mortem* são exemplos de fontes já consagradas pela historiografia (FURTADO, 2015), guiando uma importante série de pesquisas sobre Escravidão, Famílias, Terras, Elites, etc.

Diante o protesto da comunidade acadêmica, uma das soluções propostas pelo TJRS foi a constituição da Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais (COMINTER), através do Ato n.º 021/2011-P em 01.12.2011. Integrando historiadores<sup>59</sup>, arquivistas e membros do Judiciário, da OAB, do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado, a COMINTER passou a funcionar como um meio para se deliberar sobre o valor histórico dos processos judiciais e lidar com a massa documental existente em seus acervos (DUARTE, 2016). Ainda que persista uma confrontação entre as perspectivas adotadas pelos historiadores e pelo Judiciário<sup>60</sup>, a COMINTER relevou-se uma oportunidade de se conhecer mais sobre o acervo do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul e permite promover o trabalho do historiador frente aos desafios de preservação de fontes (e da sua própria existência) em um contexto de descompromisso do Estado com a preservação de seus acervos, afetando a própria memória de uma sociedade.

### **O trabalho de análise**

Em síntese, o papel dos historiadores na COMINTER visa preservar o maior número de processos judiciais, buscando justificar tal medida sob o ponto de vista do valor histórico dessas fontes. Atuando em diferentes frentes, os historiadores participam desde o início das reuniões em 2012, contribuindo para definir – até novembro de 2017 – 193 critérios para preservação/eliminação de processos judiciais. Para desempenhar esse papel, o trabalho envolve três partes: a análise de fontes, a produção de pareceres e a defesa destes pareceres em reunião da COMINTER, na sede do TJRS. A partir das análises, os historiadores produzem pareceres, destacando aspectos que entenderam relevantes e que contribuem para justificar a preservação dos processos judiciais, sendo essas posições defendidas nas reuniões periódicas da COMINTER.

No entanto, vale observar que a análise dos processos judiciais não é aleatória, o que seria impraticável diante o tamanho do acervo do Arquivo Judicial – envolve a definição de

---

<sup>59</sup> Os historiadores são representados por titulares e suplentes escolhidos entre instituições universitárias e a associação de classe (ANPUH-RS).

<sup>60</sup> As duas últimas justificativas do Ato trazem essa tensão: “Considerando que, embora todo documento tenha valor histórico, as circunstâncias e nossas condições conduzem à necessidade de descarte de alguns” e “Considerando a necessidade de preservação dos documentos relacionados à História do Poder Judiciário e da Sociedade.” Ato n.º 21/2011-P - TJRS, de 01.12.2018.

uma pequena série de assuntos (entre seis a 12), observada a tipologia proposta pelo CNJ (imagem 1). Ela reúne 17 grandes áreas do Direito, como Direito Civil, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Trabalho e Direito Penal, cada uma delas sendo subdividida em um grande número de assuntos. Como os processos judiciais são classificados pelo TJRS conforme esses assuntos, o entendimento da COMINTER foi em analisá-los conforme essa ordem. Assim, desde o início dos trabalhos, os historiadores e os técnicos do Arquivo Judicial priorizaram os assuntos que detinham maior quantidade de processos, o que se tornou um facilitador para obter amostras para análise.

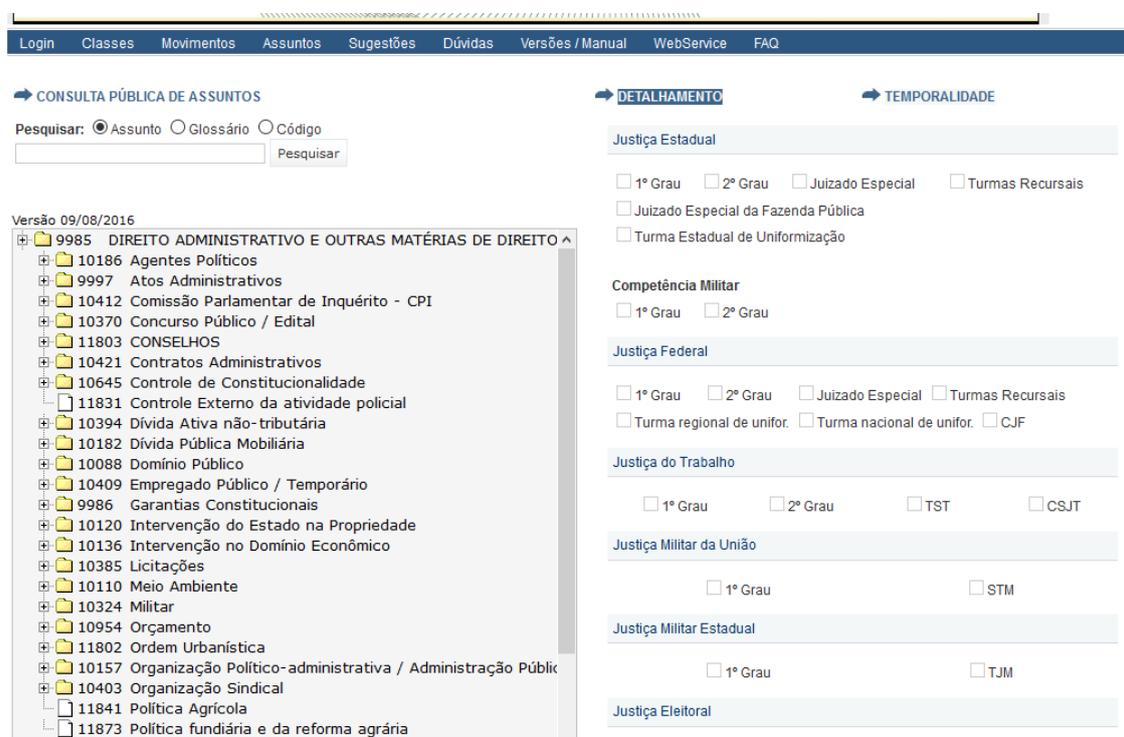


Imagem 1 – Tabela assuntos do CNJ. Fonte: <[http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php)>

O trabalho de análise envolve naturalmente a ida dos historiadores integrantes da COMINTER ao Arquivo Judicial. Como são analisados cerca de seis a dez assuntos por reunião da comissão, os historiadores lidam com aproximadamente 30 a 60 processos judiciais selecionados para amostra, nos quais servem para o exame dos historiadores (imagem 2). Por sua vez, o trabalho de análise dos historiadores visa prospectar as potencialidades dos processos para uma pesquisa, o que exige pensar além das preferências pessoais por um tema ou perspectiva teórica, propondo problemas e leituras originais para explorar essas fontes. Em termos gerais, leva-se em consideração o contexto da produção do processo

judicial até o que pode determinada série de processos pode contribuir para o conhecimento dos agentes sociais envolvidos e suas ações descritas nas fontes.



Imagem 2 – Amostra de processos judiciais para análise dos historiadores integrantes da COMINTER.  
Fonte: foto dos autores, novembro de 2017.

O processo de análise estabeleceu, para fins práticos, pelo menos três modalidades que definem a amplitude da preservação: preservação total, amostra simples e amostra “qualitativa”. A primeira evidencia significativa relevância dos temas para a pesquisa histórica, assim como considera sua riqueza informacional e sua escassez (se é possível encontrar outros locais de memória que as preservem), entre outros. De modo prático, sob a perspectiva mais ampla do campo historiográfico, significa que cada caso tem sua representatividade para uma pesquisa histórica.

Processos judiciais envolvendo a exploração de mão de obra infantil (9969) ou maus-tratos (9967) foram exemplos de casos que se obteve a preservação total. Entre as justificativas, foram destacadas a possibilidade de se conhecer as condições que as famílias de baixa renda, em condição de invisibilidade social, experimentavam em um dado período ou contexto; da mesma forma, as condições de pobreza e abandono afetivo que crianças e adolescentes estavam submetidos. A partir destes processos, também é possível conhecer a atuação do Estado e seus agentes diante essas demandas, superando seus aspectos formais. Assim, é possível verificar a atuação de conselheiros tutelares, assistentes sociais e membros

do Ministério Público, percebendo os limites de suas ações e sua integração com o meio social.

No caso da amostra simples, trata-se do descarte de processos judiciais, preservando-se – a partir de uma amostragem calculada eletronicamente – uma pequena parcela. Embora difícil para um historiador aceitar essa eliminação, a maioria dos integrantes da COMINTER defendem sua aplicação para determinados temas, como indenizações e discussões sobre impostos do Estado. O volume desses processos assume tamanho significativo e constitui um problema para armazenamento, como as indenizações envolvendo CRT/Brasil Telecom/Oi e as ações de professores estaduais contra do Estado. Consideradas de caráter repetitivo, elas via de regra repetem fórmulas jurídicas, muitas vezes através dos mesmos escritórios advocatícios, sem grandes conteúdos informacionais. Do ponto de vista dos historiadores, no entanto, a perda destes processos impede uma visão de uma história quantitativa, impossibilitando recuperar montantes de valores em discussão judicial (como indenizações ou isenções concedidas).

A amostra qualitativa surgiu como uma solução intermediária, quando obviamente não há um consenso nas reuniões entre os historiadores (que defendem a preservação integral) e membros do Judiciário (que tendem a defender o descarte). O critério envolve dois aspectos: a discussão da relevância dos assuntos nas reuniões da COMINTER e o papel dos membros do Arquivo Judicial em analisar os processos definidos para uma amostragem qualitativa. No primeiro aspecto, os historiadores buscam defender uma maior representatividade de determinados assuntos, como Imposto Predial (5952) e Ensino Superior (10029) – embora possam parecer repetitivos do ponto de vista jurídico, mostraram-se de grande relevância para uma História Social.

No caso das ações envolvendo imposto predial, ele é permeado pelo debate sobre terras e sua função social no Brasil. É inegável que há uma relação dialética entre desigualdade socioeconômica e ocupação territorial no país, que se reflete no mundo urbano através da ocupação desordenada, formação de cinturões de pobreza e especulação imobiliária, enquanto no meio rural, ainda permanece a concentração fundiária. Essas questões estão presentes nas discussões judiciais sobre valores (se é baseado na valorização do bem imóvel ou na capacidade de contribuição do proprietário), além de trazerem importantes informações sobre as trajetórias dos agentes sociais envolvidos no debate,

assim como a história da ocupação de uma propriedade. Já no caso do Ensino Superior, muitos casos envolveram alunos e ex-alunos com dívidas com as instituições privadas de Ensino. Para além da discussão financeira, foi possível perceber a difícil trajetória escolar de uma geração que busca ascender profissionalmente através da obtenção de um diploma universitário, mas não consegue atingir as expectativas exigidas pelo meio acadêmico, muitas vezes incompatíveis ou inflexíveis à realidade dos alunos trabalhadores.

O segundo aspecto envolve o trabalho dos técnicos do Arquivo Judicial. Com base na “amostra qualitativa”, eles devem analisar processos judiciais que incidam nessa categoria e, baseado no parecer dos historiadores, definir aqueles mais significativos. Trata-se de uma análise manual, um tanto subjetiva e, devido ao volume de análise, tem concorrido para preservar os processos em questão.

### **Estudos de caso**

Analisar e elaborar pareceres para a COMINTER coloca o pesquisador frente a uma rica documentação que se desdobra em muitas possibilidades. Não só sua tipologia, mas fundamentalmente os diferentes documentos juntados a esses processos, viabilizam problematizações que vão muito além do fato descrito. Nesse sentido, será através de três estudos de caso, expostos de forma bastante breve, que se evidenciarão as particularidades de tais fontes.

Dentre o vasto conjunto de processos analisados durante as atividades da COMINTER, dois temas apresentaram-se como os mais pertinentes para evidenciar o valor e a especificidade da documentação. Voltados à matéria penal, o conjunto elaborado apresenta processos-crime relacionados às práticas de lesão corporal seguida de morte e homicídio qualificado.

O primeiro caso a ser aqui apresentado é o referente à lesão corporal seguida de morte. Segundo o Código Penal, em seu Art. 129, tal crime corresponde ao ato de “ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” tendo agravo se o ato “resulta em morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de

produzi-lo”<sup>61</sup>. Foi com base nesses termos, então, que as causas da morte de uma menina de quatro anos, ocorrida em 1998 na cidade de Canela, foram apuradas e investigadas.

Em linhas gerais, e conforme está disposto na declaração inicial do processo, Maria<sup>62</sup> foi encaminhada do hospital municipal de Canela ao Hospital Cristo Redentor, em Porto Alegre, pois, após um desmaio em casa e uma piora de seu estado de saúde, graves lesões cerebrais foram constatadas. O fato de a menina também apresentar cortes e muitas escoriações pelo corpo, levantou a suspeita de a mesma ter sofrido maus tratos e abuso sexual. Quando de seu falecimento, uma investigação foi aberta e os mais diversos tipos de documentos, entrevistas e exames periciais foram juntados ao processo. E são precisamente eles que servem de base não apenas para apontar as linhas norteadoras do acontecimento, mas, sobretudo, para ratificar a importância da preservação de tais fontes.

Dentre os vários que foram anexados ao processo, importa citar aqui apenas quatro deles. O primeiro diz respeito ao *Estudo Social da Criança*. Elaborado por uma assistente social, tal documento informa – e igualmente comprova – os maus tratos sofridos pela criança bem como o comportamento negligente por parte de sua família. É por meio dele que se sabe, por exemplo, que o responsável que se encontrava com a menina no momento em que esta passou mal, acometida por uma convulsão, era a esposa de seu irmão que, dentre outras coisas, afirmou que a menina havia caído de uma janela e batido a cabeça. Além disso, o pesquisador é informado da suspeita de agressão e abuso sexual em função das escoriações nos órgãos genitais da menina.

Todas essas informações acabam sendo corroboradas com os *Exames de Corpo de Delito*. No processo em questão, foram realizados três diferentes exames: o de *lesão corporal*, onde se observou e tipificou o grande número de lesões no corpo da menina; *atentado ao pudor*, onde foi verificada a ocorrência de estupro; e *conjunção carnal*, onde se confirmou o ato sexual. Interessante observar que, anexado a esses pareceres periciais, um conjunto de *fotografias* apresenta, em sua maior parte, as escoriações presentes no corpo da menor.

Sobre o documento fotográfico, aqui entendido e compreendido como o registro visual que comprova as agressões, é pertinente comentar outros dois conjuntos ali

---

<sup>61</sup>BRASIL. Decreto n. 2848/40, de 7 de janeiro de 1940. Código Penal Brasileiro.

<sup>62</sup> Uso de nome fictício.

presentes. Um deles diz respeito às imagens do local onde, teoricamente, a menina teria caído e batido com a cabeça. Tais documentos, que objetivaram mostrar ao juiz a altura da queda, ao pesquisador indica, com maior precisão, o ambiente no qual a menina estava inserida. O outro, mais subjetivo, estabelece relação direta com as *Declarações* constantes do processo.

Uma das declarações constantes no processo é a de um idoso, vizinho da mãe da menina. Através dela se sabe, por exemplo, que Maria possuía uma irmã mais nova e que sua mãe trabalhava integralmente durante o dia. No depoimento que deu, o homem informou que, pelo fato de a mãe se ausentar durante o dia, ele e a esposa ficavam com as duas filhas. Para provar que a menina mais velha havia saído de sua casa sem marcas de agressão, provando, assim, sua inocência, a irmã mais nova é fotografada e, por esse meio, se comprova a sua integridade física.

O segundo caso selecionado para ser aqui apresentado refere-se a um homicídio qualificado. De acordo com o Código Penal Brasileiro, o crime de homicídio ocorre quando um indivíduo é morto por outrem. Ele é categorizado como *qualificado* quando cometido

(...) mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.<sup>63</sup>

O caso de que trata o processo ocorreu na cidade de Dilermando de Aguiar no ano de 1973. O crime, também considerado de motivo torpe, foi movido por sentimentos de honra em prol da família. O acusado de praticar o assassinato, natural da mesma cidade, havia ido visitar seus familiares onde, ainda, levaria homenagens a um primo falecido alguns meses antes. Ao chegar à cidade, João<sup>64</sup> foi encontrar alguns parentes, sendo que para isso deveria cruzar um campo. Precisamente nesse local encontrou com a vítima, que já era um desafeto seu, e começam a dialogar. O desentendimento entre ambos surgiu porque a vítima afirmou

---

<sup>63</sup>BRASIL. Decreto n. 2848/40, de 7 de janeiro de 1940. Código Penal Brasileiro

<sup>64</sup>Nome fictício do acusado.

que o acusado não era bem-vindo à cidade e que a morte de seu primo havia causado certa alegria para alguns grupos. Com isso, na sequência de uma discussão, a vítima ameaçou o acusado com um facão ao que este sacou sua arma e desferiu-lhe tiros. Ao cometer o ato, o acusado fugiu do local. Foi encontrado logo depois.

Afora a documentação técnica, como os boletins de ocorrência policial, esse processo, sem dúvidas, oferece um rico e relevante material histórico. Dos que estão juntados, três conjuntos se destacam. O primeiro são as fotografias. Apesar de algumas conterem imagens fortes, como o corpo da vítima, em outras é possível observar as pessoas que presenciaram o crime e, igualmente, os que foram atraídos pela curiosidade e postaram-se próximo à cena do crime. O destaque das fotos pode ser dado a um *gaúcho* que está na cena. Além disso, instrumentos de trabalho bastante específicos da lida do campo podem ser observados.

Da mesma forma que as fotografias, tanto os documentos da perícia quanto os que são relativos à análise criminalística, constituem-se de grande importância para a pesquisa histórica. Nesse caso, através do laudo e das fotografias da arma do crime, que trazem informações acerca dos projeteis disparados bem como as ranhuras no cano do revólver, proposições acerca de armamentos e seu funcionamento ou, ainda, procedimentos periciais, tornam-se possíveis. A esse respeito, fotos e perícia da arma utilizada na briga também estão disponíveis.

O último conjunto de documentos que estão juntados ao processo são alguns recortes de jornal. Estes, que foram feitos pelo advogado de defesa, são relacionados às péssimas condições dos presídios estaduais ainda na década de 1970. Trazendo tais informações, suas alegações estavam pautadas na manutenção do réu em liberdade uma vez que sua prisão endossaria mais a crítica situação dos presídios do Rio Grande do Sul, em especial os da cidade de Santa Maria e de Porto Alegre.

Trabalhar com tais processos é imergir em um campo de múltiplas possibilidades. Seu conjunto, composto por um vasto e diferenciado *corpus* documental, possui grande relevância para o trabalho e pesquisa em diversos segmentos das ciências humanas e sociais. Trabalhar com esse material constitui-se fundamental não só para uma *história do crime*, mas, igualmente, para suas particularidades. A partir dessa documentação, por

exemplo, pode-se fazer inúmeros desdobramentos acerca de uma *história da infância* ou, até mesmo, da estruturação de famílias na contemporaneidade. Da mesma forma, problematizar o crime a partir de seu entorno, isto é, dos diversos elementos que confluem na elaboração do processo, contribuem de forma especial aos estudos que tem entre seus objetivos o questionamento de fontes que ainda se acham por entre o tempo e a poeira dos arquivos.

### **Referências bibliográficas**

DUARTE, Priscila L. Preservar! O que preservar? Uma análise do projeto de gestão documental e das políticas de memória do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. In: *Revista Analisando em Ciência da Informação*. João Pessoa, v. 4, número especial, p. 177-196. Out. 2016.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. p.93-118.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. p.119-140.

SCHMIDT, Benito. Nossa história está sendo destruída nos tribunais. In: *Jornal da Universidade*, Porto Alegre, abril de 2012. p.4.

VEIGA, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso. Justiça, Arquivo e História: A Avaliação de Processos para além da mera temporalidade. In: *2.º Congresso de Arquivos Judiciais*, Brasília, 2012. Disponível em <[http://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=921](http://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=921)> Acessado em 22.11.2017.

## O CAMPO CINEMATOGRAFICO NO RIO GRANDE DO SUL: EM BUSCA DE FONTES

Ricardo De Lorenzo  
Doutor em História  
Professor PMPA/SMED  
[ricardodelorenzo@gmail.com](mailto:ricardodelorenzo@gmail.com)

### Resumo

A comunicação procura descrever as dificuldades e possibilidades que envolveram a definição de um conjunto de fontes úteis para a escrita de uma história do campo cinematográfico no Rio Grande do Sul. A produção que referencia esse objetivo é a tese de doutorado defendida no PPG em História da PUCRS, que apresentou o desenvolvimento e as conclusões de uma investigação sobre a formação, a dinâmica e a consolidação do campo cinematográfico rio-grandense, notadamente centrado nas atividades exercidas em Porto Alegre ao longo do século XX. A linha argumentativa do trabalho seguiu a identificação das condições sociais e intelectuais de emergência do campo a partir das posições e tomadas de posição estabelecidas pelos cineastas, agentes dominantes do campo. O capital de legitimidade e prestígio constituído em torno da atividade pode ser historiado a partir das relações estabelecidas pelos cineastas em diversas esferas da vida pública e privada, cada uma delas com suas especificidades no que diz respeito ao registro, manutenção e disponibilidade de informações. Nesse sentido, chama à atenção a fragmentação das coleções de fontes disponíveis, ganhando importância a prospecção de documentação associada às entidades de classe, aos órgãos governamentais, ao jornalismo escrito e televisionado, e aquela relacionada com os registros de memória, sejam eles publicados em papel ou veiculados na *internet*.

**Palavras-chaves:** História. Campo. Cinema. Cineastas. Rio Grande do Sul.

O trabalho comunicado no seminário 'VI Ofícios de Clio – Pesquisadores, Acervos e Espaços de Memória' não está ligado à história dos filmes e muito menos se trata de uma reflexão sobre aquela história impressa nos filmes. Investiguei na tese que defendi no PPG de História da PUCRS um apanhado da parcela rio-grandense daqueles indivíduos que têm a produção de cinema como um objeto inserido num espaço de disputa e legitimação, o que aproxima esses indivíduos da noção de campo desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu (LORENZO, 2013).

Os campos se definem como espaços estruturados em posições (em alguns textos, Bourdieu utiliza o termo *postos*) de agentes que possuem propriedades dependentes de sua disposição nestes espaços. Estas disposições são definidas pelas disputas que objetivam

manter ou alterar a relação de forças estabelecida. Os agentes que atuam em um determinado campo aplicam nestas contendas estratégias que dependem do seu capital específico conquistado em lutas anteriores (capital econômico, educacional, simbólico, etc.). A estrutura do campo se estabelece a partir da distribuição de capital específico entre os engajados no jogo, portanto a partir do estado das relações de forças tencionadas, ou em fase de equilíbrio, dentro do campo. Às diferentes posições correspondem *tomadas de posição* equivalentes. Essas são o produto literário ou artístico, mas também a inserção política do produtor em atos e discursos, manifestos e polêmicas (BOURDIEU, 2010, p.261-262).

Cada agente procura circunscrever os *limites* do campo a partir da sua posição nos conflitos de *definição* que opõe os defensores da “arte pura” contra aqueles que defendem a “arte burguesa” ou “comercial”. Nessas lutas são apresentados e procuram serem impostos os princípios de visão e de divisão (*nomos*) sobre as condições legítimas de vinculação verdadeira ao campo. A definição mais rigorista e estreita dos atributos necessários ao pertencimento ao campo indica que determinado *ponto de vista* procura se impor no campo como o ponto de vista legítimo e legislador sobre o próprio campo. Essas definições se apresentam como pressupostos ao direito de entrada no campo e levam às exclusões e rejeições dos pretendentes que não se habilitam a elas.

As rivalidades nos campos têm uma de suas apostas centrais na definição do monopólio legítimo sobre quem pode definir que um determinado agente está autorizado e inserido como componente do campo. Trata-se do monopólio do *poder de consagração* sobre produtores e produtos. No caso do campo literário, observa-se a luta pelo monopólio de imposição da designação aceita de escritor que opõe os associados à heteronomia face aqueles defensores da autonomia (BOURDIEU, 2010, p. 252-254).

Um das principais mediações que implicam em alterações no seio do campo é o aumento da população dos produtores associados ao campo. Os recém chegados trazem consigo inovações nos produtos e nas técnicas de produção e tendem a forçar novos modos de avaliação em um campo que é seu próprio mercado. E, até mesmo pelo combate que travam contrariamente a essas intromissões, os dominantes acabam por conferir existência a esses contestadores (BOURDIEU, 2010, p. 255-256).

Quando se analisa em relação a um campo o grau no qual seus limites dinâmicos se convertem em fronteira jurídica, quando se apresentam com limites codificados, como títulos e uma legislação que define o direito de entrada e pertencimento, há uma diferença entre aqueles mais codificados e os outros:

Um alto grau de codificação da entrada no jogo vai de par com a existência de uma regra do jogo explícita e de um consenso mínimo sobre essa regra; ao contrário, de um grau de codificação fraco correspondem estados dos campos em que a regra do jogo está em jogo no jogo. Os campos literário ou artístico caracterizam-se, à diferença notadamente do campo universitário, por um baixíssimo grau de codificação, e, ao mesmo tempo, pela extrema permeabilidade de suas fronteiras e a extrema diversidade da definição dos *postos* que oferecem e dos princípios de legitimidade que aí se defrontam: a análise das propriedades dos agentes atesta que eles não exigem o capital econômico herdado no mesmo grau que campo econômico, nem o capital escolar no mesmo grau que o campo universitário ou mesmo setores do poder tais como a alta função pública. (BOURDIEU, 2010, p. 256).

Objeto construído, delimitado pelo pesquisador, o campo não está isento de contestações. Bernard Lahire, por exemplo, apontou a limitação dessa noção acerca da inclusão de todos os envolvidos com a atividade em questão (LAHIRE, 2002). Nesse sentido, por que considerar apenas cineastas, roteiristas e atores quando tratamos da configuração do campo, e não agregar ao estudo aqueles indivíduos que dão suporte ao trabalho desenvolvido. Quem acerta a iluminação, realiza a maquiagem nos atores e mantém a continuidade da cena não mereceria igual atenção?

Creio que em amplo sentido, seria algo justo. Ainda assim, o alvo preciso da investigação foi o conjunto dos cineastas atuantes no Rio Grande do Sul, notadamente aqueles estabelecidos em Porto Alegre.

Profissão só há pouco legitimada pela obtenção de formação acadêmica e diploma, pelo menos no Brasil, o ofício dos cineastas – e observe-se que ainda transitamos entre ofício e profissão quando nos referimos aos cineastas –, é um ofício que possui baixa codificação, e isso se evidencia numa rarefeita organização arquivística, sujeita a registros frágeis e falhos, passível de lacunas ou perdas totais em quais sejam os seus suportes.

No Brasil, a principal referência quanto ao armazenamento de filmes e de fontes escritas sobre o cinema é a Fundação Cinemateca Brasileira, situada em São Paulo e administrada pelo Governo Federal. Filiada à Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF), a Cinemateca Brasileira surgiu em 1945 voltada ao estudo, defesa e divulgação do cinema (COELHO, 2009; SOUZA, 2009). A sua coleção de filmes abrange cerca de 245 mil rolos referentes a 30 mil filmes em nitrato, celulose e acetato. Também fazem parte de seu acervo, coleções de cartazes e fotos de produções cinematográficas, bibliografia editorial, roteiros e coleções particulares de cineastas, críticos e empresas produtoras contendo fotos, desenhos, manuscritos e objetos.

Além do material fílmico em diversas bitolas (9mm, 16mm, 35mm, etc.), o acervo da Cinemateca contém material registrados em suporte de vídeo e digital, tais como U-Matic, Betacam, DAT, discos óticos, DVCam, HDCam, DLT, LTO e HD externo. Coube a Cinemateca Brasileira tratar da preservação do acervo da extinta TV Tupi canal 4 de São Paulo, cabeça de rede nacional de televisão, trabalho desenvolvido desde meados da década de 1980 com as primitivas fitas Quadruplex. Parte desse acervo hoje se encontra disponibilizado via internet.

Trabalho semelhante é realizado pelo Arquivo Nacional, sediado do Rio de Janeiro, que detém as coleções fílmicas vinculadas aos organismos oficiais do Governo Federal e igualmente agrega acervos pessoais e institucionais de origem privada, incluindo o material remanescente da TV Tupi canal 6 do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul, inicialmente a referência era o Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, situado em Porto Alegre. A situação desse último espaço é emblemática sobre o descaso com as instituições públicas. Isso porque ao longo dos anos o espaço, que abriga material filmado, coleção de cartazes e material jornalístico, tem sofrido com a ausência de recursos e a falta de adequação do espaço físico às necessidades de preservação e conservação desses materiais. Para que se tenha ideia da situação, a pequena coleção de vídeos remanescente do acervo da extinta TV Piratini canal 5, nunca foi catalogada por falta recursos humanos e de equipamentos adequados para visualização do conteúdo armazenado nas obsoletas fitas Quadruplex de duas polegadas.

Mais recentemente, uma nova instituição foi criada com a missão de cumprir a função de espaço de guarda e difusão de acervos. A Cinemateca Capitólio se apresenta como interessada em preservar a memória da produção audiovisual do Rio Grande do Sul.

Projetada com essa finalidade no espaço do antigo Cinema Capitólio, a cinemateca, conforme sua apresentação institucional, possui o objetivo de se tornar um local de referência:

O acervo da Cinemateca Capitólio Petrobrás está em salas distribuídas em quatro pavimentos, projetadas especialmente para a função de guardar materiais relacionados à memória audiovisual do Rio Grande do Sul. Localizada atrás da tela da sala principal de exibição, a área do acervo reúne filmes realizados em distintas bitolas (35mm, 16mm, 8mm, Discos laser, VHS, DVD, HD, etc.) São obras de ficção, documentários, registros familiares, institucionais e reportagens, gaúchos, nacionais e estrangeiros. Os materiais são incorporados à Cinemateca Capitólio através de depósito voluntário – doação ou depósito legal. O acervo também conta com coleções de cartazes, de fotografias, de objetos históricos, além de documentos como roteiros, recortes de jornais, folders, projetos, relatórios e demais documentos relacionados à produção cinematográfica do Estado (CINEMATECA, 2017).

Considerado o tema do evento do qual participamos e essa noção prévia sobre os acervos conhecido, foram ensejadas questões acerca do trabalho que desenvolvi: quais acervos, qual patrimônio erigido e disponível para pesquisa e análise crítica? O que está disponível enquanto fonte sobre os realizadores e demais trabalhadores das produções cinematográficas? Quais informações podem ser obtidas acerca das relações, das disputas e dos posicionamentos estabelecidos?

Aqui abro um parêntese preliminar. Quando ponderei meu recorte temporal, defini que encerraria a pesquisa fazendo referência aos primeiros anos do século XXI, isso porque as transformações advindas com a progressiva e massiva introdução da tecnologia digital na feitura dos filmes avolumava a produção e dificultava sobremaneira o seu mapeamento. Paradoxalmente, o mundo virtual tornava crescentemente acessíveis fontes antes relegadas a arquivos não organizados, ocultos ou mesmos bloqueados. A *internet* se tornou um vasto espaço de garimpo, a despeito das recomendações conhecidas de Tocqueville sobre a espécie de síndrome do mineiro que pode incidir sobre o historiador, fazendo com que morra soterrado pelo volume de fontes.

Naturalmente, a quantidade de informações disponíveis não foi equânime em relação aos indivíduos que compuseram o campo cinematográfico rio-grandense. Contudo, é amplo e variado o *corpus* de documentos empregados para a resolução do problema de

pesquisa em proposto. Esse material foi apropriado de meu acervo pessoal e através de pesquisa em arquivos físicos e virtuais.

A primeira observação deve ser feita sobre a lista de filmes produzidos no Rio Grande do Sul. Fazendo uso da catalogação e fichamento dos filmes rio-grandenses realizado pela Associação dos Profissionais e Técnicos Cinematográficos (APTC), compilei a nominata dos cineastas que atuaram no período das primeiras filmagens até cerca do ano 2000. Essa relação contribuiu sobremaneira para a identificação de parte das redes de sociabilidade estabelecidas entre os realizadores. As fichas completas dos envolvidos em cada produção indicaram as eventuais ou constantes atividades exercidas nos trabalhos dos colegas, a identificação de grupos e os apadrinhamentos aos novatos.

Com relação à produção bibliográfica, além dos dicionários onomásticos sobre cineastas, foram utilizadas algumas entrevistas publicadas na imprensa e edições contendo coletâneas de depoimentos. Nesses relatos pessoais dos diretores que lançaram filmes naquele período, são realizados exercícios de memória que evocam as suas primeiras relações com o cinema, a formação que receberam ou procuraram, o início de suas carreiras, as redes que estabeleceram e as tomadas de posição junto ao campo. Além dessas coletâneas também foram encontradas obras mais específicas que fazem referência à experiência de alguns cineastas, como é o caso das introduções de roteiros publicados. Por outro lado, considerando que o cinema se insere no domínio das atividades visuais e das inovações tecnológicas, muito da memória a ele concernente se encontra em fontes não impressas. Foram então apropriados os depoimentos de cineastas e pesquisadores contidos em documentários e entrevistas gravadas em vídeo, exibidos na televisão ou mesmo disponibilizados *online*. E foram considerados textos memorialísticos e de opinião publicados na internet, em especial os depoimentos que a cineasta Bia Werther escreveu em seu blog.

O material encontrado junto ao *site* da Associação dos Profissionais e Técnicos Cinematográficos foi fundamental para a resposta de algumas das questões colocadas. Consegui localizar a seguinte documentação: o estatuto da APTC e as suas alterações, algo que pode auxiliar na indicação das variações das expectativas e das inserções da entidade ao longo do tempo; a relação dos sócios e ex-sócios, com seus nomes, endereços e atividades exercidas, elemento que seria útil no mapeamento da organização do campo; a relação das diretorias empossadas e das chapas que postularam os cargos em disputa, informações

fundamentais para o conhecimento das relações de força e dos objetos em disputa no campo; os boletins periódicos que contém as atividades exercidas pela associação, o noticiário sobre o campo cinematográfico e os pleitos da categoria; e finalmente as atas das assembleias gerais. Nessas fontes, os assuntos discutidos trazem informações imprescindíveis sobre o cotidiano da entidade, sobre a dinâmica do campo cinematográfico rio-grandense e sobre o diálogo da instituição com as diversas esferas da sociedade. Ainda assim, esta última fonte deve ser apropriada com a devida crítica, pois precisa ser considerado o fato de que os registros têm característica “oficial” e a que a sua escrita ocorria após as decisões que filtravam o que deveria ser incluído ou omitido no texto final.

Novo parêntese: a alteração do que está disponível num acervo virtual é um risco que deve ser monitorado e ponderado. A relação de sócios disponível no *site* da APTC, por exemplo, não contava com a data de filiação dos mesmos, o que para mim era relevante. Poucos meses após a defesa de minha tese, essa informação foi “averbada” na página da entidade, fazendo com que todo um subcapítulo fosse rapidamente superado.

Boa parte das fontes que utilizei possuem origem jornalística. Foram explorados alguns jornais de grande circulação e revistas temáticas depositados nos seguintes locais: o arquivo pessoal que alimentava desde 1997, o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, o Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho, a Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS e o acervo particular do jornalista Paulo Fontoura Gastal, depositado no Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS.

Até pelo menos os dois ou três primeiros anos da década de 1980, a principal cobertura sobre os temas “culturais” de Porto Alegre e do estado se dava nas páginas dos periódicos da Companhia Jornalística Caldas Júnior. Com a crise financeira e a decadência daquela empresa, o jornal *Zero Hora*, do grupo RBS, paulatinamente assumiu essa primazia. Nos periódicos da Caldas Júnior, Paulo Fontoura Gastal, além de manter colunas diárias sob o pseudônimo Calvero, deu espaço para vários críticos iniciantes, entre eles Tuio Becker e Antônio Holfeldt.

A cobertura da imprensa sobre os cineastas rio-grandenses foi sempre intensa. Na verdade é possível observar que, enquanto o interesse pelos filmes de Teixeira e dos outros representantes de um tipo de cinematografia popularesca declinava, o espaço disponibilizado para seus “antagonistas”, em especial aqueles indivíduos que formariam a

Casa de Cinema de Porto Alegre era inversamente proporcional. Reportagens e entrevistas publicadas pelos jornais *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã* (os três da Companhia Jornalística Caldas Júnior) e *Zero Hora* deram conta não apenas do lançamento dos filmes e do perfil de seus realizadores, como serviram de espaço para que aqueles indivíduos conseguissem expressar as suas demandas e articulações sócio-políticas. Nesse sentido ganhou destaque a observação da imprensa sobre o período de realização de festivais como o que ocorre desde 1973 na cidade de Gramado, pois este espaço desde seus primórdios se tornou um fórum para as reivindicações dos cineastas.

Além dos jornais, foram utilizadas as revistas temáticas sobre cinema. *Filme e Cultura*, que circulou em sua primeira fase entre fins dos anos 1960 e meados da década de 1980, era considerada “oficial” por ser vinculada primeiro ao Instituto Nacional do Cinema e, depois, à estatal Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme). Em suas páginas é possível verificar o conjunto das produções e dos cineastas em atividade no Brasil, além das políticas oficiais voltadas para o cinema. *Cinemin*, publicada no Rio de Janeiro do início da década de 80 até 1993, e *Set*, editada em São Paulo desde 1987, apesar de serem voltadas para os lançamentos comerciais e “historiarem” principalmente o cinema dos Estados Unidos, inúmeras vezes abriram espaço para a cobertura dos filmes rio-grandenses, especialmente aqueles que tiveram lançamento comercial e os que participaram dos festivais de cinema realizados pelo país. Além disso, em suas páginas foram publicadas algumas entrevistas significativas para o entendimento do perfil do campo cinematográfico rio-grandense.

Um dos objetivos perseguidos dizia respeito à investigação das vinculações do campo cinematográfico rio-grandense com a academia. Por isso, pareceu-me pertinente analisar a produção científica dos profissionais que se dividem entre a realização cinematográfica e a docência acadêmica, bem como os trabalhos que tenham orientado. Considero que a produção acadêmica tenha legitimado a existência do próprio campo ao elegê-lo como objeto de análise.

Por fim, além da análise da legislação produzida com vistas a regular e incentivar a atividade cinematográfica, as fontes governamentais foram imprescindíveis para o desenvolvimento de meu trabalho. Utilizei, conforme a disponibilidade, os materiais referente às políticas públicas voltadas ao fomento da atividade cinematográfica efetuadas em âmbito municipal, estadual e federal. Essas fontes informam sobre aqueles

contemplados pelas políticas públicas e aqueles que não foram alcançados por elas. De igual modo, houve o mapeamento da configuração dos organismos responsáveis pela liberação de verbas e incentivos públicos, procurando estabelecer as vinculações dos integrantes destes com o campo.

O que se percebe à guisa de breve conclusão é que se produziu como ponto de referência para o meu trabalho uma metafonte, uma espécie de grande ficha informativa e analítica elaborada a partir de fontes de diversas origens. O acervo foi sendo construído com delimitações amplas. Reconhecido como passível de utilidade para o tema e para a resolução do objetivo proposto conforme os problemas surgiam para e a partir da investigação.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

CINEMATECA CAPITÓLIO PETROBRÁS. Preservação e Memória. Disponível em <<http://www.capitolio.org.br/preservacao-e-memoria/>>. Acessado em: 7 de dezembro de 2017.

COELHO, Maria Fernanda Curado. **A experiência brasileira na conservação de acervos audiovisuais: um estudo de caso**. São Paulo. 291f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2009.

LAHIRE, Bernard. Campo, fuera de campo, contracampo. **Colección Pedagógica Universitaria**, n.37-38, p.1-37, 2002.

LORENZO, Ricardo De. **O campo cinematográfico no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 356f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

SOUZA, Carlos Roberto. **A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. São Paulo. 310f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2009.

## PESQUISAS HISTÓRICAS ATRAVÉS DOS ACERVOS PESSOAIS: O ACERVO CARLOS DE SOUZA MORAES COMO OBJETO DE ANÁLISE

Rodrigo Luis dos Santos  
Instituto Superior de Educação Ivoti  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
[rluis.historia@gmail.com](mailto:rluis.historia@gmail.com)

### Resumo

Os acervos pessoais constituem uma importante fonte de pesquisa histórica, tendo em vista que, a partir dos mesmos, é possível ter acessos a uma série de documentos que, confrontados com os existentes em outros acervos, viabilizam outros olhares e interpretações sobre fatos diversos. Além disso, os acervos pessoais possibilitam compreender as tentativas de construção de memórias pessoais e a seletividade na escolha do que deve ser preservado ou descartado, dimensionando essa construção memorialística e histórica visando uma inserção social. Renegadas durante muito tempo pelos pesquisadores, hoje os acervos pessoais chamam o interesse, não apenas pelas potencialidades que lhes podem estar inseridas, mas também pelo próprio processo de organização dos mesmos. Desta forma, além de serem lócus de pesquisa, se tornam objetos de análise. Isso se deve, em parte significativa, aos avanços teóricos e metodológicos no campo historiográfico, que ganharam força no Brasil a partir da década de 1990, principalmente, com destaque para a Nova História Cultural, a Nova História Social, a renovação da História Política e a inserção metodológica da Micro-História italiana. Ancorados nestas perspectivas, objetivamos neste trabalho descortinar aspectos do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, político e intelectual radicado em São Leopoldo/RS, cuja salvaguarda do acervo está sob responsabilidade do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Almejamos demonstrar como os documentos contidos neste acervo pessoal podem lançar luzes para uma compreensão do cenário sociocultural, político e das relações étnicas do Rio Grande do Sul e Brasil, especialmente nas décadas de 1930 e 1940.

**Palavras-chaves:** Acervos Pessoais. Pesquisa Histórica. Carlos de Souza Moraes.

### Introdução

Eu penso, por exemplo, nos arquivos dos cientistas, dos artistas. A leitura destes acervos pessoais remete o historiador ao nível microsocial. [...] sua leitura nos permite ter um acesso privilegiado à sensibilidade de um período, para entender de forma mais aguda como se articula uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais, como um indivíduo reage, antecipa ou encontra um descaminho para escapar de uma realidade difícil. A partir daí, é a compreensão da articulação entre os níveis micro e macro que está em jogo, entre o singular e o geral. Poderíamos dizer a mesma coisa das cartas. É só ver, hoje, o número de publicações relativas às correspondências entre cientistas, poetas. E é justamente este aspecto que me permite fazer a transição com a questão da memória coletiva (VIDAL, 2007, p. 4).

A reconstituição da sociedade e seus diversos desdobramentos – sejam eles políticos, econômicos, culturais, religiosos, entre outros – se configura em um dos grandes objetivos e desafios que integram o cotidiano intelectual dos historiadores. Coadunando-se a isso, também está o fato de que a pesquisa histórica, ao longo do século XX, alargou suas perspectivas teóricas e metodológicas, assim como o campo de abordagens e de fontes, articulando-se com outras áreas do conhecimento científico e das humanidades. O revigoramento do campo interpretativo possibilitou – e foi, por sua vez, renovado – a incorporação de novas tipologias de fontes, que até então eram renegadas ou lançadas em um patamar inferior no rol dos documentos privilegiados. Neste panorama, os acervos pessoais tem despontado como um importante depositário de possibilidades investigativas, que vão além de buscar dados sobre a vida daqueles que os constituíram. Estes acervos permitem, desde que analisados de forma apropriada, perceber diferentes nuances, relações e percepções do mundo social na qual estes sujeitos estavam localizados.

Por trás de caixas e pilhas de papéis, livros, fotografias, que em um primeiro momento podem ser entendidas como apenas um reflexo daquele que acumulou-os, podem ser desvelados formas de interpretação e inserção da sociedade. Na realidade, mesmo com o avanço nas discussões teóricas e metodológicas acerca da constituição dos acervos pessoais e de sua apreciação crítica por parte dos historiadores, não há como negar que, mesmo com todo esse aparato instrumental, ainda há uma certa *ilusão* de que, ao adentrar nos *mistérios* ali contidos, poderemos reconstituir com mais precisão o sujeitos e seu mundo. Consoante, é possível trazer para a exposição uma aproximação maior daquela trajetória de vida e de suas interações sociais, políticas, familiares. Mas a ilusão de uma *verdade* – elemento que os historiadores sabem que não *conhecerão face a face*, mas apenas verossimilhanças e representações – não é possível de se materializar em uma pesquisa histórica – embora corra-se o risco de acreditar nisso. Uma aparência de unidade e coerência na organicidade dos acervos pessoais podem colaborar para a elaboração, mesmo subjetiva, dessa ideia de totalidade na reconstituição histórica. Sobre esses aspectos, Luciane Heymann aponta que

no caso dos arquivos pessoais, a ideia de unidade poderia ser atribuída à ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos “fatos” relevantes da vida do

titular, além de orientado para constituir uma fonte para a pesquisa histórica. Nesse caso, o encadeamento narrativo poderia ser comparado à sequência descritiva dos inventários, nos quais as unidades documentais são geralmente apresentadas seguindo a cronologia da trajetória do titular. Não há menção às lacunas documentais, à história da constituição daquele acervo – na qual podem ter atuado outros agentes além do titular-, nem às opções que orientaram o trabalho arquivístico e definem um particular arranjo dos documentos entre os vários possíveis (HEYMANN, 1997, p. 45).

É preciso atentar para as intencionalidades e questões presentes no processo de constituição de um acervo pessoal: o que seu acumulador, ou as pessoas que depois o organizaram, consideravam importante, digno de ser preservado? E o que deveria ser relegado ao descarte? Por quais razões aquele acervo está salvaguardado em determinada instituição? Quais informações dispomos sobre a vida do *criador* daquele acervo? Por quantos processos de filtragem aquele acervo pode ter passado a posteriori, pelo crivo de pessoas próximas ou não daquele que o constituiu?

Além das perguntas que concebemos anteriormente, que orientam nossas pesquisas particulares, cujas respostas buscamos encontrar em um acervo pessoal – mas não se deve esquecer que a trajetória de pesquisa é marcada por percalços e eventos alheios ao nosso planejamento prévio –, as questões anteriormente elencadas nos parágrafo anterior devem também ser direcionadas para aquele acervo. Acreditar na linearidade de sua organização e na coerência dos documentos ali estabelecidos, por seu turno, podem fadar a pesquisa a ser apenas um trabalho expositivo de discursos construídos e ordenados cronologicamente. Em uma linguagem mais popular, é preciso exercitar a *desconfiança* para o acervo e para o que nele encontramos.

Exposta esta reflexão inicial, na sequência iremos apresentar o agente social de cujo acervo pessoal temos retirado informações importantes, que nos ajudam a reconfigurar determinados aspectos sociopolíticos, culturais e de relações identitárias e étnicas, não restritas ao município de São Leopoldo, mas em uma dimensão mais ampla, com o Rio Grande do Sul dos anos 1930 e 1940.

### **Quem foi Carlos de Souza Moraes?**

Em 2013, membros de uma família tradicional do município de São Leopoldo fizeram ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, localizado na mesma cidade, do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, advogado, intelectual, empresário e político local.

Naquele ano em que se efetivou a transferência de fotografias, documentos e livros para serem custodiados pela instituição de memória leopoldense, o núcleo familiar rememorava os transcorridos dez anos do falecimento de seu patriarca.

Nascido no município sul-rio-grandense de Montenegro, no ano de 1908, Moraes advinha de famílias que exerciam a longo tempo o poder político naquela região. Era filho de José Álvaro Pereira de Moraes, que exerceu o cargo de intendente montenegrino entre 1900 e 1908, sendo ainda chefe regional do Partido Republicano Riograndense (PRR) e homem de confiança do então presidente do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Pelo lado materno, seu avô, Porfírio Felisberto de Souza, também foi governante montenegrino, chefe republicano e próximo de Júlio de Castilhos, governante estadual e chefe unipessoal do PRR até 1903, ano de seu falecimento. Carlos de Souza Moraes estudou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, bacharelando-se em 1933. Nesse mesmo ano assumiu a função de Juiz Distrital em Herval, na região sul do estado. Quatro anos mais tarde abriu escritório de advocacia em Porto Alegre.

Em 1937, durante o governo municipal de Theodomiro Porto da Fonseca em São Leopoldo, recebe o convite para assumir o posto de secretário da Prefeitura Municipal exerceu a função até 1944, quando, por indicação do interventor federal do Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles, assume como prefeito de São Leopoldo, assumindo no lugar de Theodomiro, que renunciara ao Executivo local. Entre 1938 e 1944, lhe foram atribuídas também as funções de diretor da Instrução Pública municipal e diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*, vinculado à municipalidade. Deixa o governo em novembro de 1945. Entre 1946 e 1947, assume novamente o posto, renunciando para concorrer ao cargo de vereador. Entre 1948 e 1951, foi membro da primeira legislatura de São Leopoldo após o fim do Estado Novo, sendo eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), da qual fora uma das principais lideranças locais.

Ainda em 1937, Moraes contraiu núpcias com Odette Rossi, professora, membro da família de Amadeo Rossi, fundador de uma importante empresa do ramo de fundição e metalurgia. A empresa, durante a Segunda Guerra Mundial, foi uma das principais fornecedoras de armamento para o Exército brasileiro. Deste casamento nasceram quatro filhos.

Concomitantemente com sua atuação como advogado e político, Carlos de Souza Moraes também esteve vinculado com o campo intelectual, da qual participava de forma

ativa. Em 1938, se tornou membro da Academia Rio-grandense de Letras. Posteriormente, fez parte do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e foi um dos fundadores do Instituto Histórico de São Leopoldo, em 1975, entidade que até hoje se reúne nas dependências do Museu Histórico de São Leopoldo. Sobre o museu, Carlos de Souza Moraes foi um dos incentivadores para criação do mesmo. Publicou livros sobre a história da imigração alemã e São Leopoldo, além de crônicas diversas sobre o cotidiano, publicadas em jornais e também reunidas em livros, entre outras obras. Durante o período do Estado Novo, mais precisamente em 1942, lançou, pela Editora do Globo, a segunda edição da obra *A Ofensiva Japonesa no Brasil* – a primeira, com financiamento pessoal, foi publicada em 1937 – onde defendia a campanha antinipônica no país, denunciando eventuais “perigos” relacionados com este grupo étnico. Esteve atuante até pouco tempo antes de sua morte, aos 95 anos, em 2003.

#### **Um acervo pessoal: que vestígios históricos podem ser encontrados?**

Dentre os documentos que pesquisamos, pudemos encontrar uma gama de assuntos com os quais estes se relacionavam, vinculados com a administração pública de São Leopoldo, os bastidores partidários, trocas e discussões com intelectuais de nível estadual e nacional, além, evidentemente, de elementos de caráter mais pessoal. Mas, desde o início das pesquisas com este acervo, iniciadas ainda em 2013, um dos assuntos que mais chamou a atenção estava relacionado com uma entidade que, até aquele momento, jamais ouvira falar: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida pela sua sigla, SAAT. Foi quando se buscaram maiores informações sobre a mesma.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi fundada no ano de 1932, no Rio de Janeiro, que passou a ser cidade sede da entidade. No seu escopo ideológico e de plataforma política, os membros da SAAT elaboraram uma ressignificação do pensamento de Alberto Torres, com contornos mais radicais e de viés fortemente dotado de xenofobia. Dentre seus fundadores e posteriores associados, se destacaram figuras vinculadas com a imprensa, o plano político e com o pensamento social brasileiro, como Oliveira Vianna, Roberto Marinho, Juarez Távora, Plínio Salgado, entre outros. Encontramos registros de sua existência até o ano de 1945, mesmo período em que findara o regime do Estado Novo. Dentre as bandeiras defendidas pela entidade, estavam o controle imigratório e o combate a

determinados grupos étnicos, classificados como *indesejáveis*, como fora o caso dos japoneses e sírio-libaneses, além de defender a chamada *Educação Rural*, como forma de contribuição para a construção social, identitária, patriótica e econômica do Brasil.

Em 1936, é fundado o núcleo desta entidade no Rio Grande do Sul. A incumbência pela fundação e implantação do núcleo ficou a cargo de Carlos de Souza Moraes. Também integrara o grupo fundador da SAAT no estado a pedagoga Camila Furtado Alves, que após a promulgação do Estado Novo seria delegada de Ensino em uma região de imigração alemã, sendo a sede de sua delegacia regional em São Leopoldo, município que tem sua origem na primeira colônia de imigrantes alemães fundada no Rio Grande do Sul, em 1924. Um ano após a fundação do núcleo estadual da SAAT, como vimos anteriormente, Moraes assumiu, primeiramente, o cargo de secretário da Prefeitura de São Leopoldo, assumindo, posteriormente, mais dois cargos de destaque e importância na máquina política e administrativa local: a instrução pública e a imprensa oficial do município.

Ainda são poucas as pesquisas sobre a atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul. Parte da causa disso está no fato de que a maior parte dos documentos da SAAT foram destruídos em um incêndio ocorrido na sede do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, onde também se encontrava a sede da sociedade. Os documentos existentes estão localizados em acervos pessoais, como os de Juarez Távora, no Museu Nacional, ou no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

O núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tinha planos de uma política educacional nacionalizadora em nível estadual. Entre 1937 e 1938, Carlos de Souza Moraes encaminha correspondências<sup>65</sup> endereçadas aos interventores federais Manoel de Cerqueira Daltro Filho e Osvaldo Cordeiro de Farias, assim como ao secretário estadual de Educação José Pereira Coelho de Souza, colocando o núcleo sul-rio-grandense à completa disposição do governo estadual, pois a mesma poderia ser útil no empreendimento da Nacionalização por meio do viés educacional, especialmente através da criação e supervisão dos *Clubes Agrícolas*, das *Semanas Rurais* e de um trabalho mais intenso nos educandários, fomentando cotidianamente a *Educação Rural*. Não foi possível, até o momento, verificar se foram estabelecidos acordos formais, mas tendo em vista que membros do núcleo ocuparam cargos importantes dentro da estrutura governamental do estado e de alguns

---

<sup>65</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Coleção Carlos de Souza Moraes – Caixa 38 – Correspondências encaminhadas ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre 1937 e 1938.

municípios, ocorrera no mínimo uma colaboração por parte da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no tocante da nacionalização.

Dentro do contexto de defesa de uma educação ruralista, uma das vitórias da SAAT sul-rio-grandense ocorreu em 1º de agosto de 1944: a inauguração do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. O projeto teve entre seus principais planejadores Carlos de Souza Moraes, que vinha trabalhando no sentido de efetivar a criação do Patronato Agrícola há algum tempo. O educandário funcionava no regime de internato, recebendo, principalmente, crianças carentes. Além da educação escolar básica, os internos recebiam orientações técnicas na área de agricultura e pecuária, assim como noções de higiene e saúde, visando uma “formação integral para crescimento na Nação brasileira”. No final da década de 1940, na gestão do prefeito Mário Sperb (1947-1951), a escola passou para o controle do governo do Rio Grande do Sul, que mantém a mesma até hoje, com a denominação Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo.

A partir de uma breve explanação da trajetória e dos campos de atuação de Carlos de Souza Moraes, buscamos lançar bases para perceber alguns elementos que encontramos em seu acervo pessoal e que, com a comparação, interlocução e oposição com outras fontes diversas, encontradas em diferentes arquivos, percebemos que forneceriam subsídios importantes para uma nova compreensão de fatos ocorridos no Rio Grande do Sul, especialmente no período estadonovista. Se, de forma geral, a implementação das políticas de nacionalização são percebidas como determinações meramente verticalizadas, advindas de esferas superiores do poder ditatorial – governos federal e estadual – para serem implantadas no meio social, os documentos referentes ao núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, encontrados no acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, mostram o empenho de grupos nacionalistas em participar da elaboração e execução desse projeto nacionalizador. Ao mesmo tempo, mostram que os integrantes de um desses grupos, a SAAT, conseguiram ingressar nas esferas intermediárias do poder, em funções mediadoras, onde havia possibilidade de, ao menos em parte, viabilizar a aplicabilidade de elementos norteadores do ideário dessa entidade, como, por exemplo, a educação ruralista.

Cabe ressaltar que estas interpretações historiográficas foram possíveis apenas por conta da existência destes documentos em um acervo pessoal, tendo em vista que não foram encontrados – pelo menos até o momento – maiores detalhes nos arquivos governamentais sobre essa relação. E, pelo fato da maior parte da documentação da

Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ter sido destruída, podemos arriscar dizer que grande parte dos documentos presentes no acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes se constituem em fontes únicas. O que configuram um grau ainda maior de importância para este acervo.

### **Considerações finais**

Os acervos possuem significados diversos, tanto de ordem subjetiva quanto prática, passando por processos pessoais ou coletivos de significação e ressignificação. De modo especial, os acervos pessoais estão intrinsecamente atrelados com uma construção de memórias, seja esta sua intencionalidade real ou esteja em seu bojo de forma subjetiva. É nesse sentido que nos chama a atenção a assertiva de Pierre Nora, ao afirmar que

[...] mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21-22).

A assertiva de Nora nos ajuda a dimensionar conceitualmente os sentidos múltiplos presentes em um arquivo, em um acervo, público ou pessoal, que devem ser levados em consideração ao analisarmos criticamente e ao interpretarmos as informações presentes em um acervo pessoal, em seus documentos, nos vestígios que ali precisamos decodificar e decifrar.

Neste texto, que configura um ensaio, buscamos trazer algumas questões reflexivas sobre os acervos pessoais, por meio da análise do acervo de Carlos de Souza Moraes, o qual há algum tempo temos nos dedicado à pesquisa, leitura e interpretação de seus documentos e as possibilidades que podem advir dos mesmos. A partir desta experiência pessoal, acreditamos que podemos contribuir para uma dinamização acerca do uso desses acervos e

de suas possibilidades, tanto como objetos de estudo como portadores de fontes que podem possibilitar novas perspectivas e interpretações históricas sobre temas diversos do universo social.

## Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos Pessoais são Arquivos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, Julho/Dezembro de 2009.

CURY, Maria Z. F. Acervos: Gênese de uma crítica. In: MIRANDA, Wander M. *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: UFMG. 1995.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si*. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, 1986.

VIDAL, Laurent. *Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão*. FCLAs – CEDAP, Campinas, v.3, n.1, 2007.

## ÍNDICE DE AUTORES – CONFORME A ORDEM DOS TEXTOS

Anita Natividade Carneiro – p.5-14

Bruna Borges da Silva e Gabriel de Souza – 15-29

Cinara Isolde Koch Lewinski – 30-41

Clarice Maria de Sousa Portela Germann Teixeira e Diana Patrícia Mauer – 42-52

Eduardo Cristiano Hass da Silva e Milene Moraes de Figueiredo – 53-67

Éverton dos Reis Quevedo – 68-81

Ezequiel Nunes Pires e Taís Silva da Silva – 82-95

Fernanda Soares da Rosa e Thaís Franco – 96-112

Letícia da Silva Gondim e Luciane Zanenga Scherer – 113-124

Luciana de Oliveira e Marcelo Vianna – 125-136

Ricardo de Lorenzo – 137-145

Rodrigo Luís dos Santos – 146-155



GT Acervos Memória e Patrimônio-ANPUH/RS  
GT História da Educação-ANPUH/RS  
GT Estudos Étnicos e Migrações-ANPUH/RS

**APOIO**

FABICO - UFRGS

MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA (MUHM)

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (UFRGS-APERS)

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA COMPARADA DO CONE SUL (LABCONESUL)

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI